

mercado de trabalho

conjuntura e análise

| agosto 2009 |

40

MTE MINISTÉRIO DO
TRABALHO E EMPREGO

ipea 45
anos
Por um Brasil desenvolvido

Governo Federal

Ministério do Trabalho e Emprego

Ministro – Carlos Roberto Lupi

Secretário Executivo – André Peixoto Figueiredo Lima

**Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República**

Ministro – Daniel Barcelos Vargas (interino)

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais, possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro, e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Administração e Finanças

Fernando Ferreira

Diretor de Estudos Macroeconômicos

João Sicsú

Diretor de Estudos Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Diretora de Estudos Regionais e Urbanos

Liana Maria da Frota Carleial

Diretor de Estudos Setoriais

Márcio Wohlers de Almeida

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento

Mário Lisboa Theodoro

Chefe de Gabinete

Persio Marco Antonio Davison

Assessor-Chefe de Comunicação

Daniel Castro

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

mercado de trabalho conjuntura e análise

CORPO EDITORIAL

Editor Responsável

Lauro Ramos

Membros

Carlos Henrique Leite Corseuil

Luiz Eduardo Ruckert Parreiras

Roberto Henrique Sieczkowski Gonzalez

Equipe de Apoio

Italo Cabral de Souza

Julio Castro Alves de Lima e Silva

Luana Moreira de Souza Furtado

Marina Ferreira Fortes Aguas

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Ipea ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

AGRADECIMENTOS

Ao Ministério do Trabalho e Emprego, ao IBGE, à Fundação Seade e ao Dieese por cederem os dados necessários à elaboração desta edição.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO	7
NOTAS TÉCNICAS	19
O ÍNDICE DE MEDO DO DESEMPREGO Marcelo Souza Azevedo	21
A CRISE ECONÔMICA INTERNACIONAL E OS (POSSÍVEIS) IMPACTOS SOBRE A VIDA DAS MULHERES Observatório Brasil da Igualdade de Gênero	27
CONSEQUÊNCIAS DA PERDA DE UM EMPREGO FORMAL NO BRASIL Carlos Henrique L. Corseuil Rodrigo F. Dias Miguel Foguel Daniel D. Santos	37
O SEGURO-DESEMPREGO COMO RESPOSTA À CRISE NO EMPREGO: ALCANCE E LIMITES Brunu Amorim Roberto Gonzalez	43
ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	51
INTRODUÇÃO	53
INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: BREVE TRAJETÓRIA E DESAFIOS Valmor Schiochet	55
SUBSÍDIO AOS DEBATES SOBRE ANTEPROJETO DE LEI PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UMA POLÍTICA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA Comitê Permanente do Conselho Nacional de Economia Solidária	61
ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM NOVO MODO DE VIVER Eudes Xavier	69
ANEXO ESTATÍSTICO	75

APRESENTAÇÃO

Em linhas gerais, se o desempenho do mercado de trabalho no primeiro semestre de 2009, por um lado, não foi satisfatório, por outro ficou acima das expectativas no início da crise nas economias doméstica e internacional. As evoluções dos níveis de ocupação e rendimento são bem inferiores às registradas no mesmo período de 2008. Outros indicadores, todavia, não reagiram tão mal, como foi o caso das taxas de desemprego e de informalidade.¹ Além disso, no mês de junho registrou-se melhora em praticamente todos os indicadores, o que vem sendo interpretado por muitos analistas como uma possível evidência de que as maiores dificuldades teriam ficado para trás. É bem possível que isto se revele verdadeiro nos próximos meses, desde que a ocupação mantenha o esboço de recuperação delineado no último mês. Ainda que este cenário venha a prevalecer, é importante assinalar, a crise terá deixado sua marca: no último mês de junho, pela primeira vez desde a implementação da atual metodologia da Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PME/IBGE) em 2002/2003, verificou-se uma retração do nível da ocupação em relação ao mesmo mês do ano anterior, revelando a magnitude do desaquecimento da demanda por mão de obra.

Nesse contexto, além da análise dos indicadores de comportamento do mercado de trabalho metropolitano estrito senso, torna-se oportuno discutir a matéria sob um prisma mais amplo, e incluir outros elementos na avaliação dos efeitos da crise econômica sobre o mercado de trabalho brasileiro. É com o intuito de contribuir para um maior esclarecimento da questão que este número de *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise* traz quatro notas técnicas, que, de uma forma ou de outra, são correlatas ao tema.

A primeira nota, de Marcelo Azevedo, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), apresenta o índice de medo do desemprego, elaborado e divulgado pela CNI. Esta estatística, que passou a ser difundida recentemente apesar de ter resultados registrados desde 1996, pode ser entendida como um indicador antecedente, dado que reflete as expectativas acerca do comportamento do mercado de trabalho no curto e médio prazos. O autor discute a metodologia envolvida no cálculo do índice e apresenta a sua evolução histórica, destacando o seu comportamento recente: elevação no último trimestre do ano passado e no primeiro trimestre deste ano, com queda no segundo.

A segunda nota trata do impacto da crise sobre as mulheres, e foi elaborada no âmbito do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Seu objetivo é verificar em que medida há uma evolução distinta dos indicadores de desempenho do mercado de trabalho para cada sexo. Conclui-se que as mulheres foram proporcionalmente mais afetadas na evolução do nível de ocupação, e que este efeito da crise desencadeou uma retração da oferta de trabalho relativamente maior para as mulheres.

1. Vale dizer que no caso do desemprego há indícios de que a trajetória desse indicador não foi pior devido a uma retração na oferta de trabalho. Ver mais detalhes sobre o assunto na seção Análise do Mercado de Trabalho deste volume.

Carlos Henrique Corseuil, Rodrigo Dias, Miguel Foguel, e Daniel Santos, pesquisadores e bolsistas do Ipea, assinam a terceira nota, que discute o custo da perda de um emprego formal no Brasil. Os autores usam episódios de demissões nos dados da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (Rais/MTE), entre 2000 e 2006, para analisar tanto o tempo que o indivíduo leva para se reempregar no setor formal, como para comparar o salário de reemprego com o que vigorava no momento da demissão. Os resultados apontam que 38% dos indivíduos não conseguem se reempregar no setor formal num prazo de até um ano, e que há uma perda salarial de aproximadamente 13% associada à demissão.

A proposta da última nota técnica é verificar em que nível se dá a contribuição do seguro-desemprego para atenuar os efeitos da crise no mercado de trabalho. Os autores Brunu Amorim e Roberto Gonzalez, também pesquisadores do Ipea, contrastam a cobertura e a taxa de reposição deste mecanismo com a duração do desemprego. Os resultados indicam que seguro-desemprego atua como mecanismo de estabilização eficaz, mas apenas por um período relativamente curto.

Além dessas notas, e de uma breve análise centrada nos resultados disponíveis para o primeiro semestre dos principais indicadores do desempenho do mercado de trabalho, este número reúne também três ensaios sobre economia solidária, enfocando o processo de institucionalização das políticas de apoio ao setor. A partir de abordagens e perspectivas distintas, os textos logram fornecer um conjunto articulado de visões sobre o estado das artes dos desafios da economia solidária, e destacam a necessidade de seu fortalecimento e enraizamento nas políticas públicas de Estado.

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

1 INTRODUÇÃO

A fim de balizar os resultados sobre a *performance* do mercado de trabalho, a análise tem início com um breve panorama do ambiente macroeconômico na primeira metade de 2009.¹ No que se refere ao nível de atividade, os indicadores apontam para uma tendência de retração da economia. De fato, o último resultado disponível para o produto interno bruto (PIB) referente ao primeiro trimestre de 2009 mostra uma diminuição de 1,8% frente ao mesmo período do ano de 2008, enquanto indicadores indiretos do nível de atividade – tais como vendas no varejo e produção industrial – indicam que não houve recuperação no segundo trimestre. Já os índices de preço vêm apontando taxas de crescimento menores do que as registradas para o igual período de 2008, sinalizando um desaquecimento do mercado interno. Em particular, o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) apresentou taxas de inflação anualizadas negativas no primeiro semestre do ano corrente. Portanto, o cenário macroeconômico que serve de pano de fundo para a análise do mercado de trabalho é de retração do nível de atividade. Não obstante, alguns indicadores antecedentes (o índice de confiança empresarial e o índice de medo do desemprego – este apresentado em nota técnica neste volume e ambos levantados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) apontam uma reversão das expectativas para o segundo semestre e sinalizam para a retomada da atividade econômica.

A discussão das próximas seções mostrará que em boa medida o mercado de trabalho metropolitano vem refletindo essa realidade da economia.² Em linhas gerais, o desempenho do primeiro semestre não foi satisfatório, ainda que não tenha sido tão fraco conforme chegou a ser temido ao final do ano passado. Além disso, no mês de junho observou-se melhora em praticamente todos os indicadores, o que vem sendo interpretado por muitos analistas como uma possível evidência de que o pior teria ficado para trás. É possível que tal predição venha de fato a se concretizar, desde que o crescimento da ocupação, mais importante até mesmo do que a queda da taxa de desemprego ocorrida em junho, mantenha-se nos meses seguintes. Contudo, mesmo que isso se verifique, os efeitos da crise terão sido grandes, pois pela primeira vez desde a implementação da nova metodologia da PME o crescimento da ocupação em 12 meses foi negativo.³ Os principais indicadores serão analisados em detalhes a seguir.

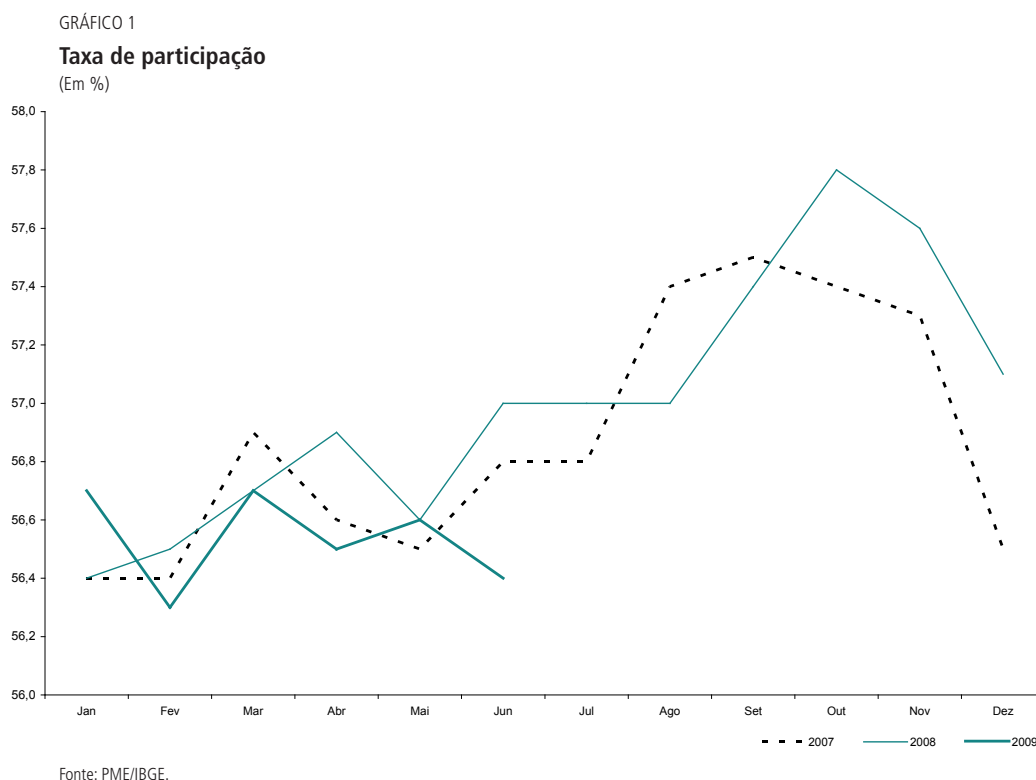
1. Esse panorama macroeconômico está fundamentado pelos números disponíveis na sinopse macroeconômica do ipeadata. Ver www.ipeadata.gov.br.

2. Para tanto, serão utilizados os dados de pesquisas domiciliares tanto do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Pesquisa Mensal do Emprego (PME), quanto do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED); e, ainda, o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – este último um registro administrativo nacional do emprego formal.

3. A última vez em que se havia detectado uma retração da demanda no mercado de trabalho metropolitano no espaço de 12 meses foi em 1999.

2 TAXA DE ATIVIDADE E DESOCUPAÇÃO

O gráfico 1 ilustra a evolução da taxa de atividade⁴ ao longo dos anos de 2007 a 2009. Nota-se ali que, em 2009, esta taxa situa-se em um patamar inferior aos dos demais anos. Em especial em junho de 2009, assume o segundo menor valor do ano e a maior variação frente ao mesmo mês de 2008 – de cerca de 0,6 ponto percentual (p.p.). Ao se considerar a variação entre os primeiros semestres de 2009 e 2008, a queda corresponde a 0,2 p.p., resultado que é amortecido pelas variações positivas nas regiões metropolitanas de São Paulo e Recife.⁵



Para entender melhor a evolução dessa taxa é interessante desagregá-la segundo características da força de trabalho.⁶ Na repartição por sexo, as mulheres mantiveram uma taxa praticamente estável nos seis primeiros meses de 2009 vis-à-vis 2008, tendo os homens uma leve redução de 0,4 p.p. No mesmo período, todas as faixas de escolaridade apresentaram queda de participação, mas o grupo com instrução inferior ao ensino fundamental completo foi o mais atingido (-1,2 p.p.). Com relação à desagregação por idade, as pessoas mais afetadas por uma redução no indicador encontram-se na faixa de 10 a 24 anos, com destaque para aqueles entre 15 e 17 anos (-1,9 p.p.). Entretanto, indivíduos com mais de 24 anos passam a participar mais da força de trabalho.

O gráfico 2 mostra a trajetória da taxa de desemprego, ou taxa de desocupação, para o agregado das regiões metropolitanas (RMs), entre 2007 e 2009. Este indicador, no primeiro

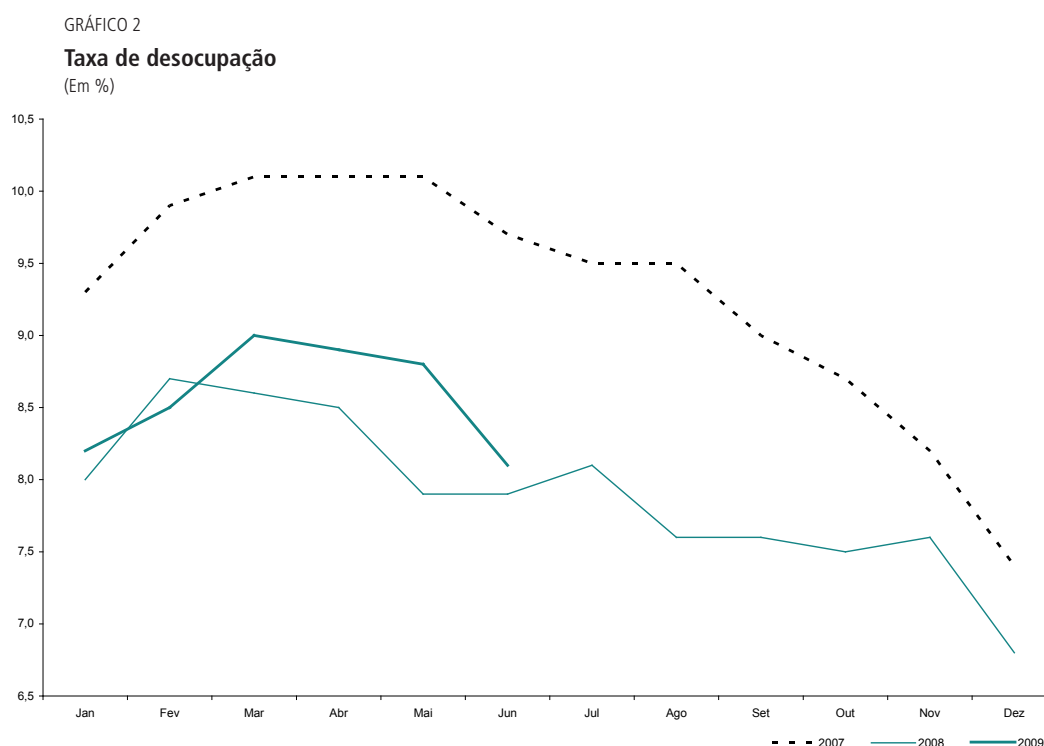
4. A taxa de atividade ou participação é obtida pela divisão entre a população economicamente ativa (PEA) e a população em idade ativa (PIA).

5. Recife e São Paulo apresentam uma variação positiva de 0,9 e 0,4 p.p. Contudo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Rio de Janeiro têm uma variação negativa de 1,3, 0,9, 0,6 e 0,3 p.p., respectivamente.

6. Os dados encontram-se disponíveis no anexo estatístico, ao final deste volume.

semestre do corrente ano, ficou entre os patamares registrados nos mesmos períodos de 2007 e 2008. Vale destacar que entre os meses de março e maio de 2009 foram registrados os maiores valores para esta taxa desde outubro de 2007. Entretanto, no mês de junho esta taxa apresentou uma apreciável recuperação, o que resultou em uma aproximação da curva referente a 2008 – o hiato foi de apenas 0,2 p.p. frente a junho de 2008.⁷

Essa comparação anual da taxa de desemprego exibe, porém, um padrão diferenciado entre as RMs. Ao considerar a variação entre o primeiro semestre de 2009 e sua contrapartida em 2008, os resultados negativos concentram-se em Recife e São Paulo, com um crescimento de, respectivamente, 0,3 e 1 p.p.⁸ Dado que a RM de São Paulo tem um peso relativamente bem maior, esta influencia bastante a taxa total e, com isso, a eleva em 0,4 p.p. na variação do semestre.⁹



Fonte: PME/IBGE.

Em linhas gerais, as taxas de desemprego aberto apuradas pela PED, do Dieese, corroboram o comportamento agregado captado pela PME. Em termos regionais, contudo, verifica-se alguma divergência: São Paulo mantém-se como a RM com maior crescimento deste indicador entre os primeiros semestres (0,8 p.p.), que também subiu em Salvador e Porto Alegre; mas esta taxa caiu nas demais RMs (Belo Horizonte, Recife e Distrito Federal).¹⁰

7. Isso de deveu em boa parte à retração da oferta. Um exercício contrafactual simples mostra que, caso a taxa de participação tivesse se mantido no nível de maio, a taxa de desemprego teria sido de 8,3% e, no caso do patamar de junho de 2008, teria sido igual a 9,1%.

8. Em Salvador, Porto Alegre e Belo Horizonte, a taxa de desemprego experimentou redução de, respectivamente, 0,2, 0,3 e 0,5 p.p., enquanto no Rio de Janeiro este indicador ficou estável.

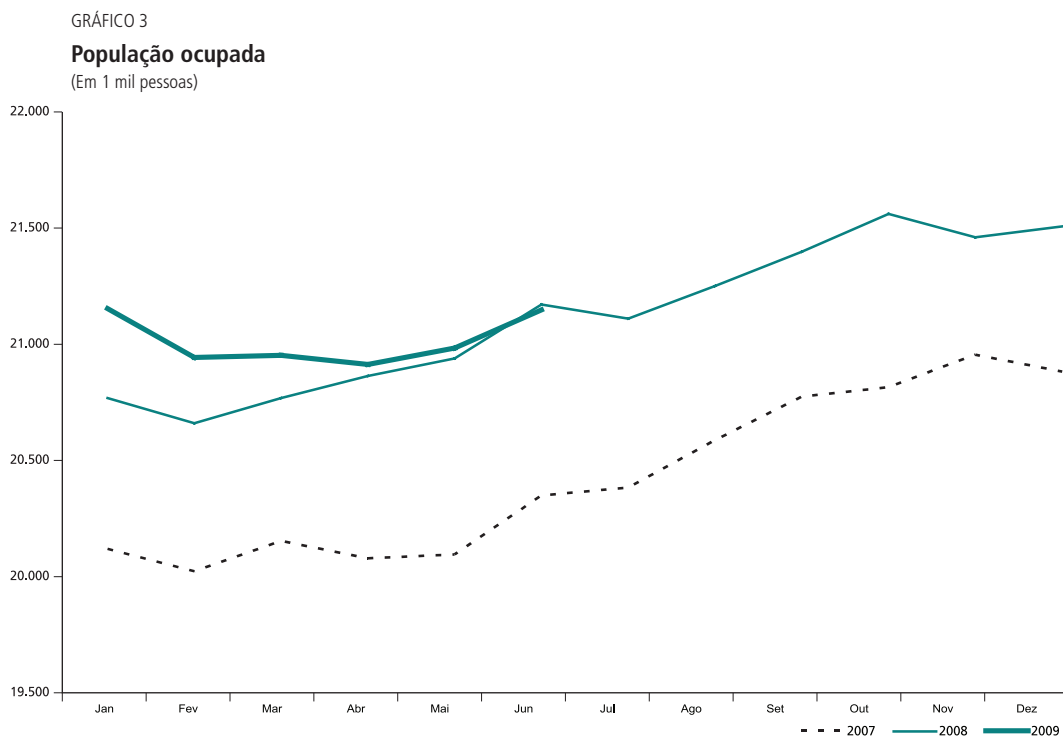
9. Ver anexo estatístico ao final deste volume.

10. Uma possível explicação para essas diferenças reside nas variações nas taxas de participação, tanto devido à natureza amostral das pesquisas, como pela já constatada importância do lado da oferta para o comportamento das taxas de desemprego na PME.

Por fim, dois pontos interessantes merecem destaque na análise da taxa de desocupação com base nos dados da PME. O primeiro diz respeito ao seu comportamento por faixa de escolaridade, o qual revela um aumento para os mais educados: 11 0,6 p.p. ao se considerar a variação entre os semestres iniciais de 2008 e 2009, e 0,5 p.p. na comparação entre junho de 2008 e junho de 2009; para as demais faixas educacionais, as taxas mantiveram-se praticamente constantes. O segundo ponto se refere ao aumento do desemprego entre os chefes de domicílio. Apesar de o indicador ser menor para esta posição do que para os outros membros do domicílio, no período entre os seis meses iniciais de 2008 e de 2009, houve um crescimento de 0,5 p.p. para os chefes.

3 OCUPAÇÃO E INFORMALIDADE

Ao analisar a ocupação e sua trajetória nos últimos anos, observa-se que no primeiro semestre de 2009 a média da população ocupada nas RMs correspondeu a aproximadamente 21 milhões de indivíduos. Este valor agregado apresentou uma variação de 0,7%, se comparado ao mesmo período do ano anterior. Tal resultado positivo não capta, todavia, todos os movimentos da variável ao longo do tempo, na medida em que existe uma convergência entre as curvas de 2008 e 2009 durante o semestre, a qual culmina no cruzamento no último mês, quando o nível da ocupação vem a ficar abaixo do registrado em junho do ano passado.



Fonte: PME/IBGE.

O gráfico 4, que fornece a variação percentual anual do número de ocupados mês a mês, torna mais fácil constatar quão declinante – e destoante do padrão dos anos anteriores – foi a evolução deste indicador nos últimos meses: pela primeira vez, desde o início da nova metodologia da PME, foi detectada uma variação negativa da ocupação (-0,1%). Vale assinalar que desempenho semelhante só pôde ser observado na série da

11. O grupo que engloba os trabalhadores com pelo menos 11 anos completos de estudo.

antiga metodologia da pesquisa,¹² na qual a variação anual relativa a setembro de 1999 também alcança valores negativos (-0,2%).

GRÁFICO 4

Variação anual da população ocupada - contínuo

(Em %)



Fonte: PME/IBGE.

Nos dados do CAGED,¹³ a queda da ocupação também é visível nos resultados do saldo da movimentação da mão de obra¹⁴ acumulado em 12 meses (gráfico 5). É importante destacar que no primeiro semestre deste ano a variação do emprego formal atingiu valores menores que os registrados em anos anteriores para o mesmo período. A desagregação dos dados por setor de atividade aponta que a queda no saldo total sofre grande influência da indústria de transformação. E esta, embora tenha se recuperado, ainda apresenta um número médio de desligamentos superior à média de admissões nos seis meses iniciais de 2009.

12. A série histórica da antiga metodologia da PME possui dados até o mês de dezembro de 2002. Os valores referentes à população ocupada, utilizados para o cálculo da variação anual, consideravam pessoas de 15 anos ou mais de idade.

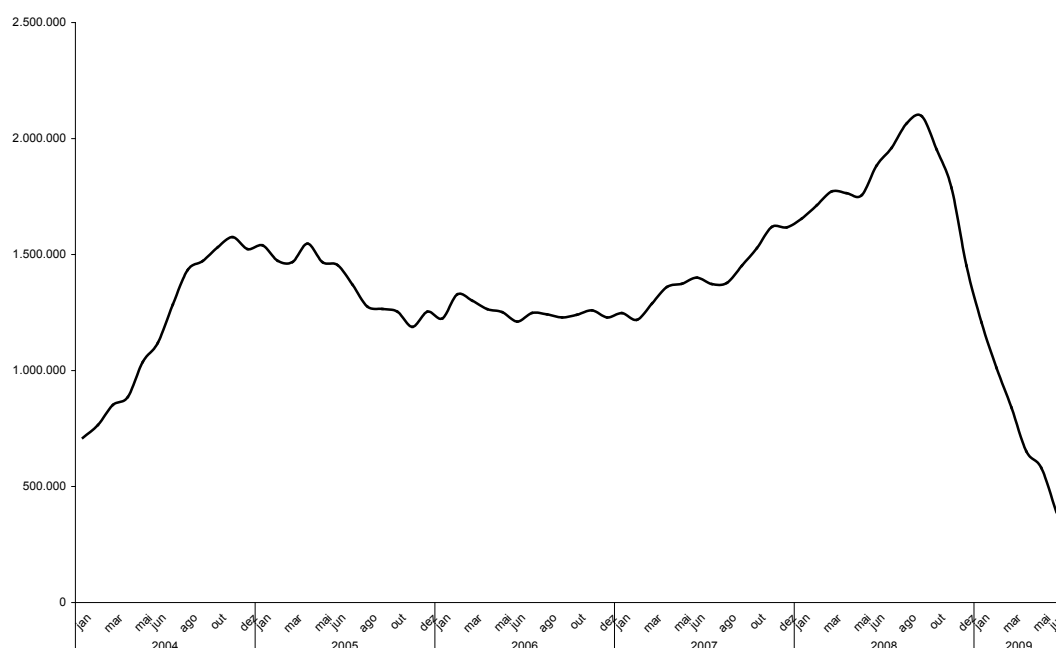
13. É importante considerar que o CAGED e a PME diferenciam-se com relação ao período de referência da pesquisa. A primeira fonte reporta todas as informações após o encerramento do mês, enquanto a segunda tem suas informações reportadas ao longo de todo o mês. Assim, é possível que o CAGED capture com maior precisão as transições para o desemprego no caso de elas terem se concentrado no final do mês. Cabe ressaltar, ainda, que este cadastro cobre todo o território nacional, e que as informações divulgadas referem-se apenas aos vínculos formais.

14. O saldo da movimentação da mão de obra consiste na diferença entre o total de admissões e o total de desligamentos.

GRÁFICO 5

Saldo da movimentação da mão de obra acumulado em 12 meses - contínuo

(Em milhares)



Fonte: CAGED/MTE.

De volta aos dados da PME, a desagregação regional do número de ocupados possibilita verificar que Recife, Salvador, São Paulo e Belo Horizonte obtiveram aumento de, respectivamente, 3,7%, 2,4%, 0,8% e 0,6 %, quando comparados os valores médios do primeiro semestre de 2009 com os do mesmo intervalo de 2008. O impacto negativo ficou por conta de Porto Alegre (-0,9%), enquanto o Rio de Janeiro manteve-se praticamente estável.

Com relação à ocupação por gênero, entre o primeiro semestre de 2008 e o de 2009, observou-se maior crescimento na ocupação das mulheres (1,5%) do que na dos homens (0,1%). Na comparação entre junho 2009 e o mesmo mês de 2008, a variação masculina é negativa em 0,8%, enquanto a feminina é positiva (0,7%).

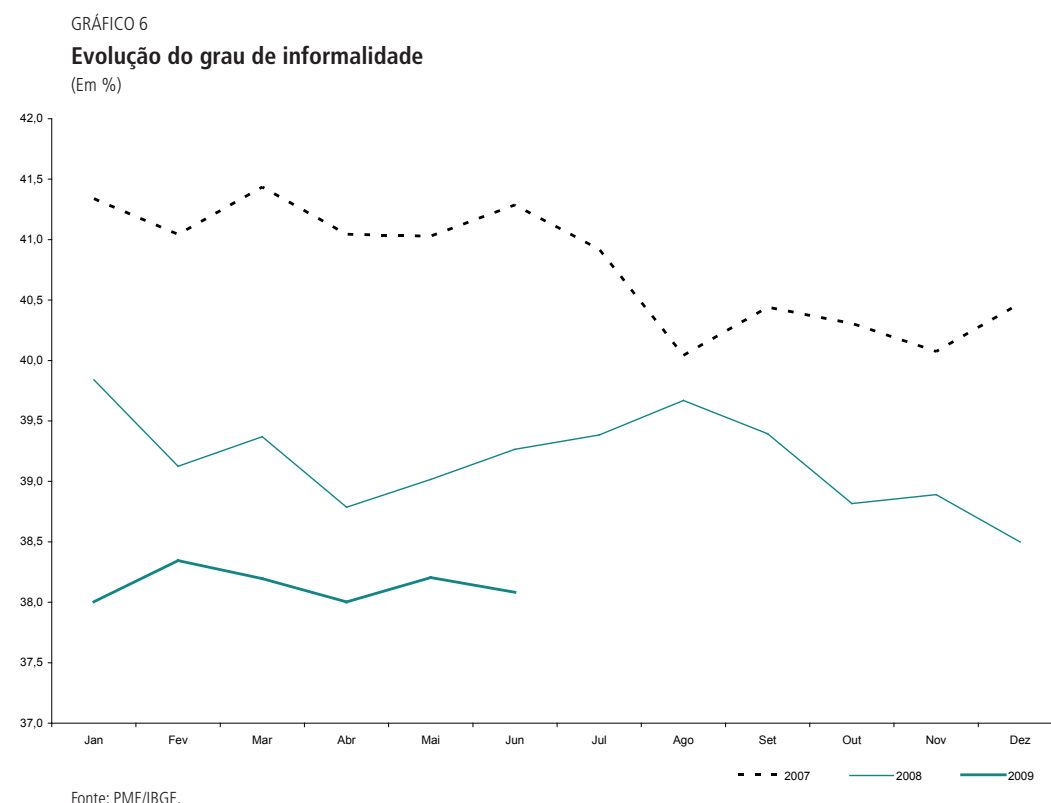
A partir da abertura da ocupação por setores de atividade, é possível notar que, apesar de a indústria ter apresentado a maior queda no semestre (-4,0%), setores como comércio e outros serviços¹⁵ também contribuíram para a diminuição da *performance* dos ocupados (respectivos -2,2 e -0,7). Os demais setores obtiveram desempenho positivo, com destaque para os segmentos da construção civil (+3,3%) e da administração pública (+3,2%).

No que diz respeito aos ocupados por posição no emprego, uma comparação baseada nas médias semestrais de 2008 e 2009 revela que a categoria dos militares e estatutários apresentou aumento de 3,8%, seguida pelos empregados com carteira de trabalho assinada (2,8%). Já os decréscimos ficaram a cargo dos empregadores (-0,6%), dos trabalhadores por conta própria (-1,0%) e dos empregados sem carteira assinada (-2,9%). É importante frisar ainda que, embora pouco representativos no universo da população ocupada (0,6%), os não remunerados apresentaram uma queda de 8,5% com relação ao ano anterior.

15. Esse agrupamento abrange as atividades de alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; e outros serviços coletivos, sociais e pessoais.

O desempenho dos grupos de empregados com e sem carteira permite moldar a evolução do grau de informalidade:¹⁶ o gráfico 6 confirma a sua permanência em patamares inferiores aos dos anos anteriores, e comportamento em 2009 relativamente estável até aqui. Nos seis meses iniciais de 2009, o valor médio do nível de informalidade ficou em 38,1 %, o que representa uma queda de 1,1 p.p. em relação a 2008.

Em suma, não só o fraco desempenho do nível de ocupação preocupa, mas também o fato de ele não estar tão aparente em função do comportamento aceitável da taxa de desemprego – resultado do comportamento da oferta, como visto anteriormente – suscita preocupações por poder levar a diagnósticos excessivamente otimistas. De forma análoga, o grau de informalidade não refletiu até aqui o fraco desempenho da ocupação, o que, de um lado, sugere não ter havido substituição expressiva de empregos formais por ocupações informais, mas, de outro lado, também indica que as perspectivas de crescimento não melhoraram a ponto de estimular a formalização.



4 RENDIMENTO E MASSA SALARIAL

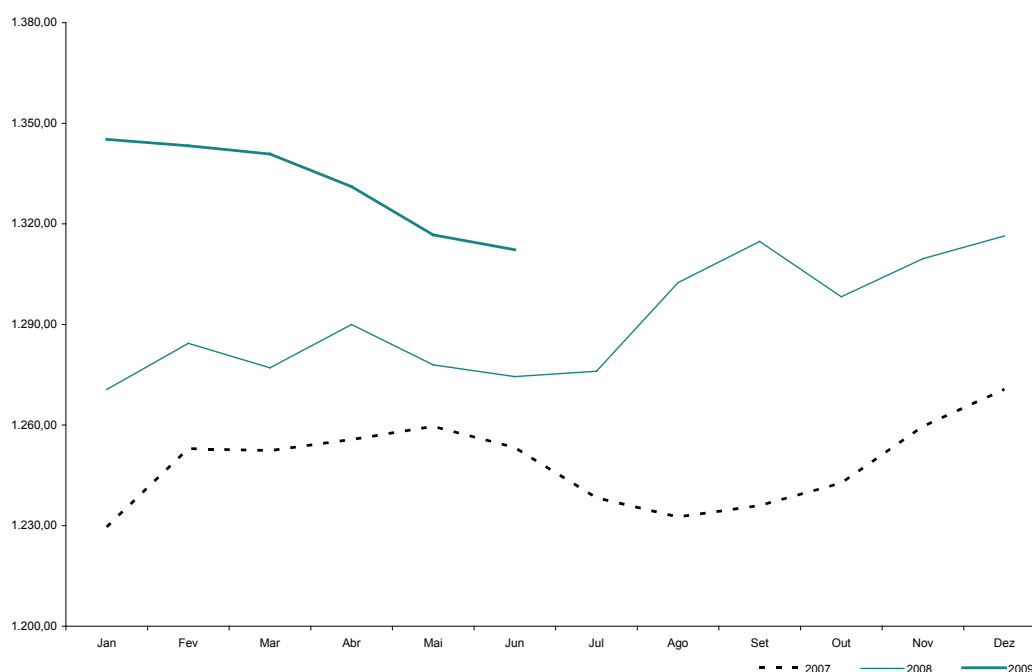
A evolução mensal do rendimento médio real habitualmente recebido nos últimos anos pode ser observada no gráfico 7. Nele constata-se que o rendimento cai de forma contínua de janeiro a junho de 2009, período ao final do qual acumula uma perda de aproximadamente R\$ 33 (ou 2,5%), embora permaneça acima do apurado para o primeiro semestre do ano passado. Este comportamento faz com que a diferença para o mesmo período em 2008 caia de 5,9% em janeiro para 3,0% em junho.¹⁷ Ainda é possível verificar que nos últimos anos não há registro de queda do rendimento que tenha persistido por tanto tempo.

16. O grau de informalidade aqui utilizado é definido como a razão entre trabalhadores sem carteira, por conta própria e não remunerados sobre o total de ocupados.

17. O crescimento é de 4,2% quando comparada a média do primeiro semestre de 2009 com a de 2008.

GRÁFICO 7

Rendimento médio real habitual (Em R\$)



Fonte: PME/IBGE.

Tanto a magnitude como a persistência da queda observada para os rendimentos motivam o registro de maiores detalhes da evolução deste indicador. Uma primeira hipótese a ser investigada diz respeito ao uso da rotatividade de trabalhadores por parte das firmas enquanto instrumento para redução salarial. Ou seja, segundo esta hipótese, seria de se esperar uma queda do rendimento médio se as firmas demitissem trabalhadores com salários relativamente altos e contratassem outros com salários mais baixos.

A tabela 1 traz informações suficientes para atestar essa hipótese, ao mostrar tanto o rendimento médio como a participação na população ocupada dos grupos de trabalhadores classificados de acordo com o tempo de permanência no emprego. Se a hipótese estiver correta, a participação dos trabalhadores com pouco tempo de emprego deveria subir em detrimento da participação dos trabalhadores com maior experiência.

TABELA 1

Percentual da população ocupada e rendimento médio real habitual por tempo de permanência no emprego (jan./jun. 2009)

	2009			
	% da população ocupada ³		Rendimento médio ²	
	Janeiro	Junho	Janeiro	Junho
Tempo de permanência no emprego ¹				
< 1 ano	20,34	19,69	766	774
entre 1 e 2 anos	11,78	12,24	959	933
2 anos ou mais	67,88	68,07	1.586	1.536

Fonte: PME/IBGE.

Embora as primeiras duas colunas da tabela mostrem que esse movimento de fato tenha ocorrido, a magnitude é muito pequena, não tendo atingido um ponto percentual. Tal dimensão parece não ser suficiente para ditar o movimento observado no rendimento médio. O fator que parece ter sido preponderante é a queda de rendimento experimentada

pelos trabalhadores dos dois grupos mais experientes, que, além de terem salários mais altos, respondem por aproximadamente 80% da população ocupada. O fato está ilustrado na terceira e na quarta colunas da mesma tabela.

Na ausência de um respaldo mais concreto para a hipótese de rotatividade nas firmas ter sido o fator preponderante para explicar a queda nos rendimentos, resta testar duas hipóteses alternativas. A mais óbvia seria uma queda do rendimento dos grupos majoritários na população ocupada, tal como mencionado para o caso do tempo de emprego. Outra possibilidade é se ter uma realocação da mão de obra entre postos com remunerações distintas. Exemplo disto pode ser obtido a partir da análise da seção anterior: sugere-se ali que, no que diz respeito ao setor de atividade, a indústria deve ter perdido espaço para os demais setores. Ora, dado que a indústria tende a pagar salários relativamente altos, isto poderia explicar a queda do salário médio, ainda que o salário de cada grupo se mantivesse inalterado.

Os resultados dispostos na tabela 2 tendem a refutar essa hipótese. Uma vez mais, há um movimento muito tímido na participação do grupo de trabalhadores em questão – no caso, aqueles que trabalham na indústria. E também, assim como na tabela 1, é possível detectar um movimento mais intenso de queda de rendimento de um grupo com participação expressiva na população ocupada. No caso do setor de atividade, este grupo corresponde ao setor de serviços, cuja participação gira em torno de 40% e a remuneração média experimenta uma queda de praticamente 7% entre janeiro e junho de 2009.¹⁸

TABELA 2

Percentual da população ocupada e rendimento médio real habitual por setores de atividade (jan./jun. 2009)

Setores de atividade	2009			
	% da população ocupada ³		Rendimento médio ²	
	Janeiro	Junho	Janeiro	Junho
Indústria	17,06	16,42	1.394	1.412
Construção	7,17	7,39	961	1.088
Comércio	19,35	18,98	1.043	1.041
Serviços	39,92	40,11	1.321	1.235
Administração pública	16,00	16,55	1.900	1.823

Fonte: PME/IBGE.

Portanto, conclui-se que a queda registrada no rendimento médio não é consequência de movimentos de realocação dos trabalhadores entre postos de trabalho, mas sim um reflexo de queda de rendimento estrito senso experimentada por grupos de trabalhadores com participação expressiva na população ocupada. A conclusão é reforçada quando se replica este tipo de análise para grupos de trabalhadores classificados de acordo com seus níveis de escolaridade. Aqueles com pelo menos ensino médio completo experimentam a maior perda salarial (3,9%) e representam o grupo com maior participação na população ocupada (em torno de 57% no primeiro semestre de 2009).¹⁹

A combinação dessa queda no rendimento médio com o fraco desempenho reportado para o nível de ocupação se reflete na massa salarial. O gráfico 8 mostra a evolução mensal deste indicador para os últimos anos. Dois fatos chamam atenção: *i*) uma queda contínua de janeiro a maio, que totaliza aproximadamente 3%; e *ii*) o nível atingido no segundo

18. Vale assinalar também a queda de 4,2% do rendimento dos trabalhadores da administração pública.

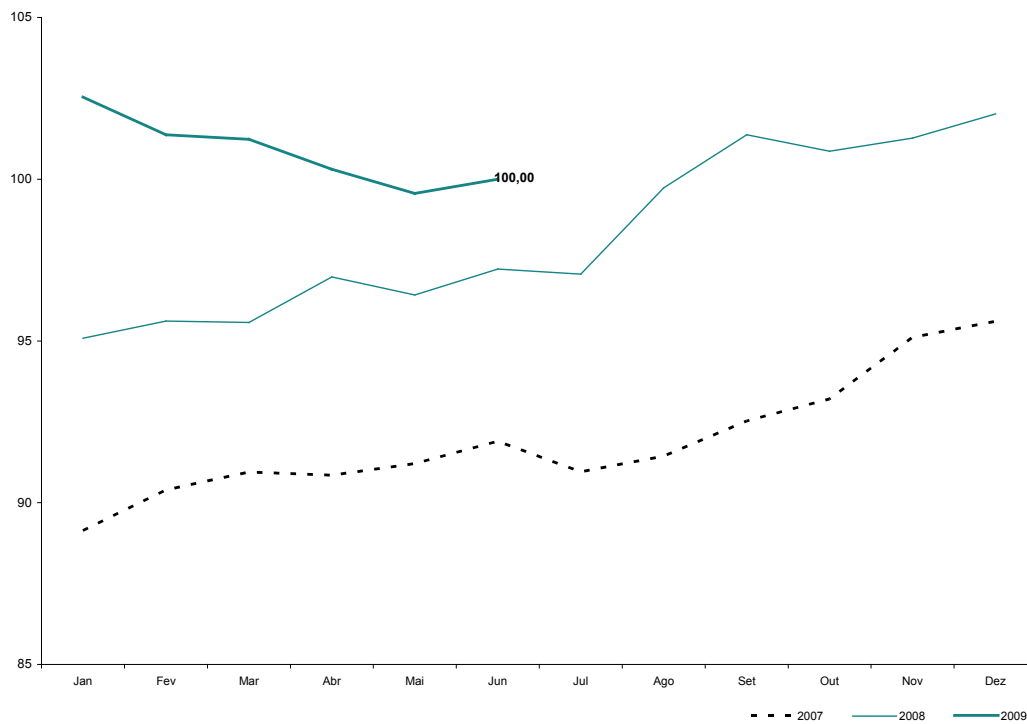
19. Na verdade, a queda dos rendimentos dos grupos mais escolarizados é suficiente para sobrepujar o efeito estatístico de elevação dos rendimentos médios como um todo devido ao crescimento relativo destes grupos no contingente de ocupados (o efeito composição) que prevaleceu nos anos anteriores.

trimestre ser inferior ao registrado no último trimestre de 2008. São fatos preocupantes na medida em que sugerem um possível desaquecimento do consumo das famílias, o que poderia dificultar uma possível recuperação da economia e do mercado de trabalho, ao menos no curto prazo. A intensidade desta recuperação no segundo semestre de 2009 vai depender, portanto, da velocidade na retomada dos investimentos.

GRÁFICO 8

Massa salarial

(Base: junho = 100)



Fonte: PME/IBGE.

NOTA TÉCNICA

O ÍNDICE DE MEDO DO DESEMPREGO

Marcelo Souza Azevedo

A CRISE ECONÔMICA INTERNACIONAL E OS (POSSÍVEIS) IMPACTOS SOBRE A VIDA DAS MULHERES

Observatório Brasil da Igualdade de Gênero

CONSEQUÊNCIAS DA PERDA DE UM EMPREGO FORMAL NO BRASIL

Carlos Henrique L. Corseuil
Rodrigo F. Dias
Miguel Foguel
Daniel D. Santos

O SEGURO-DESEMPREGO COMO RESPOSTA À CRISE NO EMPREGO: ALCANCE E LIMITES

Bruno Amorim
Roberto Gonzalez

O ÍNDICE DE MEDO DO DESEMPREGO

Marcelo Souza Azevedo*

1 O ÍNDICE DE MEDO DO DESEMPREGO: HISTÓRICO E METODOLOGIA

O Índice de Medo de Desemprego é um indicador elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) a partir de pesquisa de opinião pública que exprime o sentimento dos brasileiros sobre o desemprego. A pesquisa tem abrangência nacional e é realizada trimestralmente.

A relevância desse indicador reside no fato de que sua evolução ajuda a antecipar variações no ritmo de atividade econômica. Isto se dá porque a avaliação do medo de desemprego antecede, em alguma medida, a evolução do desemprego, assim como variações futuras no consumo e poupança das famílias. Uma avaliação otimista, ou seja, de baixo medo do desemprego, sugere inclinação a aumentar o consumo e, assim, de maior atividade econômica no futuro. Uma avaliação pessimista, ou seja, de alto medo do desemprego, sugere a necessidade de cortar gastos e reduzir o consumo, com reflexo negativo na atividade econômica. Cumpre ainda ressaltar que, por ser derivado de pesquisa de opinião pública, o resultado é obtido de forma célere em comparação com outras estatísticas.

A pesquisa de opinião da qual se obtém o Índice de Medo do Desemprego teve início em 1996. Embora usualmente trimestral, em 1998 e 1999 a periodicidade da pesquisa foi reduzida de modo a atender ao interesse da CNI de levantar a opinião pública sobre outros assuntos relevantes. As pesquisas são domiciliares, realizadas pessoalmente por uma equipe de entrevistadores contratada pelo IBOPE Inteligência, devidamente credenciada, com experiência e treinamento específico em pesquisas de opinião pública, e com utilização de questionário elaborado de acordo com os objetivos da pesquisa. Há filtragem em todos os questionários após a realização das entrevistas e fiscalização de aproximadamente 20% deles. São realizadas 2002 entrevistas no período de quatro a cinco dias corridos.

São entrevistados brasileiros eleitores, com 16 anos ou mais, residentes em domicílios particulares permanentes de todas as regiões do Brasil. O universo de eleitores é estratificado. Cada estrato é composto por apenas um estado brasileiro, com exceção dos estados do Acre, Amapá e Roraima, que juntos constituem apenas um. Quando o estado possui região metropolitana, seu universo é estratificado em região metropolitana e interior.

O modelo de amostragem utilizado é o de conglomerados em três estágios. No primeiro estágio, os municípios são selecionados probabilisticamente por meio do modelo PPT (Probabilidade Proporcional ao Tamanho), com base na população com 16 anos ou mais em cada município. No segundo estágio, são selecionados os conglomerados: setores censitários, com PPT sistemático. A medida de tamanho é a população de 16 anos ou mais residente nos setores. Por fim, no terceiro estágio seleciona-se em cada conglomerado um número fixo de eleitores segundo cotas de variáveis descritas como se segue:

- Sexo: masculino e feminino;
- Grupos de idade: 16-17, 18-24, 25-29, 30-39, 40-49, 50-69, e 70 anos ou mais;

* Analista de Políticas e Indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

- Instrução: até a 4ª série do ensino fundamental; 5ª a 8ª série do ensino fundamental; ensino médio; ensino superior;
- Atividade: setor de dependência – agricultura, indústria de transformação, indústria de construção, outras indústrias, comércio, prestação de serviços, transporte e comunicação, atividade social, administração pública, outras atividades, estudantes e inativos.

As fontes de dados para a elaboração da amostra (em 2009) são: Censo 2000, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2007), e Tribunal Superior Eleitoral (TSE 2008). O intervalo de confiança estimado é de 95% e a margem de erro máxima estimada é de dois pontos percentuais para mais ou para menos sobre os resultados encontrados no total da amostra.

Até março de 2008, a questão sobre o medo do desemprego fez parte do Índice Nacional de Expectativa do Consumidor (INEC), também elaborado pela CNI e que sintetiza a opinião dos brasileiros sobre alguns aspectos capazes de afetar as suas decisões de consumo.

Em junho, o INEC foi reformulado e a questão do medo do desemprego deixou de ser utilizada em sua composição. Reconhecida a importância da avaliação do medo de desemprego enquanto indicador antecedente da atividade econômica, a partir de abril de 2009 a CNI passou a divulgar o Índice de Medo do Desemprego em separado.

Trata-se de um índice de base fixa (outubro de 1997 = 100), cuja construção se fundamenta na seguinte pergunta: “Com relação ao desemprego, pensando no(a) Sr.(a.) e nas pessoas de sua família, o(a) Sr.(a.) diria que:”.

A partir das respostas cria-se um número índice, que corresponde à média ponderada pela frequência relativa de cada resposta. São três opções de respostas válidas: i) está com muito medo de ser afetado pelo desemprego; ii) está com pouco medo de ser afetado pelo desemprego; e iii) não está com medo de ser afetado pelo desemprego. Para a primeira alternativa, atribui-se peso 3; para a segunda, peso 2; e para a alternativa iii), peso 1. Calcula-se a média destes escores ponderada pelas frequências relativas das respostas. Por fim, divide-se o valor pelo valor calculado em outubro de 1997, ou seja:

$$IMD_t = \frac{100 \times \sum_{j=1}^3 (f_{jt} \times E_j)}{B} \quad (1)$$

Onde:

IMD_t : Índice de Medo do Desemprego no mês t ;

f_j : frequência relativa das respostas do tipo j no mês t ;

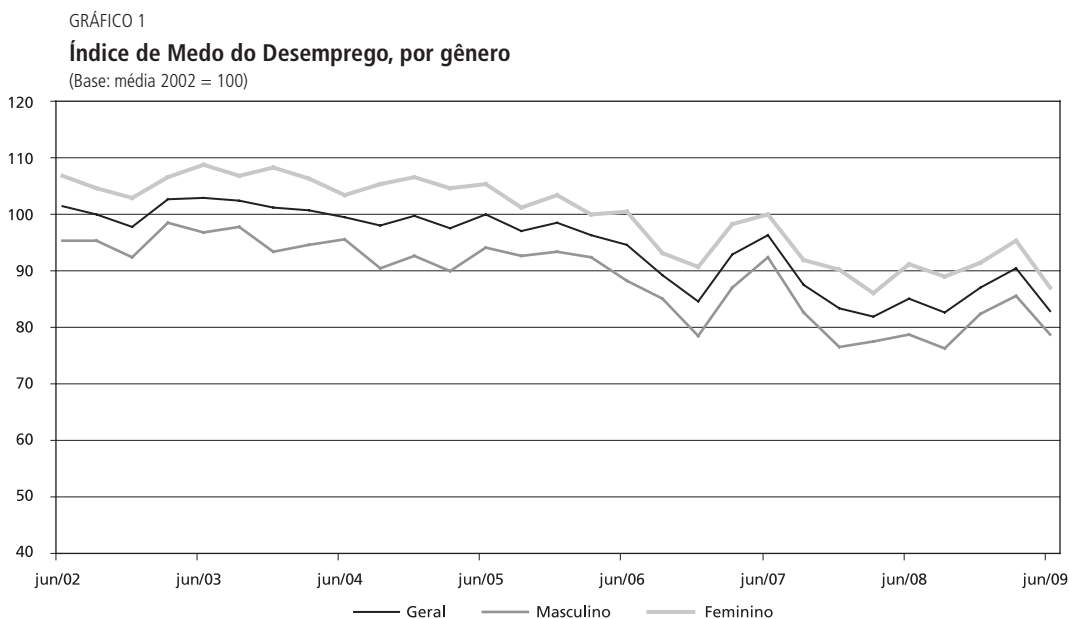
E_j : pesos da resposta do tipo $j = 1, 2, 3$ onde $E_1 = 3$; $E_2 = 2$; $E_3 = 1$; e

B : valor base.

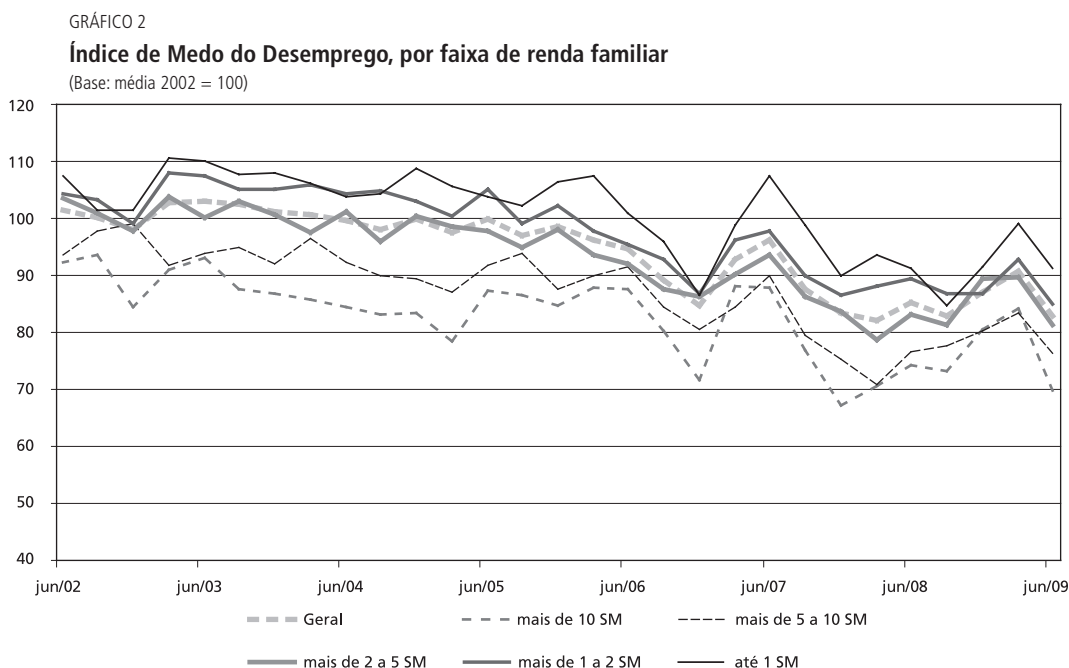
2 O ÍNDICE DE MEDO DO DESEMPREGO PARA DIFERENTES ESTRATOS

Utilizando-se dos cortes que a pesquisa permite, pode-se observar a diferença da percepção do medo do desemprego para diferentes estratos da população brasileira. Atualmente, a pesquisa comporta estes cortes desde 2002. Futuramente, será disponibilizada a série histórica desde seu início. Por conta disso, para o cálculo dos índices estratificados, será aqui utilizada como base a média de 2002. Com esta nova ponderação, o último valor do índice de desemprego é 82,9 pontos, e sua média histórica, entre março de 2002 e junho de 2009, é 94,5 pontos.

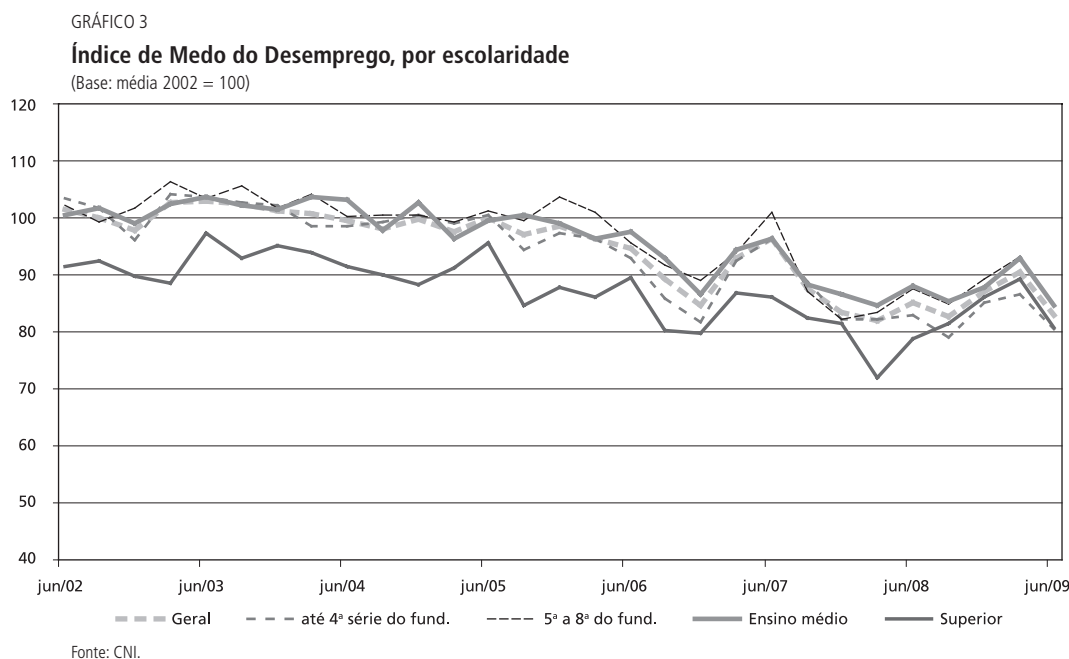
Conforme evidencia o gráfico 1, o índice comporta-se de forma muito semelhante para pessoas do sexo masculino e feminino, mas estas últimas registram maior medo do desemprego como regra. A média histórica do Índice de Medo do Desemprego entre março de 2002 e junho de 2009 é 89,1 pontos para os homens e 99,7 pontos para as mulheres.



O gráfico 2 demonstra que o Índice de Medo do Desemprego é inversamente proporcional à renda familiar. Quanto maior a renda familiar, de um modo geral, menor o índice. A média histórica do Índice de Medo do Desemprego entre março de 2002 e junho de 2009 é 83,1 pontos para as pessoas com renda familiar acima de 10 salários mínimos (SMs), e alcança 101,1 pontos para as pessoas com renda familiar inferior a 1 SM.



Quando considerado o grau de escolaridade, verifica-se que o medo do desemprego é destacadamente inferior entre as pessoas com nível superior. Entre as pessoas de escolaridade menor, o medo do desemprego é maior, mas não há grande diferenciação entre as pessoas dos diferentes níveis de escolaridade pesquisados: até a 4ª série do ensino fundamental, entre a 5ª e a 8ª série do fundamental, e o ensino médio. A média histórica do Índice de Medo do Desemprego entre março de 2002 e junho de 2009 para as pessoas de nível superior é 87,3 pontos. Para as pessoas dos outros níveis de escolaridade, o índice supera os 90 pontos, e atinge 96,5 pontos para as pessoas que completaram entre a 5ª e a 8ª série do ensino fundamental.

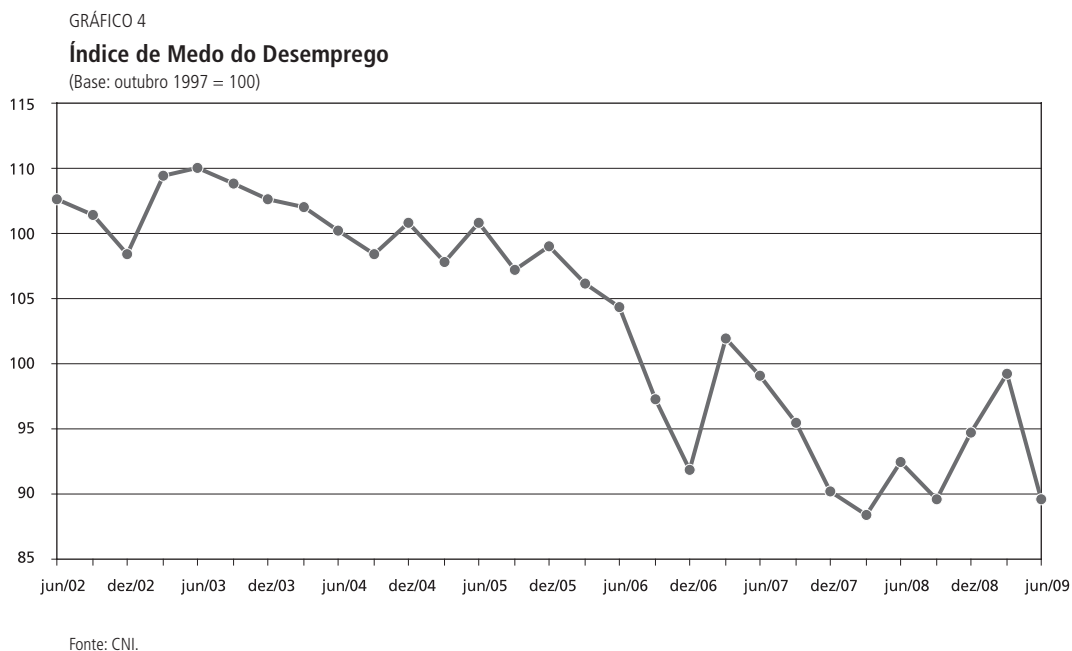


3 O ÍNDICE DE MEDO DO DESEMPREGO EM JUNHO DE 2009

O Índice de Medo do Desemprego encontra-se em 89,0 pontos em junho de 2009. Trata-se de uma queda de 8,4% na comparação com o índice anterior, de março de 2009, o que denota queda no medo do desemprego. Esta queda sucede dois trimestres consecutivos de alta no índice na comparação com o índice imediatamente anterior. Na comparação com o índice de junho de 2008, a queda é de 2,7%.

O índice de junho de 2009 é também idêntico ao observado em setembro de 2008, quando os efeitos da crise econômica ainda não eram tão pronunciados na economia brasileira. Cumpre ressaltar também que o valor de junho é bastante baixo na comparação com o início da década.

O percentual de respondentes que afirmaram estar com muito medo do desemprego foi de 22,1% das respostas válidas em junho de 2009. Este é um percentual que pode ser considerado baixo; o número já superou 45% em 2003. O percentual de pessoas que afirmaram não estar com medo do desemprego, por sua vez, foi de 46% na mesma pesquisa. Este percentual é elevado: trata-se do segundo maior da série desde 2002, atrás somente do observado em março de 2008.



4 O ÍNDICE DE MEDO DO DESEMPREGO: PERSPECTIVA HISTÓRICA

O medo do desemprego está recuando desde o final de 2002, com duas exceções. No mês de março de 2007, registrou-se aumento de 9,4% na comparação com o mês de dezembro de 2006, possivelmente em decorrência de uma reavaliação de expectativas após o período eleitoral, que afetou também uma série de outras variáveis então utilizadas para compor o INEC. A segunda exceção foi o aumento do medo do desemprego recente, de 9,3% no acumulado entre os meses de dezembro de 2008 e março de 2009, por conta do acirramento da crise internacional.

O valor médio do índice entre 2002 e 2005 supera 105 pontos. A partir de 2007, o valor médio anual do índice é inferior a 95 pontos, embora em 2008 tenha sido apenas 90,4 pontos.

A marcada tendência de queda no medo do desemprego, em especial em 2007 e 2008, na comparação com os anos anteriores se deve a uma série de fatores. Primeiramente, a queda no medo do desemprego pode ser explicada pelo forte crescimento do produto interno bruto (PIB) brasileiro, acima da média mundial, nesses dois anos, apesar dos impactos da crise econômica mundial no fim de 2008. Com isso, registrou-se criação recorde de empregos.

Em segundo lugar, cabe destacar que nesses dois anos a formalização de empregos cresceu mais que o emprego informal. A formalização do emprego trouxe mais segurança aos empregados, reduzindo assim a percepção de medo do desemprego.

Também chama atenção o incremento de políticas assistencialistas como o benefício do seguro-desemprego e o Programa Bolsa Família, os quais, embora não aumentem a segurança no emprego, certamente dão amparo aos desempregados.

A CRISE ECONÔMICA INTERNACIONAL E OS (POSSÍVEIS) IMPACTOS SOBRE A VIDA DAS MULHERES

Observatório Brasil da Igualdade de Gênero¹

1 INTRODUÇÃO

Ampliaram-se ao longo dos últimos dez meses as matérias produzidas pela mídia em geral e pelos veículos especializados, bem como os encontros destinados a discutir, com públicos variados, as causas, impactos e (possíveis) respostas dos governos para enfrentar e debelar a crise que tem tirado o sono e os empregos de milhões de mulheres e homens em todos os continentes. A crise entrou decisivamente na agenda nacional e alguns dos temas que têm merecido espaço neste cenário são aqueles relacionados às consequências geradas no mercado de trabalho brasileiro. Tem se conferido especial atenção aos movimentos das taxas de desemprego, dos níveis de ocupação e da massa salarial, quase sempre a partir de uma análise que privilegia os impactos diferenciados segundo os setores de atividade econômica, faixa de renda, faixa etária, Unidade da Federação, grau de instrução e tipo do município.

As principais discussões sobre o tema, no entanto, têm ignorado os impactos diferenciados da crise sobre a oferta e a qualidade do emprego por sexo. As análises produzidas neste contexto consideram trabalhadores, portanto, como uma massa homogênea, cujos diferentes marcadores identitários em nada interferem na forma de inserção e participação dos grupos sociais no mercado de trabalho. Ocorre, entretanto, que a configuração do mercado de trabalho brasileiro, sua segmentação por sexo e desigualdades que o caracterizam podem implicar resultados bastante distintos segundo o sexo do(a) trabalhador(a). Pode-se imaginar, por exemplo, que o contexto de crise tem prejudicado mais intensamente a população feminina, em razão de sua inserção mais precária no mercado de trabalho. É também razoável pensar que, neste momento inicial da crise, no qual o setor industrial parece ser o mais afetado, os homens tenham sido mais impactados, uma vez que este setor é majoritariamente ocupado pela população masculina. Estas e outras hipóteses podem ser levantadas, e é exatamente esta a perspectiva que se procura enfrentar com o trabalho aqui desenvolvido.

Para tanto, esta nota técnica traz uma série de indicadores conjunturais sobre emprego e desemprego que permitem avaliar, em caráter inicial, os primeiros impactos produzidos pela crise econômica e financeira internacional na participação no mundo do trabalho e na ocupação masculina e feminina. Foram utilizados indicadores produzidos a partir do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), do

1. Esta nota técnica sintetiza e atualiza os principais resultados do *Boletim Mulher e Trabalho, Edição Especial: a crise econômica internacional e os (possíveis) impactos sobre a vida das mulheres*, resultado de um esforço integrado de diversas organizações que integram o grupo de trabalho para acompanhamento da crise no âmbito do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Contribuíram para a elaboração deste estudo os técnicos do Ipea Natália Fontoura, Marcelo Galiza e Roberto Gonzalez; da Organização Internacional do Trabalho (OIT) Solange Sanches e Márcia Vasconcelos; do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Ana Sabóia e Cimar Pereira; da Universidade Federal Fluminense (UFF) Hildete Pereira e Alberto di Sabbato; e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), Luana Pinheiro.

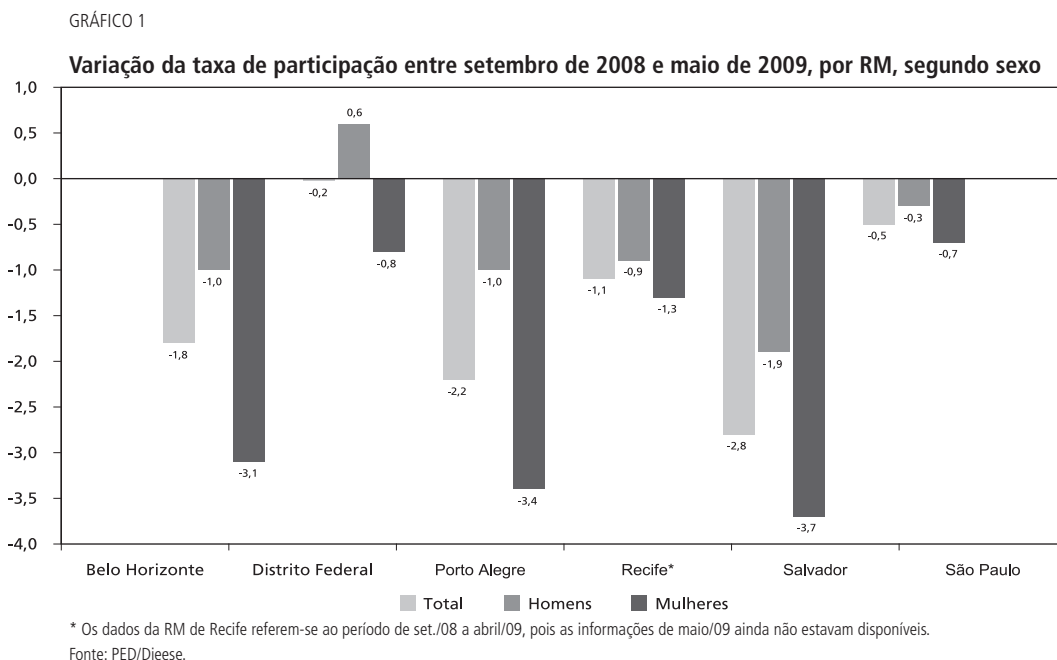
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). O CAGED é um registro administrativo que traz informações mensais sobre todos os estabelecimentos que tenham efetuado qualquer tipo de movimentação (admissão, desligamento ou transferência) em seu quadro de empregados com contrato de trabalho regido pela CLT. Permite, assim, uma avaliação conjuntural do mercado de trabalho formal do país – ou seja, apenas dos trabalhadores que possuem carteira assinada. A PME, por sua vez, é uma pesquisa domiciliar realizada mensalmente em seis regiões metropolitanas (RMs) do país (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre) que traz informações, também de natureza conjuntural, referentes à condição de atividade, condição de ocupação, rendimento médio, posição na ocupação, posse de carteira de trabalho assinada, entre outras, contemplando, assim, toda a população ocupada ou à procura de trabalho, e não apenas os trabalhadores assalariados com carteira assinada. A PED, nos mesmos moldes da PME, cobre as RMs de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Distrito Federal, São Paulo e Porto Alegre.

2 OS RESULTADOS RECENTES DO MERCADO DE TRABALHO SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO

Nos oito meses que se seguiram aos primeiros efeitos da crise no país (setembro/2008 a abril/2009),² o crescimento da população economicamente ativa (PEA) feminina foi menor que o crescimento da PEA masculina em todas as RMs pesquisadas na PED. Houve decréscimo da PEA feminina em Salvador (-3,0%), em Belo Horizonte (-1,5%), em Porto Alegre (-2,3%) e em São Paulo (-1,9%), enquanto para os homens não se verificou decréscimo da PEA em qualquer das RMs. Importante destacar que observa-se, neste caso, uma reversão de fenômeno verificado em anos anteriores, quando se notava uma leve tendência ao crescimento maior da PEA feminina em relação à masculina, havendo indícios, portanto, de que o contexto de crise econômica retirou relativamente mais mulheres do mercado de trabalho do que homens. Em outras palavras, parece que o baixo dinamismo econômico tem conduzido as mulheres para a inatividade.

As informações da PED sobre a taxa de participação de homens e mulheres no mercado de trabalho deixam mais clara essa tendência, que, apesar de leve, é nítida e previsível, na medida em que expressa traços de nossa cultura patriarcal. Isso porque em situações de perda de emprego/ocupação no núcleo familiar, há maior probabilidade de que mulheres retornem às suas casas e se responsabilizem pelas atividades domésticas do que homens, ou porque a perda de rendimento familiar impossibilita a manutenção de uma trabalhadora doméstica que desenvolvia atividades que agora serão desempenhadas por elas, ou porque a procura de trabalho, especialmente em contexto de crise, envolve custos significativos, que, para não onerarem demasiadamente as famílias, são direcionados à busca de emprego para os homens. Assim, entre setembro/2008 e maio/2009, a taxa de participação das mulheres caiu mais do que a dos homens em todas as RMs pesquisadas. Os dados mostram queda na taxa de participação dos homens nas regiões metropolitanas, mas esta queda é sempre menos acentuada que a verificada entre as mulheres (gráfico 1).

2. Até o fechamento da presente nota técnica, a estimativa da PEA de maio de 2009, desagregada por sexo, ainda não havia sido divulgada pelo Dieese. Os demais dados apresentados ao longo do texto estão atualizados até maio de 2009.



No que diz respeito ao nível de ocupação, nota-se que as variações nos meses pós-setembro de 2008 foram, de forma geral, negativas para homens e mulheres, com quedas relativas um pouco mais acentuadas no caso das mulheres (-2,36% contra -1,59%). Interessante observar que, no mesmo período do ano anterior, a ocupação feminina crescia relativamente mais, quando comparada à ocupação masculina. Ou seja, parece que a crise refreou um processo, até então existente, de feminização do mercado de trabalho (tabela 1). Como será visto adiante, este resultado pode estar associado à maior fragilidade dos vínculos femininos.

TABELA 1
Varição do nível de ocupação e da taxa de desemprego nas RMs em períodos selecionados, segundo sexo
(Em %)

Período	Varição no nível de ocupação		Varição na taxa de desemprego	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Mai./09-set./08	-1,59	-2,36	25,86	9,18
Mai./08-set./07	0,53	1,11	-10,14	-13,04

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

A tabela 1 evidencia, ainda, que a taxa de desemprego masculina elevou-se mais que a feminina quando se toma como referência os meses imediatamente posteriores à crise. É possível perceber que há um aumento da ordem de 25,86% na taxa de desemprego dos trabalhadores do sexo masculino das seis regiões metropolitanas pesquisadas pela PME, enquanto este valor corresponde a inferiores 9,18% quando focadas as trabalhadoras.

Se o nível de ocupação caiu relativamente mais entre as mulheres, seria de se esperar que houvesse um maior aumento do desemprego para elas, em comparação aos trabalhadores homens. No entanto, o que justifica a menor elevação na taxa de desemprego entre as mulheres parece ser a inatividade que as acomete mais intensamente no período de crise. Desse modo, as trabalhadoras que perdem seus postos de trabalho não se tornam necessariamente desempregadas, pois desistem de procurar emprego.

A desagregação dos dados de ocupação segundo os setores de atividade econômica indica que as maiores quedas relativas na ocupação feminina ocorreram na indústria extrativa e de

transformação, água, luz e gás (-8,28%) e nos serviços de intermediação financeira e atividades imobiliárias (-3,43%). Entre os homens, as maiores quedas relativas foram em serviços domésticos (-12,71%) e também na indústria (-5,90%) (tabela 2). Tal como apontado em diversos estudos anteriores, em termos absolutos, foi realmente o setor industrial o mais impactado neste primeiro momento de crise – queda de 247 mil postos de trabalho no período analisado, dos quais 137 mil eram ocupados por homens e 110 mil, por mulheres. Seria de se esperar, assim, que tanto para homens quanto para mulheres fosse este o setor com maiores taxas de desligamentos. Interessante evidenciar, porém, que, apesar de ser a indústria um campo de trabalho altamente masculinizado, foram as trabalhadoras as que, proporcionalmente, mais perderam empregos neste setor – talvez pela maior fragilidade de seus vínculos. Ou seja, a crise provocou um aprofundamento do perfil masculino da indústria brasileira, indo na contramão do movimento de feminização que parecia ter lugar no mesmo período do ano anterior.

TABELA 2
Varição do nível de ocupação nas RMs segundo sexo e setor de atividade em períodos selecionados
(Em %)

Período	Indústria, água, luz e gás	Construção civil	Comércio, reparação de veículos etc.	Intermediação financeira, atividades imobiliárias	Adm. pública, saúde, educação etc.	Serviços domésticos	Outros serviços
Homem							
Mai./09-set./08	-5,90	-3,82	0,99	2,35	5,23	-12,71	-4,23
Mai./08-set./07	0,60	0,73	1,03	4,01	-0,90	6,44	-2,31
Mulher							
Mai./09-set./08	-8,28	30,29	-2,09	-3,43	-0,27	-1,25	-1,70
Mai./08-set./07	5,55	-3,74	0,75	2,97	-0,15	-1,81	1,51

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

Outro aspecto merecedor de destaque refere-se às atividades de trabalho doméstico que, conforme mostra a tabela 2, desempregaram proporcionalmente muito mais homens do que mulheres: -12,71% e -1,25%, respectivamente. O que estes dados parecem mostrar é que o trabalho doméstico executado por homens não se configura em um bem de primeira necessidade para as famílias, podendo ser mais facilmente dispensado do que o executado por mulheres. Isto ocorre devido à estrutura diferenciada do mercado de trabalho doméstico feminino e masculino, no qual as atividades desenvolvidas por trabalhadores e trabalhadoras são intrinsecamente diferentes: enquanto a eles cabem ocupações como jardineiro, caseiro e motorista, às mulheres cabem as tarefas de cuidado com casa e crianças, que se constituem em atividades fundamentais para a reprodução cotidiana das famílias. Assim, abrir mão do trabalho exercido por estas trabalhadoras parece ser algo mais “custoso” para as famílias, especialmente para as mulheres, pois o trabalho dito “reprodutivo” lhes impõe jornadas maiores e mais intensas de trabalho, e impacta decisivamente suas oportunidades de entrada e permanência no mercado de trabalho.

Como último aspecto a se destacar nesta análise de ocupação por setores de atividade, vale notar certa substituição da mão de obra masculina pela feminina nos empreendimentos da construção civil. Entre setembro de 2008 e maio de 2009, os dados da PME apontam uma queda de 3,82% no conjunto de postos ocupados por homens neste setor, enquanto há uma elevação da ocupação feminina da ordem de 30,29%, o que indica um movimento de feminização da construção civil, tendência que será reafirmada na análise dos dados do CAGED a seguir.

O detalhamento por posição na ocupação é ainda mais revelador. Inicialmente, é possível perceber que foram os trabalhadores ocupados em postos de trabalho de pior qualidade

aqueles que mais perderam seus empregos, o que havia sido levantado como hipótese para explicar o freio no movimento de feminização do mercado de trabalho que vinha ocorrendo. Frente ao cenário econômico desfavorável, parece que os primeiros empregos a serem eliminados são, de fato, aqueles mais frágeis. Como se pode observar na tabela 3, as demissões enfrentadas pelas mulheres no período de crise se deram especialmente entre aquelas que não contavam com carteira de trabalho assinada (-11,36%).

TABELA 3
Variação do nível de ocupação nas RMs segundo sexo e posição na ocupação em períodos selecionados
(Em %)

Período	Trabalhador doméstico	Servidor público/militar	Com carteira	Sem carteira	Conta própria	Empregador	Sem remuneração
Homem							
Mai./09-set./08	-12,71	-5,05	1,65	-7,05	-3,13	-1,66	-27,89
Mai./08-set./07	6,44	5,02	3,34	-3,67	-3,68	-1,26	4,76
Mulher							
Mai./09-set./08	-1,25	-2,35	0,01	-11,36	-1,22	-8,17	12,29
Mai./08-set./07	-1,81	8,00	3,53	-4,38	0,02	-5,64	13,39

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

Nesse mesmo período, contudo, verificou-se um aumento na ocupação feminina no trabalho sem remuneração, indicando que, no contexto de crise econômica, os postos de trabalho que se abriram para as mulheres foram aqueles de natureza mais precária, para os quais não há remuneração para o trabalho realizado. Uma das hipóteses é que as mulheres antes empregadas em outras ocupações, desempregadas ou inativas, tenham tido que se inserir nos empreendimentos familiares – talvez substituindo trabalhadores que tiveram que ser desligados – na condição de colaboradoras, que trabalham, mas não têm renda própria, o que reafirma os valores sexistas fundantes da sociedade brasileira.

Destaca-se, ainda, que entre os trabalhadores ocupados na categoria de empregadores, ou seja, donos de seus próprios negócios, registra-se redução no nível de ocupação tanto para homens quanto para mulheres, em maior intensidade para estas (-1,66% e -8,17%, respectivamente). Pode-se imaginar que a maior precariedade dos empreendimentos femininos seja o principal fator a explicar as desigualdades verificadas neste contexto de crise internacional.

Já para os trabalhadores do sexo masculino, a principal redução nos postos de trabalho após setembro de 2008 foi justamente entre os não remunerados, para os quais se verificou uma queda de 27,89%. Houve também uma redução significativa no total de ocupados em empregos domésticos (-12,71%), e sem carteira assinada (-7,05%). Verificou-se, ainda, um ligeiro crescimento nos postos com carteira assinada (1,65%),³ naturalmente menor do que o resultado observado no mesmo período do ano anterior.

Os resultados apresentados até aqui, com base nas pesquisas domiciliares de emprego, possibilitaram uma análise do mercado de trabalho global, ou seja, tanto daquelas ocupações precárias e com vínculos frágeis quanto daquelas de maior qualidade e proteção social, além da categoria de empregadores. Julga-se interessante conhecer, porém, em maior nível

3. Nota-se, aqui, uma suposta divergência de resultados entre a PME e o CAGED, que, como será apresentado a seguir, aponta uma tendência à feminização do mercado de trabalho formal após setembro de 2008. Ressalta-se, entretanto, que a comparação dos dois resultados exige cautela, pois as diferenças metodológicas entre as duas informações são significativas. Não se avaliaram neste estudo as possíveis razões de tal divergência, mas esta poderia ser explicada, por exemplo, pelo fato de o CAGED considerar todo o território nacional, e não apenas as regiões metropolitanas.

de detalhamento, o funcionamento do mercado de trabalho formal e suas reações frente ao quadro de crise econômica. Isto porque a destruição de ocupações celetistas gera consequências distintas tanto para trabalhadores(as) quanto para empresas, e mesmo para o governo – que tem reduzida sua arrecadação e ampliados seus gastos no pagamento, por exemplo, do benefício do seguro-desemprego. Os dados do CAGED permitem este tipo de análise mais aprofundada do mercado formal, pois oferecem informações sobre desligamentos e admissões de todos(as) os(as) trabalhadores(as) com carteira assinada.

A partir da tabela 4, constata-se que os primeiros efeitos da crise internacional relativos ao emprego formal foram sentidos na indústria de transformação – conforme tendência já verificada pela PME – e, também, na construção civil. Sob a perspectiva de gênero, este fato merece grande atenção. A indústria de transformação e a construção civil são, tradicionalmente, setores de atividade econômica masculinos. Nesse sentido, se os impactos da crise internacional sobre o emprego, até o momento, foram mais seriamente verificados nestes setores, espera-se que os homens tenham sido mais afetados.

TABELA 4

Varição absoluta e relativa de empregos com carteira assinada segundo subsectores de atividade econômica e sexo

Subsetores de atividade econômica	Saldo CAGED – out./07 a mai./08						Saldo CAGED – out./08 a mai./09					
	Homem		Mulher		Total		Homem		Mulher		Total	
	Varição absoluta	Varição relativa ¹	Varição absoluta	Varição relativa ¹	Varição absoluta	Varição relativa ¹	Varição absoluta	Varição relativa ¹	Varição absoluta	Varição relativa ¹	Varição absoluta	Varição relativa ¹
Extrativa mineral	6.237	3,74%	1.266	7,15%	7.503	4,07%	-5.514	-3,09%	-233	-1,18%	-5.747	-2,90%
Indústria de transformação	91.099	1,79%	89.154	4,31%	180.253	2,52%	-400.004	-7,45%	-91.773	-4,10%	-491.777	-6,47%
Serviços industriais de utilidade pública	5.529	1,95%	1.542	2,80%	7.071	2,08%	-467	-0,16%	691	1,20%	224	0,06%
Construção civil	152.219	10,14%	11.791	11,25%	164.010	10,21%	-47.574	-2,67%	5.644	4,46%	-41.930	-2,19%
Comércio	149.850	3,73%	127.639	4,86%	277.489	4,18%	11.671	0,27%	55.213	1,94%	66.884	0,94%
Serviços	240.632	3,77%	214.123	4,20%	454.755	3,96%	45.987	0,68%	124.881	2,28%	170.868	1,39%
Administração pública direta e autárquica	3.429	1,03%	9.547	2,07%	12.976	1,64%	-1.136	-0,34%	-15	0,00%	-1.151	-0,14%
Agropecuária	-39.868	-3,01%	-1.843	-0,80%	-41.711	-2,68%	-113.339	-8,36%	-38.387	-14,51%	-151.726	-9,36%
Total	609.127	3,19%	453.219	4,25%	1.062.346	3,57%	-510.376	-2,51%	56.021	0,49%	-454.355	-1,43%

Fonte: CAGED/MTE.

Elaboração: Diretoria de Estudos Sociais (DISOC) do Ipea.

Nota: 1. A variação relativa refere-se ao saldo líquido de admissões e desligamentos do período em análise dividido pelo estoque estimado de trabalhadores celetistas no primeiro dia do período. Para estimar o estoque de trabalhadores celetistas no primeiro dia de outubro de cada ano, utilizou-se o estoque de trabalhadores celetistas ativos em dezembro de 2007, obtidos por meio da Rais, e ajustou-se tal resultado a partir da movimentação de emprego do CAGED. Por exemplo, o estoque no dia primeiro de outubro de 2007 equivale ao estoque de trabalhadores celetistas ativos em dezembro de 2007, subtraído do saldo líquido do CAGED no período de outubro de 2007 a dezembro de 2007.

Os dados do CAGED confirmam que foram os homens que mais perderam postos de trabalho formais no período em análise.⁴ Entre outubro de 2008 e maio de 2009 ocorreu uma eliminação de 454.355 postos de trabalho formais no Brasil, sendo que, considerados apenas os homens, a retração do número de ocupações foi maior (-510.376). Em outras palavras, no mesmo período, deu-se um aumento no número de mulheres ocupadas de 56.021. Em termos relativos, o estoque de trabalhadores formais homens reduziu-se 2,51% após o período de oito meses analisado, enquanto o contingente de mulheres ocupadas no mercado formal aumentou 0,49%. Nesse sentido, pode-se dizer que tem ocorrido uma feminização do mercado de trabalho formal, contrastando com a tendência verificada na análise do mercado de trabalho metropolitano.

4. Optou-se por iniciar a análise do emprego formal a partir do mês de outubro de 2008 e não de setembro de 2008, pois foi em outubro que os dados do CAGED passaram a evidenciar uma clara desaceleração na geração de empregos celetistas.

Nos setores da indústria de transformação e da construção civil, os mais afetados pela crise, nota-se que as mulheres foram menos atingidas no que diz respeito ao nível de ocupação. No início de outubro de 2008, 70,58% dos postos de trabalho da indústria de transformação eram ocupados por homens. Passados oito meses após a crise internacional, a participação dos homens no setor caiu 0,74 ponto percentual, indicando que o número de postos de trabalho ocupados por mulheres na indústria caiu proporcionalmente menos em relação à queda do número de postos ocupados por homens. Segundo as informações do CAGED, até mesmo as indústrias têxtil e de calçados, de predominância feminina,⁵ registraram uma redução no estoque de emprego masculino proporcionalmente maior do que a ocorrida entre as mulheres. Na indústria têxtil, ocorreu uma queda de 3,77% no total de vagas ocupadas por mulheres e de 4,85%, naquelas ocupadas por homens. Na indústria de calçados, as quedas foram de 9,60% e 10,17%, para mulheres e homens, respectivamente.

Esse processo de feminização do emprego formal é ainda mais curioso na construção civil. No período analisado, o resultado líquido entre admissões e desligamentos no setor foi -41.930. Desagregando este resultado por sexo do trabalhador, nota-se que a redução de postos de trabalho ocupados por homem foi de 47.547, e o número de postos de trabalho ocupados por mulheres aumentou 5.644, o que revela ter ocorrido uma substituição de trabalhadores homens por mulheres na construção civil, algo que já havia sido verificado nos dados da PME.

Outro setor que apresentou grande retração no estoque de empregos formais no período analisado foi a agropecuária. No total, foram perdidos 151.726 postos de trabalhos, dos quais 38.387 (25,30%) eram ocupados por mulheres. Não se deve atribuir tal resultado, porém, apenas à crise internacional. Pelo menos grande parte desta retração no emprego formal é explicada por fatores sazonais, em especial à entressafra da cana-de-açúcar. Observa-se que, no período compreendido entre outubro de 2007 e maio de 2008, o saldo verificado foi de -41.711 vagas. De qualquer forma, ainda que fosse esperado o resultado negativo na agropecuária para o período, sua magnitude nos últimos oito meses foi bastante expressiva.

Os setores terciários (comércio e serviços) registraram crescimento do emprego formal no período analisado. Isto não significa, contudo, que não tenham sido afetados pela crise internacional. Comparados os resultados dos últimos oito meses com os obtidos no período de outubro de 2007 a maio de 2008, tem-se que aqueles foram bastante tímidos. No comércio, entre outubro de 2007 e maio de 2008, foram criados 277.498 empregos formais, enquanto entre outubro de 2008 e maio de 2009 este número foi de apenas 66.884. Nos serviços, por sua vez, foram 454.755 contra 170.868.

De todo modo, esses foram os setores que mais empregaram nos últimos oito meses, em especial as mulheres. No comércio, a maior parte dos novos postos de trabalho foi ocupada por mulheres: 55.213 (82,55%) de um total de 66.884 postos gerados. Nos serviços, do total de 170.868 vagas criadas nos últimos oito meses, 124.881 (73,09%) foram ocupadas por mulheres. Nesse contexto, a participação das mulheres nos setores terciários cresceu razoavelmente no período.

5. No primeiro dia de outubro de 2008, 61,64% e 51,10% do total de trabalhadores celetistas das indústrias têxtil e de calçados, respectivamente, eram mulheres.

3 CONCLUSÃO

O objetivo da presente nota técnica foi analisar os dados recentes de mercado de trabalho sob a perspectiva das relações de gênero. Se homens e mulheres têm inserções bastante diferenciadas no mundo do trabalho, provavelmente são diferentemente atingidos em um contexto de crise econômica. Esta hipótese inicial parece ter sido confirmada com o exame dos dados das pesquisas domiciliares de emprego do IBGE e do Dieese e do cadastro de admissões e desligamentos do Ministério do Trabalho e Emprego.

Em um primeiro momento, observou-se que as mulheres foram relativamente mais afetadas pela crise internacional, e sugeriu-se que tal resultado pode ser reflexo da maior fragilidade de seus vínculos empregatícios. Como estas ocupam majoritariamente os postos de trabalho de pior qualidade, e como são exatamente estes os primeiros postos a serem eliminados em um contexto de crise, as consequências da crise sobre o emprego teriam recaído mais sobre as mulheres, ainda que os setores mais atingidos sejam tradicionalmente masculinos.

Além do nível de ocupação ter se reduzido proporcionalmente mais para as mulheres, registrou-se também que elas têm se retirado mais do mercado em direção à inatividade, enquanto homens seguem na busca por emprego – o que explicaria, assim, a ampliação relativamente maior das taxas de desemprego masculinas. Como resultado destas primeiras tendências observadas, ressaltou-se que o processo de feminização do mercado de trabalho, observado nos últimos anos, foi refreado nos nove meses analisados.

Destacou-se, ainda, que a dinâmica do mercado de trabalho pós-setembro de 2008 reforçou, em alguma medida, a precariedade do trabalho feminino. Sinal mais evidente disso, a par da própria redução das taxas de participação das mulheres no mercado de trabalho, foi a significativa elevação do número de postos de trabalho femininos sem remuneração. Ainda nesse primeiro momento da análise, foi também importante notar como o emprego doméstico remunerado, exercido por cerca de 17% das mulheres ocupadas, reveste-se de importância para a sociedade brasileira, pois, mesmo no cenário de crise econômica, a variação no nível de ocupação desta categoria foi pequena, reiterando a essencialidade deste trabalho para a reprodução das famílias e para o funcionamento do país.

Em um segundo momento, observou-se que o mercado de trabalho formal operou de forma favorável às mulheres, o que é bastante positivo, posto que é neste mercado que se concentram as ocupações de maior qualidade. Tal constatação, entretanto, leva à reflexão sobre os motivos pelos quais se deu tal movimento entre os(as) trabalhadores(as) com carteira assinada. Talvez a compreensão deste fenômeno esteja associada à compreensão das estratégias do empresariado em relação aos critérios de demissão e admissão de trabalhadores(as). O ambiente de incerteza provocado pela crise pode ter levado empresários a optarem por empregar de forma mais precária. Em termos práticos, isso pode representar, por exemplo, uma substituição de salários altos por mais baixos.

A feminização do mercado de trabalho formal verificada no período analisado, nesse sentido, pode ser uma expressão desse movimento. Certamente, deve-se reconhecer que a feminização do mercado de trabalho brasileiro é um fenômeno em processo, e representa, sobretudo, a emancipação da mulher. Contudo, é bastante provável que a substituição de trabalhadores do sexo masculino por mulheres, nos níveis verificados neste estudo, esteja revelando uma estratégia de precarização do emprego formal no contexto de crise. Afinal, sabe-se que a discriminação de gênero ainda é bastante presente no mercado de

trabalho brasileiro e se manifesta principalmente nos mais baixos salários femininos em relação aos masculinos.

Portanto, o atual momento de crise econômica parece aumentar os desafios no que diz respeito à compatibilização do acesso ao trabalho pelas mulheres, que faz parte do processo de emancipação feminina e minimiza as formas de dominação patriarcal no espaço doméstico, com a eliminação das desigualdades existentes na divisão sexual do trabalho.

CONSEQUÊNCIAS DA PERDA DE UM EMPREGO FORMAL NO BRASIL

Carlos Henrique L. Corseuil*

Rodrigo F. Dias**

Miguel Foguel*

Daniel D. Santos***

1 INTRODUÇÃO

Episódios de perda do emprego são invariavelmente acompanhados de perda de bem-estar para os trabalhadores envolvidos. A dimensão mais imediata desta perda de bem-estar diz respeito ao fato de que nem todos os trabalhadores conseguem se reempregar imediatamente. Evidências disponíveis para os Estados Unidos apontam que a probabilidade de reemprego oscilou em torno de 65% entre as décadas de 1980 e 1990 (FARBER, 2003).¹ Outra dimensão relevante é a eventual perda salarial experimentada por aqueles trabalhadores que conseguem se reempregar. Esta perda oscilou em torno de 5% a 10%, dependendo da fase do ciclo econômico (*op. cit.*).

O objetivo deste trabalho é medir a perda de bem-estar associada a um episódio de perda de emprego formal no Brasil. Serão analisadas a probabilidade de reemprego no setor formal num período de até um ano, bem como a variação salarial experimentada por aqueles reempregados. A análise será complementada com uma investigação de como os resultados variam de acordo com características dos trabalhadores.

A fonte primária de informação são os microdados da Relação Anual de Informação Social do Ministério do Trabalho e Emprego (Rais/MTE). Este registro administrativo anual contém informações diversas para cada vínculo empregatício que esteve ativo em algum momento do ano em questão. O ponto de partida para a construção da amostra foi reunir todos os episódios de encerramento de vínculo empregatício ocorridos entre os anos de 2000 e 2006. Diversas condições foram então impostas para refinar a amostra, a fim de adequá-la aos propósitos do estudo.

Foram considerados apenas trabalhadores cujo vínculo encerrado satisfizesse às seguintes condições no momento do encerramento:

- jornada semanal superior a 30 horas;
- atividade laboral no setor privado não agrícola; e
- regime contratual regido pela CLT e por tempo indeterminado.

* Técnicos de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos Sociais (DISOC) do Ipea.

** Bolsista do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) no Ipea.

*** Professor do Departamento de Economia do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais do Rio de Janeiro (IBMEC-RJ) e bolsista do PNPD no Ipea.

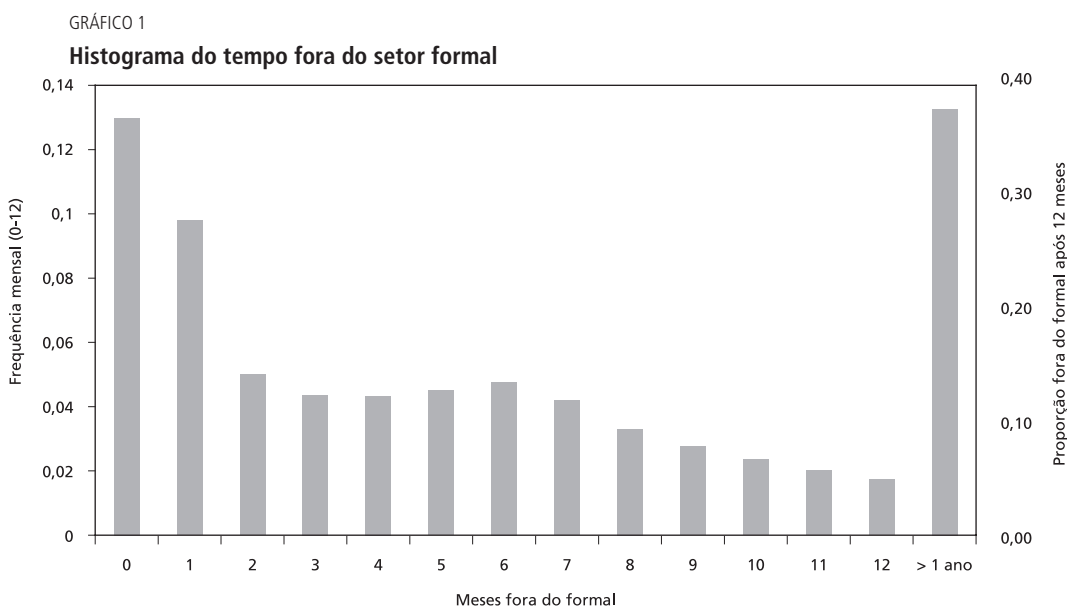
1. Outras dimensões também são levadas em consideração nas análises dessa perda de bem-estar. Farber (2003) analisa a deterioração da qualidade do posto de trabalho a partir das transições de empregos em tempo integral para empregos em tempo parcial, ou por tempo determinado. Fallick (1993) analisa a deterioração da qualidade do posto de trabalho a partir das transições de empregos entre diferentes setores de atividade, o que implicaria um custo de ajustamento para o trabalhador aprender o novo ofício, além de não poder usar a (e não ser recompensado pela) *expertise* acumulada no emprego anterior.

Adicionalmente são retirados todos os episódios onde os trabalhadores continuam com outro vínculo empregatício ativo, bem como aqueles cujos vínculos se encerraram por morte ou aposentadoria. Este procedimento leva a 20,9 milhões de episódios de encerramento de vínculo empregatício.

2 ESTIMATIVAS DA PROBABILIDADE DE REEMPREGO E VARIAÇÃO SALARIAL

O gráfico 1 mostra a estimativa da probabilidade de reemprego no setor formal com base na proporção de episódios de desligamento sucedidos por episódios de reemprego – de acordo com o intervalo de tempo decorrido entre o desligamento e o reemprego.²

A primeira barra da esquerda para a direita mostra que 13% dos trabalhadores considerados na amostra conseguem se reempregar num espaço de tempo inferior a um mês. Esta proporção cai vertiginosamente a 5% para aqueles que conseguem se reempregar num espaço de tempo entre dois e três meses. A partir daí a probabilidade de reemprego mantém certa estabilidade até o período entre seis e sete meses. Verifica-se então uma queda suave até uma proporção inferior a 2% para aqueles que completam um ano fora do formal. Por fim, a última barra mostra que 38% dos trabalhadores desligados não se reempregam no período de um ano. Note-se que isso significa que 62% dos trabalhadores conseguem se reempregar, o que representa um número próximo ao mencionado anteriormente para os EUA.³



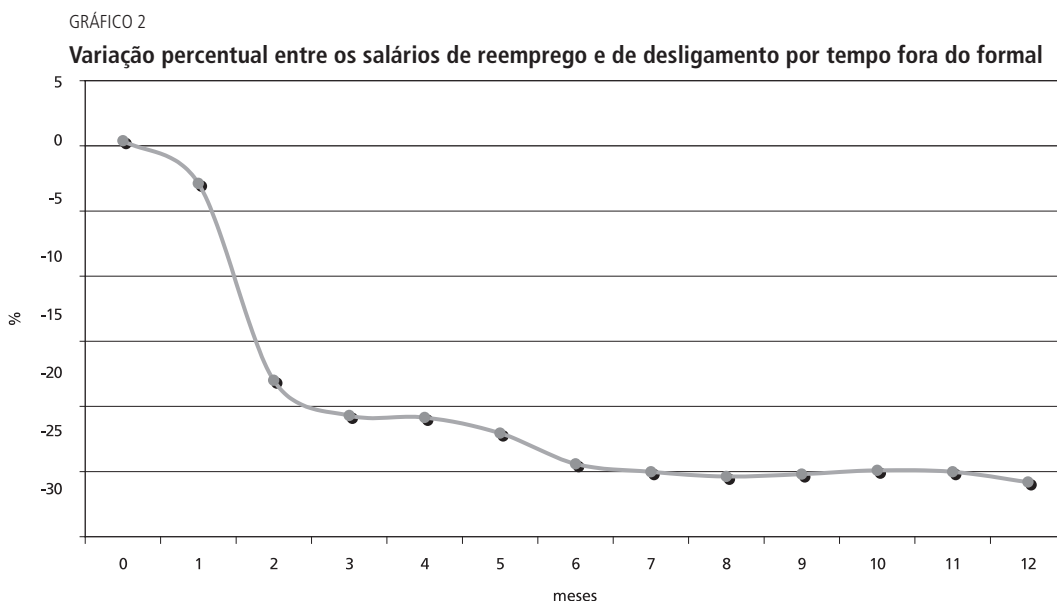
2. Como a Rais referente ao ano t é declarada no primeiro trimestre de $t+1$, é praxe não haver informação disponível para os trabalhadores de firmas que encerram suas atividades ao longo do ano t . Dessa forma, a data do desligamento destes trabalhadores, que corresponde à data do fechamento do estabelecimento, não aparece na base. Para imputar a data, foi utilizado o seguinte procedimento: primeiro, procedeu-se à seleção de todos os CNPJs* que apareciam na base em $t-1$ e não aparecem em t . Em seguida, foram identificados todos os trabalhadores desses estabelecimentos que possuíam vínculo ativo em 31/12/ $t-1$. De posse do identificador destes trabalhadores (PIS),** buscaram-se informações sobre eles em outras firmas no ano t . Em sendo localizados um ou mais trabalhadores em outras firmas, assumiu-se que o menor mês de admissão entre eles seria o mês de fechamento do estabelecimento e o de desligamento de todos os trabalhadores da firma desaparecida. Para mais detalhes, ver Corseuil *et al.* (2009).

* CNPJ: Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

** PIS: Programa de Integração Social.

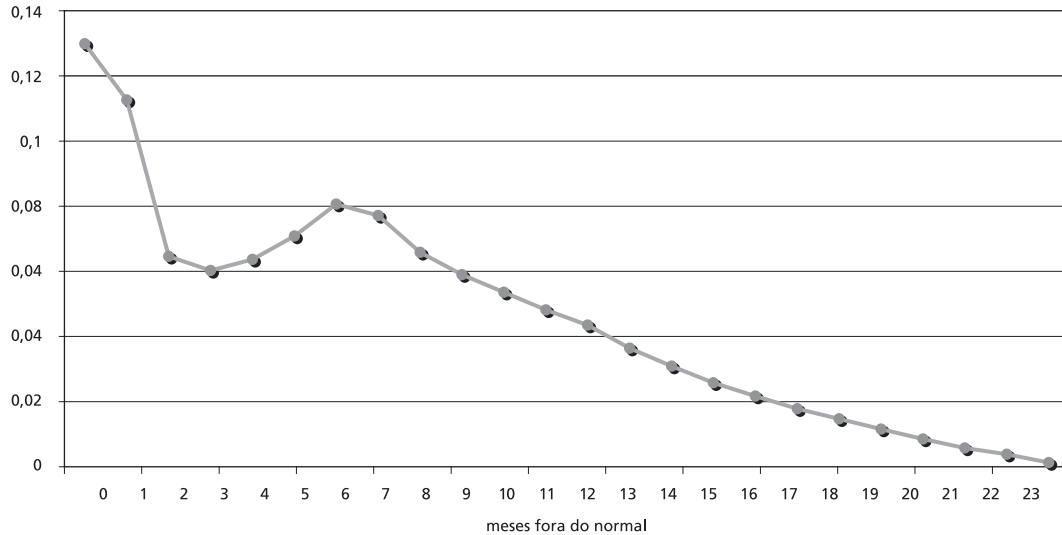
3. Vale observar que o período considerado para o reemprego em Farber (2003) não é necessariamente de um ano. Na verdade, esse período nem é fixo e pode variar de um mês a três anos.

O gráfico 2, por sua vez, mostra a variação salarial decorrente da comparação do salário no vínculo terminado com o salário de reemprego, também de acordo com intervalo de tempo decorrido entre o encerramento do vínculo original e o reemprego. O primeiro fato que chama atenção é que, com exceção do grupo de trabalhadores que se reemprega no setor formal em menos de um mês, todos os demais que se reempregam antes de um ano incorrem em perdas salariais. Em geral pode-se afirmar que a tendência é de aumento da perda com o aumento do intervalo de tempo. No entanto, tal aumento tem intensidades bem distintas de acordo com o intervalo de tempo considerado. A perda salarial cresce fortemente nos primeiros três meses, e fica praticamente constante depois de seis meses. Em média, tem-se uma perda salarial de 13% para um trabalhador que transita entre dois empregos formais num espaço de tempo de até um ano. O número, uma vez mais, não difere muito do resultado disponível para os Estados Unidos.



Finalmente, observa-se no gráfico 3 que, à medida que aumenta o tempo fora do formal, não apenas a perda salarial cresce, como também as chances de recolocação neste setor diminuem. Para um recém-desligado, a probabilidade de reinserção logo no primeiro mês é da ordem de 13%, e este percentual cai para a metade disto após dois meses de desemprego. Este número volta a crescer entre três e seis meses – uma provável coincidência com o término ou proximidade do término do período de seguro-desemprego –, e declina monotonicamente após seis meses fora do setor formal. Para um indivíduo fora do formal há um ano, a chance de conseguir voltar ao setor no mês seguinte chega a ser inferior a 5%.

GRÁFICO 3

Probabilidade de conseguir um emprego formal após o episódio de perda de emprego

Fonte: Elaboração dos autores com base nos microdados da Rais 2000-2006.

3 HETEROGENEIDADE ENTRE CARACTERÍSTICAS INDIVIDUAIS

A fim de saber em que medida esses custos associados à perda de um emprego formal variam para diferentes segmentos da força de trabalho, são feitas estimativas, por meio de regressões, para as associações entre características individuais por um lado, e probabilidade de reemprego e salário de reemprego, por outro.

O primeiro exercício faz uso de um modelo *probit* para estimar como a probabilidade de reemprego num intervalo de até um ano varia de acordo com o sexo, a idade, e a escolaridade do trabalhador. Nele foram utilizados controles para a região geográfica, o ano, e o trimestre em que o trabalhador foi desligado. A primeira coluna da tabela 1 mostra o valor estimado por máxima verossimilhança para os respectivos coeficientes, bem como o desvio-padrão entre parênteses.

O segundo exercício recorre a um modelo linear para estimar como o salário de reemprego varia de acordo com o tempo fora do formal, e também com as mesmas características consideradas no primeiro modelo. A segunda coluna da tabela 1 mostra o valor estimado por mínimos quadrados ordinários (mqo) para os respectivos coeficientes, bem como o desvio-padrão entre parênteses.

A coluna 1 da tabela mostra resultados surpreendentes para a influência das características analisadas na probabilidade de reemprego. Tem-se que os trabalhadores com ensino fundamental ou médio incompleto têm maior probabilidade de se reempregar no setor formal do que os trabalhadores com pelo menos o ensino médio completo (grupo excluído). Os coeficientes estimados para os termos linear e quadrático da idade do trabalhador são respectivamente negativo e positivo, configurando um formato em *U* para o efeito da idade sobre a probabilidade de reemprego no setor formal – com o menor nível em torno de 30 anos de idade. Por fim, as mulheres teriam uma probabilidade de reemprego maior que a dos homens.

TABELA 1
Consequências da perda de um emprego por características individuais

	probit	mgo
Intercepto	0,4735 (0.0031)	5,2885 (0.0022)
0 a 7 anos de estudo	0,1631 (0.0007)	-0,5548 (0.0004)
8 a 10 anos de estudo	0,155 (0.0008)	-0,3924 (0.0004)
Mais de 10 anos de estudo	-	-
Idade	-0,0476 (0.0002)	0,0573 (0.0001)
Idade ²	0,0008 (0)	-0,0006 (0)
Sexo masculino	-0,3346 (0.0006)	0,2738 (0.0004)
Menos de 1 mês f.f.		0,347 (0.0011)
Até 1 mês f.f.		0,2316 (0.0011)
2 a 3 meses f.f.		0,0954 (0.0011)
4 a 6 meses f.f.		0,0547 (0.0011)
7 a 11 meses f.f.		0,006 (0.001)
12 meses f.f.		-

Fonte: Processado pelos autores a partir dos microdados da Rais.

Obs.: 1. As especificações incluem ainda *dummies* de região, ano e trimestre do desligamento.

2. ff. fora do (setor) formal.

3. Valores entre parênteses correspondem aos desvios padrão.

A segunda coluna da mesma tabela mostra resultados quase invertidos para a influência dessas características individuais no salário de reemprego. Este tende a ser maior para homens, e a crescer de acordo com a escolaridade do trabalhador com a idade até os 50 anos – e decrescer para idades mais avançadas. O salário de reemprego tende a diminuir com o aumento do tempo fora do formal (ff), mantidas as características individuais constantes.

Uma possível interpretação para o conjunto de resultados da tabela 1 passa pelo argumento de que trabalhadores com características mais valorizadas pelo mercado de trabalho podem ser mais exigentes para aceitar uma oferta. Isto faria com que estes demorassem mais a se reempregar, mas percebessem melhor remuneração, o que vem de encontro ao aqui demonstrado. Para os demais trabalhadores, que representam a maioria da amostra, o tempo fora do formal, contudo, torna-se prejudicial.

REFERÊNCIAS

CORSEUIL, C. H. L.; DIAS, R. F.; FOGUEL, M. N.; SANTOS, D. D. *O estigma da perda de um emprego formal no Brasil*. 2009. Mimeo.

FALLICK, B. C. *The industrial mobility of displaced workers*. Journal of Labor Economics, v.11, n.2, p. 301-321, 1993.

FARBER, H. *Job loss in the United States: 1981-2001*. NBER Working Paper n. 9707, 2003.

O SEGURO-DESEMPREGO COMO RESPOSTA À CRISE NO EMPREGO: ALCANCE E LIMITES

Bruno Amorim*
Roberto Gonzalez*

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho busca-se mostrar o alcance do programa do seguro-desemprego enquanto um instrumento de amparo ao trabalhador desempregado. Num momento de turbulência do mercado de trabalho brasileiro como o atual, vale a pena ilustrar e reiterar o papel que pode exercer o seguro-desemprego, considerados também os seus limites de atuação.

O seguro-desemprego, em tese, é importante por várias razões, conforme abaixo.

1. Serve como um “estabilizador automático”, isto é, uma compensação de renda para trabalhadores sem emprego que ajuda a sustentar a massa salarial – algo importante especialmente em períodos de recessão.
2. Tende a ser recebido por trabalhadores demitidos por setores mais atingidos pela recessão, dando uma resposta mais direta a determinados segmentos sociais e regiões mais atingidas por ondas de demissões – diferentemente de um programa de transferência geral de renda.
3. Subsídia a busca por emprego, isto é, melhora a probabilidade de o trabalhador conseguir um emprego melhor do que se não tivesse o benefício.

Deve-se pontuar que o seguro-desemprego, na verdade, age predominantemente sobre um tipo específico de transição para o desemprego, que é aquele do emprego para o desemprego. Assim, não responde ao desemprego derivado da entrada no mercado de trabalho de pessoas que antes estavam inativas, como é o caso de jovens ou mesmo de pessoas adultas (donas de casa, aposentados) que passam a procurar emprego em função da queda da renda familiar.

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego (CAGED/MTE) para o período de janeiro a maio de 2009 mostram um aumento do total de desligamentos do setor formal em relação ao mesmo período do ano passado – de 7,2% para o Brasil, e de 8,7% para as regiões metropolitanas (RMs).¹ É também digno de nota, no mesmo período, o aumento da participação dos demitidos sem justa causa entre os desligados, que chegou a 62% no Brasil e a 63% nas RMs. Portanto, claro está o significativo aumento do fluxo de possíveis demandantes do seguro-desemprego.

Apenas para recordar, o Programa Brasileiro de Seguro-Desemprego, criado em 1986, atende aos trabalhadores formais demitidos sem justa causa que: *i*) receberam salário consecutivo nos últimos seis meses; *ii*) trabalharam com carteira assinada pelo menos seis meses

* Técnicos de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos Sociais (DISOC) do Ipea.

1. As RMs aqui referidas correspondem às usadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na elaboração da Pesquisa Mensal de Emprego (PME): Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo.

nos últimos 36 meses; *iii*) não recebem nenhum benefício da Previdência Social de prestação continuada, exceto auxílio-acidente ou pensão por morte; e *iv*) não possuem renda própria para seu sustento e de seus familiares.

Nesta nota, analisa-se a evolução recente do seguro-desemprego nos últimos dois anos, tanto para o Brasil quanto para as RMs. Enfatizam-se os aspectos que mais dizem respeito à capacidade do programa de atender ao desempregado. O programa tem outras três modalidades específicas (seguro do pescador artesanal, do empregado doméstico, e a bolsa-qualificação), que não serão objeto de exame neste trabalho.

2 COBERTURA DO SEGURO-DESEMPREGO

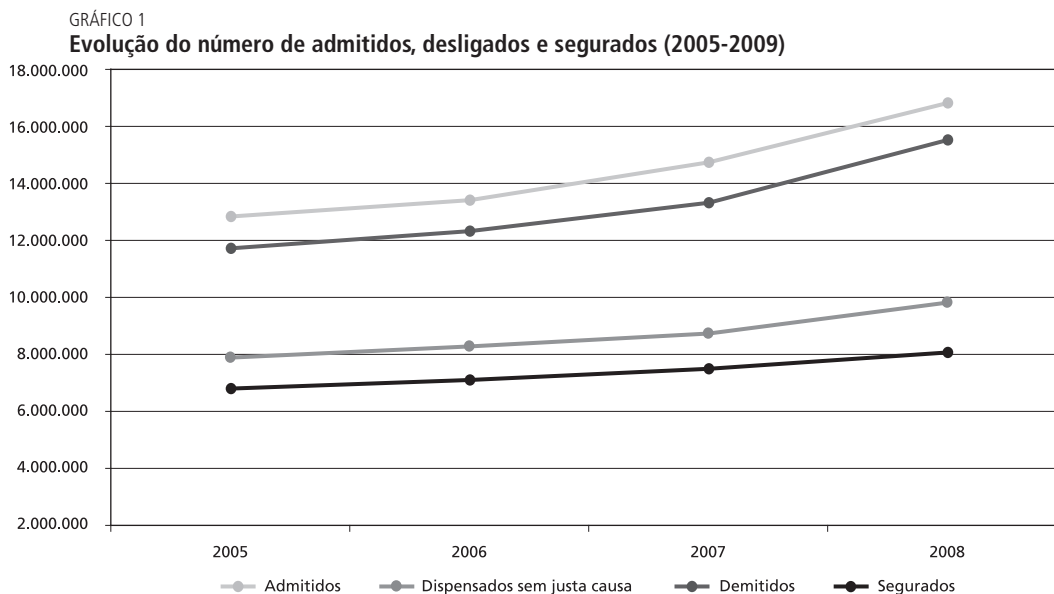
A cobertura do seguro-desemprego é aqui definida como a razão entre o número de segurados e o número de demitidos sem justa causa, o que também pode ser denominado taxa de cobertura efetiva. A razão de utilizar-se este indicador é que ele representa melhor o evento específico ao qual o seguro-desemprego se relaciona, isto é, a saída do emprego por demissão, e no momento em que ocorre. Caso se tomasse como referência o conjunto dos desempregados, este incluiria pessoas antes inativas que passaram a procurar trabalho, pessoas que antes trabalhavam na economia informal, assim como desempregados que receberam o benefício no passado, mas que já esgotaram suas parcelas. De igual maneira, também não convém tomar como referência o conjunto dos desligamentos como calculado no CAGED, pois alguns destes (aposentadoria, morte, transferência) não obrigatoriamente correspondem à passagem para uma situação de desemprego. Tendo em vista ainda que o objetivo aqui é discutir a reação do seguro-desemprego em relação à crise, julgou-se também desnecessário considerar as demissões voluntárias e os termos de contrato: estes estariam ligados mais ao movimento rotineiro das transições de emprego, o que é corroborado pelo fato de que desde a crise foram as demissões sem justa causa que cresceram frente a todos os outros tipos de desligamento.

A filiação ao seguro-desemprego é condicionada pela situação prévia do mercado de trabalho: em um período de expansão de emprego, geram-se as condições para que o trabalhador reivindique o seguro-desemprego no momento de crise. Alternativamente, da maneira que o programa é concebido, se o mercado de trabalho estiver em um momento de queda do tempo de permanência no emprego do trabalhador, isto tende a repercutir negativamente na sua probabilidade de cumprir os requisitos do programa.

O número de segurados, de acordo com o SAEG,² expandiu-se consideravelmente no período anterior à crise. Entre 2005 e 2008, o patamar de segurados elevou-se em 1,4 milhão – uma variação relativa de 26,1%. Nas regiões metropolitanas, por sua vez, registrou-se uma elevação de 473,7 mil – aumento de 27,6%. Quanto à cobertura do seguro, porém, o que se nota é uma trajetória de estabilidade. Mais especificamente, de janeiro de 2005 até maio de 2009, esta cobertura tem sido de cerca de 81% entre os demitidos sem justa causa no Brasil e de algo como 78% nas RMs. Entre o total de desligados, o percentual tem se situado em torno de 48% nas duas áreas mencionadas, resultado ligeiramente inferior ao do período antes de 2005, quando chegava a passar de 50%.

2. O SAEG (Sistema de Acompanhamento Estatístico e Gerencial do Programa Seguro-Desemprego) reúne os dados do programa desde 1986. Nesta nota, como não se pôde ter acesso aos microdados, utilizam-se os dados disponíveis no sítio do Ministério do Trabalho e Emprego.

A razão para a estabilidade do patamar da taxa de cobertura é que a expansão do nível de emprego formal é acompanhada por altos níveis de rotatividade e realocação do emprego. Os dados do CAGED mostram, particularmente desde 2005, um aumento dos números tanto de admitidos quanto de desligados, os quais cresceram quase no mesmo ritmo – enquanto ambos cresceram num ritmo maior do que o das demissões sem justa causa. O seguro-desemprego, por seu turno, acompanha, *grosso modo*, a evolução das demissões sem justa causa. Portanto, a expansão do número de segurados no período respondeu mais a um alargamento do mercado de trabalho formal, tendo sido mantida a mesma frequência de demissões.



No momento atual é óbvio que o número de demissões e, por conseguinte, dos segurados, está predominantemente ligado à situação corrente do mercado de trabalho. Deste modo, já se faz sentir a repercussão do aumento das demissões anteriormente mencionado. O número de segurados, de janeiro até maio de 2009, cresceu, em relação ao mesmo período do ano passado, mais de 18% no Brasil e mais de 20% nas RMs.

Considerada a evolução passada, pode-se dizer que a cobertura do seguro-desemprego entre os demitidos sem justa causa é bastante razoável: o crescimento do número de segurados é uma resposta efetiva à crise. Porém, esta resposta encontra um limite tanto na taxa de cobertura do programa, que dificilmente crescerá além do patamar atual, quanto na evolução do número de desempregados que se encontram fora de sua abrangência, especialmente os oriundos de ocupações informais.³

3 TAXA DE REPOSIÇÃO

O valor do benefício do seguro-desemprego é definido a partir da média salarial dos últimos três meses e varia de 1 a 1,87 salário mínimo (SM), conforme a faixa de renda em que a média de salário do trabalhador se ajustar (Lei nº 7.998/1990). Para os trabalhadores com média salarial até 1,65 SM, o valor da parcela corresponde a 80% desta média salarial – com

3. A criação do seguro-desemprego para o pescador artesanal em 1991, e do seguro para o trabalhador doméstico em 2001, são, na realidade, duas pequenas ações na direção de alcançar trabalhadores fora do setor formal da economia. Se isto deveria ser estendido a mais grupos ou não, é uma importante discussão que, contudo, foge ao escopo desta nota.

piso mínimo de 1 SM. Para os trabalhadores com média salarial entre 1,65 e 2,75 SMs, o valor da parcela corresponde a 50% da diferença entre a média salarial e 1,65 SM, mais um fator fixo de 1,32 SM. E, finalmente, para aqueles que recebem acima de 2,75 SMs, o valor da parcela é fixada em 1,87 SM. Portanto, a taxa de reposição do seguro será tanto mais alta quanto mais próxima a média dos últimos salários estiver do salário mínimo.

O valor médio real do benefício do seguro no Brasil tem crescido desde 2004. Em 2009, este valor, de janeiro a maio, está 7% superior ao valor médio de 2008, chegando, em termos reais, a cerca de R\$ 587,00 no período mencionado. A política de valorização do salário mínimo – que é o patamar mínimo da parcela do seguro-desemprego – tem muito a ver com este comportamento positivo. Dado que os aumentos reais do salário mínimo são transmitidos a toda a tabela, não se eleva apenas o valor do piso, mas também os valores dos benefícios acima dele.

Nos últimos anos, observou-se uma tendência de crescimento da taxa de reposição, que alcançou um patamar relativamente elevado: em 2007, o seguro-desemprego correspondeu em média a 68,3% do último salário recebido. Porém, há indicações de que esta tendência pode estar se revertendo, pois nos últimos 18 meses os salários dos demitidos sem justa causa cresceram mais do que o valor do benefício.⁴ Uma hipótese seria que as demissões estejam se concentrando em trabalhadores de rendimentos maiores – empregados da indústria, por exemplo –, o que faria com que a reposição da renda para eles seja menor. É isto, por sua vez, pressionaria a taxa média de reposição para baixo.

TABELA 1

Evolução do salário médio dos demitidos sem justa causa e do valor médio do benefício do seguro-desemprego (jan./2008 - jun./2009)

	Salário médio demitidos sem justa causa	No índice	Valor médio benefício	No índice
Jan./08	742,38	100,00	497,18	100,00
Fev./08	761,69	102,60	499,02	100,37
Mar./08	761,14	102,53	524,15	105,43
Abr./08	795,29	107,13	522,77	105,15
Mai./08	791,65	106,64	522,47	105,09
Jun./08	819,64	110,41	523,29	105,25
Jul./08	814,25	109,68	524,56	105,51
Ago./08	829,69	111,76	527,42	106,08
Set./08	894,93	112,47	530,62	106,73
Out./08	831,76	112,04	533,55	107,32
Nov./08	846,81	114,07	537,36	108,08
Dez./08	849,23	114,39	541,60	108,93
Jan./09	873,45	117,66	554,66	111,56
Fev./09	919,81	123,90	587,13	118,09
Mar./09	888,08	119,63	588,92	118,45
Abr./09	908,60	122,39	590,38	118,75
Mai./09	902,97	121,63	591,56	118,98
Jun./09	933,11	125,69	n/d	n/d

Fontes: MTE, CAGED e SAEG.

4 TEMPO DE DESEMPREGO

O benefício do seguro-desemprego é concedido ao trabalhador durante um período de três a cinco meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo de 16 meses, conforme o tempo em que ele permaneceu no setor formal ao longo dos últimos 36 meses.

4. Cf. IPEA. **Políticas sociais:** acompanhamento e análise. Anexo Estatístico, n. 16, tabela 4.15, 2008.

Se trabalhou com carteira de 6 a 11 meses no período, ele tem direito a três parcelas do seguro. Se trabalhou de 12 a 23 meses, são a ele concedidas quatro parcelas. E se trabalhou 24 meses ou mais no período de 36 meses, o trabalhador tem direito ao recebimento de cinco parcelas do seguro. O período de recebimento do seguro pode ser estendido por até dois meses, para alguns grupos específicos escolhidos pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), que é o responsável por gerir e deliberar sobre as normas do programa.

Em geral, o período do recebimento do seguro é visto como uma limitação do programa. Não por acaso, em alguns momentos difíceis do mercado de trabalho, o CODEFAT costuma estender o período de recebimento do seguro para parcelas da população consideradas as mais prejudicadas pelas demissões. Exemplo mais recente disso veio após a eclosão da crise mundial ano passado. Por meio da Resolução nº 592, de fevereiro deste ano, o CODEFAT criou critérios para a escolha dos setores cujos trabalhadores demitidos podem ser beneficiados por aumentos transitórios no número de parcelas recebidas. Com base nestes critérios, editou a Resolução nº 595, que beneficiou trabalhadores demitidos em dezembro de 2008 em determinados setores e em Unidades da Federação (UFs) específicas, com a prorrogação do recebimento do seguro por mais dois meses. A Resolução nº 606 estendeu a prorrogação estabelecida pela Resolução nº 595 para demitidos em mais setores e mais UFs. A Resolução nº 607, por fim, estendeu por dois meses o recebimento do seguro para os trabalhadores demitidos no mês de janeiro de 2009, em determinados setores e UFs.

Dados do SAEG mostram que 55% dos beneficiários do seguro, no ano de 2007, receberam até quatro parcelas.⁵ A questão é saber se este período consegue cobrir a maior parte do tempo de procura por emprego do trabalhador. Para verificá-lo, foram retirados alguns dados de distribuição do tempo de desemprego por classes de faixa etária, grau de instrução e por RM, para o período de janeiro de 2005 a maio de 2009, da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE. Porém, haverá a limitação de que eles foram calculados para todo o universo de desempregados, e não exclusivamente para aqueles que têm direito a receber o seguro.

Ao longo do período 2005-2009, manteve-se certo padrão. Para o total das RMs, mais de 60% dos desocupados estão nessa condição há menos de seis meses. A análise por atributos indica uma proporção maior de pessoas desempregadas por mais de seis meses na faixa etária de 50 a 59 anos, comparativamente à faixa de 18 a 24 anos. Ao mesmo tempo, não houve grandes diferenças em termos de educação. Estas vêm da análise das RMs, onde é perceptível que uma alta taxa de desemprego não corresponde necessariamente a um alto tempo de desemprego. À guisa de exemplo, o Rio de Janeiro, apesar de ter a menor taxa média de desemprego, teve a maior proporção de desempregados por tempo superior a seis meses. Já Belo Horizonte, outra RM com uma das menores taxas de desemprego, teve sempre mais de 84% dos desempregados que permaneceram assim por, no máximo, seis meses.

5. Este dado foi retirado de: DIEESE. **Anuário do sistema público de emprego, trabalho e renda**. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, livro III, 2008.

TABELA 2
Distribuição dos desempregados por faixas de tempo de desemprego
 (Média anual, 2006-2009)

Tempo de procura x RMs	2006	2007	2008	2009 ¹
	Média	Média	Média	Média
Total das RMs				
De 0 a menos de 3 meses	40,4	40,7	41,3	41,8
De 3 a menos de 6 meses	20,7	20,8	20,7	20,7
De 6 a menos de 12 meses	16,2	16,2	16,1	16,1
De 12 a menos de 24 meses	12,4	12,4	12,3	12,1
De 24 a menos de 36 meses	6,2	6,1	6,0	5,9
36 meses ou mais	4,0	3,9	3,6	3,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PME/IBGE.

Nota: 1. Os dados do ano de 2009 referem-se ao período de janeiro a maio.

Uma estimativa feita, com base na PME,⁶ para o período 2002-2006, calculou o tempo de desemprego restringindo-se a análise aos trabalhadores entre 18 e 59 anos demitidos de empregos com carteira assinada. Encontrou-se uma mediana para o tempo de desemprego de sete meses. Esta mediana foi maior para as mulheres (oito meses) e para os trabalhadores mais velhos relativamente aos mais jovens. Nos grupos de raça, de escolaridade do trabalhador e de tempo em que ele permaneceu no último emprego, não houve diferenças significativas. Novamente, observaram-se diferenças mais notáveis entre as regiões metropolitanas. Enquanto em Belo Horizonte e em Porto Alegre o tempo mediano de procura por um emprego no período 2002-2006 foi de três e quatro meses, respectivamente, no Rio de Janeiro e em Salvador pelo menos 50% dos desempregados permaneceram nesta condição por um período maior ou igual a um ano. De novo, verifica-se aqui a divergência entre taxa de desemprego e tempo de desemprego. Tomem-se como exemplos Recife e Salvador. Enquanto a taxa de desemprego média em 2006 destas duas RMs foi bastante parecida (9,8% para ambas as regiões), a duração mediana do desemprego em Recife foi metade da duração registrada em Salvador para o período 2002-2006.

A conclusão a que se pode chegar é que o número de parcelas do seguro-desemprego, para uma grande proporção de trabalhadores demitidos com carteira, não é suficiente para cobrir o seu período de busca por emprego. Mesmo as medidas de extensão do período de recebimento do benefício, que pode chegar no máximo a sete meses, provavelmente deixam de atender uma grande proporção de desempregados de longa duração. Outra evidência forte destes resultados diz respeito aos diferentes comportamentos do tempo de desemprego entre as regiões, algo ao qual se deve estar sempre atento no momento da seleção das áreas que devem ser priorizadas para aumentos temporários do tempo de recebimento do benefício.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das três dimensões do seguro-desemprego aponta que o benefício atua como mecanismo de estabilização eficaz, mas apenas por um período relativamente curto. Há duas razões para isto.

1. À medida que o tempo de desemprego se prolonga, os trabalhadores que estão cobertos pelo seguro esgotam suas parcelas, e aumenta o tempo em que estes ficam sem renda – o que pode levar os desempregados a procurar ocupação na economia informal.

6. Cf. IPEA. **Políticas sociais:** acompanhamento e análise. n. 14, 2007,

2. Em um cenário de aprofundamento da crise, o desaquecimento do mercado interno pode gerar uma queda de renda não apenas em função das demissões, mas também da diminuição dos rendimentos da economia informal.

Assim, se o seguro-desemprego é importante para amenizar o primeiro efeito da crise, que foi a escalada das demissões, sua capacidade para substituir a renda do trabalho é limitada – para trabalhadores de rendimentos médios e altos, e, o que é mais preocupante, para alguns segmentos mais vulneráveis (mulheres, trabalhadores acima de 50 anos) e nas regiões em que a geração de emprego for retomada mais lentamente. A extensão emergencial do seguro não reduziu significativamente esta limitação, cuja gravidade será tanto maior quanto mais demorar a retomada da geração de emprego.

REFERÊNCIAS

IPEA. **Políticas sociais:** acompanhamento e análise. Anexo Estatístico, n. 16, tabela 4.15, 2008.

DIEESE. **Anuário do sistema público de emprego, trabalho e renda.** Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, livro III, 2008.

IPEA. **Políticas sociais:** acompanhamento e análise. N. 14, 2007.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

INTRODUÇÃO

INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: BREVE TRAJETÓRIA E DESAFIOS

Valmor Schiochet

SUBSÍDIOS AOS DEBATES SOBRE ANTEPROJETO DE LEI PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UMA POLÍTICA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Comitê Permanente do Conselho Nacional de Economia Solidária

ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM NOVO MODO DE VIVER

Eudes Xavier

INTRODUÇÃO

Com o propósito de divulgar as principais questões que cercam o desenvolvimento da economia solidária no Brasil, este número do *Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise* traz aos seus leitores três textos relativos ao processo de institucionalização das políticas públicas de apoio ao setor.

Elaborados a partir de diferentes perspectivas, esses textos compõem um quadro cuja leitura é capaz não apenas de proporcionar uma visão integrada da questão. Mostra também o grau de amadurecimento atingido pelas lutas de pessoas e instituições que vêm se dedicando, ao longo dos últimos anos, ao objetivo de consolidar no país um setor da economia capaz de se desenvolver com base em uma lógica distinta daquela que rege o paradigma capitalista estrito.

No primeiro texto, Valmor Schiochet traça a trajetória da economia solidária nas últimas duas décadas, e demonstra como o enfrentamento dos desafios, o experimentalismo programático e o acúmulo de conquistas amadurecem agora na proposta de institucionalização de um corpo integrado de conceitos, instrumentos e práticas de apoio e fomento. O segundo texto corresponde a uma versão, para divulgação, de um documento de subsídios à elaboração de um anteprojeto voltado para formalização em lei de uma Política Nacional de Economia Solidária. Elaborado no âmbito do Comitê Permanente do Conselho Nacional de Economia Solidária, nele encontram-se detalhados e sistematizados os principais pontos que devem constar do debate. O terceiro e último texto sobre a matéria, de autoria do deputado federal Eudes Xavier, presidente da Frente Nacional em Defesa da Economia Solidária, fornece ao leitor uma visão do trabalho parlamentar em curso, voltado para dotar o país de um arcabouço legal de apoio ao setor.

A partir de ângulos distintos, esses textos constituem um conjunto muito bem articulado de visões sobre o momento atual das lutas da economia solidária. Um momento que se configura, também no plano mundial, enquanto luta do sistema capitalista para superar mais uma de suas crises. Nesse sentido, para além das oportunidades imediatas de geração de trabalho e renda, a economia solidária é portadora de uma importância estratégica cujo sentido, conforme argumentado nos mesmos textos, somente poderá emergir plenamente a partir de seu fortalecimento e enraizamento definitivo nas políticas públicas de Estado.

INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: BREVE TRAJETÓRIA E DESAFIOS

Valmor Schiochet*

Economia solidária é um conceito utilizado para definir as atividades econômicas organizadas coletivamente pelos trabalhadores que se associam e praticam a autogestão. O professor Paul Singer costuma sublinhar as duas especificidades que, em sua visão, fundamentam as características das organizações econômicas solidárias: por um lado, o estímulo à solidariedade entre os membros, por meio da autogestão, e, por outro lado, a prática da solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase especial na ajuda aos menos favorecidos.

O princípio da economia solidária é a apropriação coletiva dos meios de produção, a gestão democrática das decisões por seus membros, e a deliberação coletiva sobre os rumos da produção, sobre a utilização dos excedentes (sobras) e, também, sobre a responsabilidade coletiva quanto aos eventuais prejuízos da organização econômica.

No Brasil, a economia solidária ressurgiu na década de 1980 como uma resposta dos(as) trabalhadores(as) à crise social provocada pela estagnação econômica e pela reorganização do processo de acumulação capitalista. No entanto, ganha visibilidade na década seguinte quando se insere no debate sobre as potencialidades transformadoras inerentes à luta popular e da classe trabalhadora. A resposta dos(as) trabalhadores(as) e comunidades empobrecidas passa a ter caráter emancipatório.

Foi uma agenda política sustentada em práticas econômicas concretas: trabalhadores desempregados ocuparam fábricas fechadas e ativaram sua produção por meio da sua organização coletiva e de autogestão; agricultores familiares e assentados da reforma agrária organizaram cooperativas de crédito, de produção e de serviços, em contraposição à subordinação à agroindústria capitalista; comunidades urbanas e rurais organizaram coletivamente grupos de produção, compras coletivas e fundos solidários e rotativos de crédito; populações de catadores de lixo (nos lixões e nas cidades) organizaram sua atividade de coleta e reciclagem por meio de associações e cooperativas. Estes são alguns exemplos da prática da economia solidária no país.

Entende-se aqui que a economia solidária configura uma proposta socializante e democrática dos movimentos sociais para a “questão social”, assentada no acirramento do conflito e das contradições existentes entre as conquistas democráticas (universalidade constitucional de direitos em 1988) e o crescente desemprego e exclusão social decorrentes da opção neoliberal para superar a crise de acumulação capitalista.

Essa “questão social” caracteriza a conjuntura nacional na década de 1990. Após a derrota do projeto democrático popular em 1989, com perspectivas de reformas estruturais profundas, assistimos ao descenso da luta de massas, à desmobilização e à fragmentação do movimento sindical e dos movimentos sociais. No âmbito da ação do Estado, sua reorganização ao fazer frente às exigências da crise da acumulação do capital significou a implementação

* Professor da Universidade Regional de Blumenau/SC, é doutor em sociologia política pela Universidade de Brasília. Foi diretor de Estudos e Divulgação da Secretaria Nacional de Economia Solidária no período 2003-2007.

de políticas explícitas de crescente transferência dos recursos públicos para o sistema financeiro, e conseqüente redução da responsabilidade pública para a questão social. Então, aquilo que se chamou de “Estado mínimo”, nada mais foi do que um Estado máximo para o capital, na sua capacidade de transferência de recursos públicos da sociedade para um determinado setor da economia, mais estrangeiro do que propriamente nacional, e mínimo para atender aos direitos do povo e prover a nação de um projeto de desenvolvimento.

Portanto, uma conjuntura permeada por desemprego, precarização, exclusão, desigualdade, descenso da luta social e política neoliberal compõe o contexto da expansão da economia solidária, das experiências econômicas concretas, de empreendimentos econômicos solidários, e da crescente opção dos movimentos sociais, sindical, universidades e organizações populares por uma nova forma de luta social a partir da organização econômica das pessoas.

Não há como negar que a economia solidária é uma estratégia própria da sociedade civil. Contudo, com a chegada ao poder local das “forças democrático-populares”, passou a ser incorporada também na agenda dos governos. Foi na segunda metade na década passada que foram implantados os primeiros programas e ações governamentais de apoio à economia solidária.¹ Tais iniciativas ganharam maior relevância e visibilidade quando implantadas em municípios metropolitanos como Porto Alegre, São Paulo, Recife e Belém. Assim, a economia solidária emerge igualmente a partir da ação governamental e não apenas da sociedade civil. Já existem análises e avaliações publicadas sobre estas experiências. A própria Secretaria Nacional de Economia Solidária, junto com a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, promoveram estudos e debates sobre tais iniciativas (SENAES/MTE, 2008).

É preciso considerar também que a economia solidária entrou na agenda das políticas governamentais como que “pela porta dos fundos”. Refiro-me aqui às iniciativas de cooperação econômica e autogestão surgidas no âmbito dos programas de geração de trabalho e renda. Apesar de adotarem a perspectiva da empregabilidade (responsabilização do trabalhador pelo emprego ou desemprego), volumes substantivos de recursos destes programas foram apropriados pelo movimento social e sindical para a promoção de ações de qualificação profissional e apoio a projetos de geração de renda. Programas de geração de trabalho e renda também estavam presentes nas políticas assistenciais e de desenvolvimento local. Muitos empreendimentos econômicos solidários surgiram, por exemplo, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Local e Integrado e Sustentável (Dlis) e do Plano Nacional de Qualificação Profissional (Planfor). Os dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies) também demonstram a importância do apoio governamental (vários órgãos e instâncias) para o surgimento da economia solidária no país ao longo da década de 1990.

Mas foi a partir da primeira situação que a economia solidária foi se consolidando enquanto uma política específica, integrando uma agenda presente, de maneira crescente, nos planos e programas de governos. Este processo ocorreu a partir de um amplo “experimentalismo” de políticas de apoio à economia solidária. Tal diversidade pode ser entendida em função da especificidade das questões locais, das compreensões políticas sobre o potencial da economia solidária no enfrentamento das questões sociais, da priorização política, administrativa e orçamentária das ações implementadas, assim como em função dos diversos entendimentos sobre o significado da própria economia solidária. Observam-se, por exemplo,

1. Em Blumenau (SC), em 1997, foi instituído um programa de apoio às formas cooperativas e associativas e à autogestão, por meio da criação de uma coordenação específica na estrutura do poder público municipal para sua gestão, enquanto estratégia da política local de enfrentamento ao desemprego.

em alguns governos, ações mais aprofundadas do ponto de vista da ação em si e do consenso interno com relação à economia solidária, ao tempo em que, em outros, verificam-se ações mais pontuais e residuais.

Do ponto de vista das políticas públicas, a inclusão da economia solidária nas ações governamentais explicitava os limites e contradições do “Estado mínimo para o social”, pois a economia solidária exigia uma posição cada vez mais ativa dos governos: compor equipes qualificadas de gestores, planejar ações de longo prazo, viabilizar capacidade de alocação de recursos, integrar o Estado à economia real das comunidades. De alguma maneira pode-se afirmar que as exigências da economia solidária contribuíram para a crítica das políticas neoliberais e para a defesa da participação mais ativa do Estado no enfrentamento das questões sociais.

Esse experimentalismo foi tomando corpo e maior organicidade com a disposição dos gestores para a troca de informações e experiências. Neste sentido, a constituição da Rede de Gestores destas políticas permitiu um salto de qualidade para o debate e as práticas das agora denominadas “políticas públicas de economia solidária”. Isto porque a iniciativa dos gestores de dialogarem entre si, trocarem experiências, saber o que estava sendo implementado nos municípios e estados e realizar avaliações críticas foi consolidando uma compreensão de que havia unidade na diversidade. A Rede de Gestores foi fundamental para construir um processo de identidade do que se entende hoje por política pública de economia solidária.

A realização de processos mais sistemáticos de oficinas e atividades formativas de gestores – ampliadas com o apoio da Secretaria Nacional de Economia Solidária – permitiram a sistematização de documentos e declarações sobre os princípios, as diretrizes, as características, os instrumentos e a institucionalidade das políticas públicas de economia solidária. Tal acúmulo de práticas e reflexões foi fundamental para a elaboração do texto-base da Primeira Conferência Nacional de Economia Solidária em 2006 (I Conaes). Com as deliberações da conferência, as políticas públicas de economia solidária passaram, de forma definitiva, a compor a centralidade da estratégia política do movimento de economia solidária no país.

A própria conferência e, em especial, a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – e ainda, posteriormente, a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária – configuraram uma nova institucionalidade no Brasil para as políticas de economia solidária.

No entanto, tais avanços políticos e institucionais ainda não alteraram uma das principais características das políticas de economia solidária: “são políticas de governo”, isto é, sua existência depende dos partidos, coalizões ou grupos políticos que assumem a direção do Poder Executivo. Por isso, a economia solidária ainda não foi incorporada na agenda dos direitos (da cidadania) e dos deveres (públicos). Esta é a questão da institucionalização das políticas públicas de economia solidária. Como incorporar a economia solidária na agenda do Estado brasileiro? Como traduzir as demandas e necessidades da economia solidária em direitos dos(as) trabalhadores(as) e em dever do Estado? Como garantir que as ações governamentais permaneçam para além dos processos eleitorais? Portanto, a questão da institucionalização das políticas públicas de economia solidária refere-se a dois aspectos: *i*) sua caracterização de política de governo para política de Estado, entendendo que a economia solidária representa uma possibilidade de que as políticas governamentais sejam permanentes, por serem apropriadas pela estrutura de Estado, não é só pela equipe de governo; e *ii*) sua inserção no campo dos direitos, da constituição de sujeitos de direitos e das obrigações públicas (deveres do Estado para assegurar este conjunto de direitos).

Para aprofundar um pouco mais a problemática da institucionalização das políticas de economia solidária, é também necessário constatar seu caráter de transversalidade. Em sua trajetória, estas políticas foram forjando sua identidade no interior de outras políticas, das políticas de trabalho e renda, de assistência social, de desenvolvimento rural, de desenvolvimento econômico etc. A economia solidária se apresentava como parte de outras políticas – políticas setoriais ou temáticas que a precederam na agenda dos governos e do Estado, e que a englobaram e não como uma política específica. Muitas destas políticas possuem alto grau de institucionalização, e algumas delas são organizadas em sistemas públicos, a exemplo do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SEPTR), do Sistema Único de Assistência Social (Suas) ou do recente Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Portanto, ao se tratar da questão da institucionalização, é fundamental incluir esta relação entre economia solidária e outras políticas. Isto coloca novos desafios: como abordar a economia solidária já incluída em outras institucionalidades políticas existentes? Como identificar as especificidades que permitem demonstrar as particularidades dos direitos inerentes à economia solidária? Como dar institucionalidade própria à economia solidária sem gerar sobreposição das ações?

O fato é que a economia solidária vinha ganhando um *status* próprio. E, talvez, a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária seja o marco histórico nesta direção, assim como a implantação do Conselho Nacional de Economia Solidária e alguns correlatos em algumas Unidades da Federação. A economia solidária vai obtendo maior visibilidade no interior das estruturas dos governos com a criação das coordenações de economia solidária, departamentos de economia solidária, e, em alguns casos, a exemplo da União, de secretarias de economia solidária. Pelo menos no âmbito da atuação do Poder Executivo, a economia solidária vai se afirmando a partir de estruturas específicas de gestão.

Na implementação dessas políticas figura outro tema com destaque: a questão da participação e do controle social que, após a Constituição de 1988, se consolida na realização das conferências nacionais, nos conselhos paritários e em outros mecanismos. Os sujeitos da economia solidária vão disputar a política nos conselhos já existentes ou construir um espaço próprio de participação e controle social da política? Quando da criação do Conselho Nacional de Economia Solidária e realização da I Conferência Nacional de Economia Solidária já se delineava uma posição clara sobre a questão. Também aqui o desafio é aprofundar a institucionalização da participação e do controle social, mas de forma a assegurar os necessários mecanismos de articulação e a integração da economia solidária com as outras políticas públicas, reconhecendo suas especificidades, suas trajetórias e seus sujeitos.

Para concluir, ainda permanece um desafio. Discutiu-se até aqui sobre as políticas no âmbito de governo e como elas se constituem enquanto políticas mais permanentes. A proposição que parece mais simples é a ideia de que precisamos transformar nossos programas e nossas ações em legislação, em lei. Leis municipais, estaduais e nacionais. Assim, estabelecidas a compreensão, a política, as ações com seus objetivos, bem como seu público, seus instrumentos e seus mecanismos de controle em lei, ter-se-ia assegurada, do ponto de vista do Estado, a política a ser operada pelos governantes enquanto uma exigência pública. Não seria mais uma opção de governo: seria uma exigência pública para a implementação de políticas.

Embora isso se evidencie fundamental, há que se ter clareza de ainda ser insuficiente para se institucionalizar a política. Por quê? Porque a institucionalização da política não é legalizar a política simplesmente, é criar aquelas condições da chamada hegemonia da econo-

mia solidária, ou capacidade que a economia solidária tem de certa direção cultural e moral sobre a sociedade e sobre os governos para a implementação de sua política. A lei por si só é importante, mas não resolve o problema da institucionalização. Porque a institucionalidade não se resume à legalização: corresponde também à criação das condições políticas para que qualquer governo fique constrangido do ponto de vista social e moral a implementar um conjunto de ações de apoio à economia solidária. Esta é uma questão fundamental, cujo debate deve ser aprofundado.

Foram aqui registrados avanços importantes do ponto de vista da direção da institucionalização da política pública de economia solidária no país. Há também definições já tomadas e que necessitam ser implementadas. As resoluções da I Conferência Nacional de Economia Solidária propõem a criação um Sistema Nacional de Economia Solidária, o fortalecimento do Conselho Nacional de Economia Solidária, a implantação de conselhos nos estados e municípios, e aponta para a urgência de uma legislação específica para instituir formalmente os sujeitos, os direitos, e os instrumentos para assegurar os direitos da economia solidária. Isto a exemplo de alguns municípios e estados que já aprovaram em seus legislativos leis específicas para a economia solidária.

Ao colocar na ordem do dia a questão da legislação – com a apresentação pelo conselho da proposta de Lei Nacional da Economia Solidária –, a economia solidária amplia as exigências para institucionalização de sua política. Além do poder executivo e da sociedade civil, há necessidade de participação dos parlamentos. A criação de frentes parlamentares é um indicativo deste avanço. A par da frente parlamentar existente no Congresso Nacional, há ainda outras frentes em assembleias legislativas estaduais. Mas mais do que apoiadores, a economia solidária vai se deparar com outros interesses de classe representados – de maneira dominante – nos parlamentos. Neste caso, a institucionalização requer a construção de consensos mais amplos.

Mas a ideia de tornar “legal” a política de economia solidária por si só também pode ser ingênua. Em si não é a lei (texto formal) que cria direitos e deveres. A lei somente se tornará ação viva caso a economia solidária apresente força política para exigir a permanência das iniciativas em curso. E esta força depende, por sua vez, da força ético-política originária das alianças e compromissos entre a economia solidária e demais sujeitos e lutas emancipatórias. Nesta força reside a perspectiva de que a criação de novas institucionalidades signifique a afirmação de novos valores e de novas bases para o processo de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J. (Org.). **Ação pública e economia solidária**. Uma perspectiva internacional. Salvador e Porto Alegre: Edufba, UFRGS Editora, 2006

SCHIOCHET, V. Políticas Públicas. *In*: CATTANI, A. D; LAVILLE, J.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (Coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Ed. Almedina, 2009.

SENAES/MTE. **Políticas públicas de economia solidária**: reflexões da rede de gestores. Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2008.

SENAES/MTE. **Economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento**. I Conferência Nacional de Economia Solidária, Documento Final, 2007.

SUBSÍDIO AOS DEBATES SOBRE ANTEPROJETO DE LEI PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UMA POLÍTICA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Comitê Permanente do Conselho Nacional de Economia Solidária*

O presente documento tem como objetivo subsidiar a elaboração, pelo Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), de proposta de um anteprojeto de lei para a institucionalização de Política e/ou Sistema Público de Economia Solidária no plano nacional.

Trata-se de apresentar as motivações e pilares que devem embasar a redação de uma proposta preliminar, assim como alguns pontos em aberto, de modo a fornecer elementos adicionais tanto para a discussão quanto para a posterior consolidação de anteprojeto no âmbito do CNES.

1 POR QUE UMA LEI QUE INSTITUCIONALIZA UMA POLÍTICA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA?

As primeiras políticas públicas de economia solidária remontam à segunda metade dos anos 1990, quando municípios e governos estaduais passaram a criar estruturas e desenvolver programas e ações com vistas a apoiar e fomentar a economia solidária. A partir de 2003, também o governo federal passa a desenvolver políticas estruturadas para apoiar a economia solidária no Brasil.

Desde que essas políticas começaram a ser desenvolvidas, um tema permanente tem sido como institucionalizá-las, ou seja, como fazer com que estas políticas sejam incorporadas pela estrutura do Estado, para que, em vez de políticas de governo, muitas vezes transitórias, se perenizem como políticas de Estado.

Contudo, é importante destacar que institucionalizar uma política é muito mais do que lhe dar permanência no tempo. Mais do que uma estratégia particular de um governo, trata-se de compreendê-la enquanto direito dos milhões de homens e mulheres que vivem e fazem a economia solidária no Brasil, e, portanto, entender enquanto dever do Estado dispor dos meios que efetivem este direito.

A história recente do Brasil também mostra que a lei em si não cria a realidade. Porém, a lei é a representação de uma realidade de lutas e processos históricos de mobilização social. Por isso, ela é um importante instrumento de luta para que a sociedade civil organizada possa reivindicar o reconhecimento de direitos perante a estrutura do Estado.

Mais do que um projeto de lei, a proposta pretende ser uma síntese do que os diferentes sujeitos sociais esperam da ação do Estado em relação à economia solidária.

Nesse sentido, ela apresenta uma agenda para que o Estado brasileiro atue no apoio à economia solidária, e, além de uma proposta técnica, busca-se uma espécie de “carta de intenções” que consolide as demandas da economia solidária em termos de instrumentos estruturados e permanentes de políticas públicas. Por isso, a política (e a lei que a institucionaliza) não pode ser considerada como fim em si, mas como um meio para a concretização das demandas e direitos da economia solidária.

* Texto elaborado no âmbito do Comitê Permanente do Conselho Nacional de Economia Solidária.

Assim, o primeiro grande objetivo de um projeto de lei para institucionalizar uma política nacional de economia solidária é reconhecer a economia solidária e o trabalho associado como um direito que constitui um instrumento de mobilização para que segmentos da sociedade o reivindiquem perante o Estado. Mas não se pode esquecer um segundo grande objetivo de uma lei dessa natureza, que é dar condições jurídicas para que o Estado desenvolva suas ações de apoio e fomento à economia solidária.

2 QUAIS SÃO OS FUNDAMENTOS PARA UMA LEI QUE INSTITUCIONALIZA UMA POLÍTICA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA?

A construção de um marco jurídico apropriado para a economia solidária tem sido uma das principais demandas do movimento organizado, reforçada pelas resoluções dos Anais da I Conferência Nacional de Economia Solidária (Conaes), e pela instituição do Comitê Temático do Marco Jurídico dentro do Conselho Nacional de Economia Solidária.

Especificamente em relação à institucionalização de uma política nacional, as demandas apontam para uma lei que institua ou consolide os instrumentos de ação pública de modo estruturado e permanente, aí incluída a previsão de um fundo específico para o desenvolvimento da economia solidária que agregue as várias possibilidades de financiamento das políticas setoriais (Art. 70 e Art. 102 dos Anais da Conaes).

A necessidade de instrumentos legais que regulamentem, reconheçam e fomentem a economia solidária no Brasil se baseia em referências de fontes diversas, como, por exemplo:

- a Constituição Federal, em vários de seus artigos, tais como: Art. 1º, Art. 3º, Art. 5º (vários incisos), Art. 7º, Art. 146, Art. 174, Art. 187, e Art. 192;
- a existência de políticas e ações voltadas à economia solidária no Plano Plurianual (PPA) 2008-2011; e
- os Anais da I Conferência Nacional de Economia Solidária (junho 2006), e de outras conferências (Segurança Alimentar, Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário).

3 QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS EIXOS DE UMA POLÍTICA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA?

A proposta de minuta de projeto de lei da economia solidária deve ser estruturada a partir de quatro grandes eixos:

- definições gerais;
- política de economia solidária;
- sistema nacional de economia solidária; e
- financiamento da política pública de economia solidária.

Estes eixos foram definidos a partir da análise tanto de leis estaduais e municipais que institucionalizam políticas públicas de fomento à economia solidária, como de leis que institucionalizam outras políticas em âmbito federal, tais como as políticas de agricultura familiar, de habitação de interesse social, de assistência social e de segurança alimentar, além de outros documentos, como os supracitados Anais da Conaes.

A seguir, apresenta-se um resumo dos quatro capítulos estruturantes da proposta.

CAPÍTULO I - DAS DEFINIÇÕES

O objetivo do capítulo deve ser reconhecer juridicamente a economia solidária como uma realidade da sociedade brasileira, como direito dos sujeitos sociais que fazem a economia solidária, e como dever do Estado brasileiro de modo que este possa fomentá-la, cumprindo seus preceitos constitucionais. Trata-se de um capítulo de definições conceituais, no qual se definirá o que é economia solidária e quem são os sujeitos de direito e os públicos beneficiários desta política. Para a redação do capítulo, o principal subsídio são definições presentes nas leis estaduais e municipais de economia solidária preexistentes.

Provavelmente o ponto mais importante do capítulo reside em uma conceituação adequada para a economia solidária, a fim de conferir identidade aos sujeitos que a fazem no Brasil, mas sem limitar a ampliação deste conjunto de organizações e formas econômicas solidárias.

É comum que grupos e movimentos sociais busquem que suas diferentes manifestações sejam reconhecidas pela lei. Contudo, deve-se lembrar que esta lei é de toda a economia solidária e, para tratar especificamente de cada uma destas formas de manifestação, o espaço de uma lei não seria suficiente. Assim, tem-se que encontrar uma definição que dê unidade e identidade a todos, delimite do que se trata quando se fala em economia solidária, mas, ao mesmo tempo, reconheça a diversidade do movimento, sem fechar suas portas a novas possibilidades.

Devem ser consideradas cinco características “mínimas” para a definição de empreendimento econômico solidário enquanto principal beneficiário da política:

- caráter coletivo: o “fazer junto”; a dimensão associativa da atividade econômica;
- caráter primordialmente econômico: trata-se da atividade econômica como razão primordial para a existência da organização;
- autogestão/gestão democrática: diz respeito às decisões, tarefas e aos resultados compartilhados;
- caráter permanente: para marcar a diferença em relação a uma organização eventual – um mutirão ou outra forma coletiva de organização, por exemplo; e
- livre adesão dos participantes.

Devem ser também tomadas como “mínimas” as características relativas a segurança e saúde do trabalho e ao combate ao trabalho infantil, incluindo-se ainda características desejáveis, como, por exemplo, a preservação do meio ambiente.

PRINCIPAIS QUESTÕES E OBSERVAÇÕES

- Definir, para fins da lei, a economia solidária – mais geral, em termos de princípios norteadores – e as características das organizações da economia solidária que serão beneficiárias da política. Para isso deve-se buscar um conceito “mínimo-máximo”: nem tão restrito que deixe de fora parte da economia solidária, nem tão amplo que acarrete perda da identidade.
- No caso das características chamadas “desejáveis”, considerar se devem constar da lei, ou se poderão vir a constituir critérios de exclusão – ainda que não sejam “mínimas”. Para tanto, é necessário contemplar a economia solidária em suas diferentes formas societárias, traduzindo a preocupação de não engessar – e de não perder a identidade. Com este objetivo, recomenda-se indicar também aqueles que *não* se encaixam nas características de economia solidária.

- Faz-se necessário ainda considerar outros possíveis públicos da política: agricultores familiares, por exemplo, desde que associados em algum espaço coletivo, como compras coletivas de insumos, uso coletivo de um equipamento, comercialização conjunta, entre outros, além de beneficiários de outros programas sociais interessados em desenvolver atividades econômicas solidárias.

CAPÍTULO II - DA POLÍTICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

O objetivo do capítulo deve ser conceituar e delimitar o que são as políticas públicas para a economia solidária, assim como definir quais as principais ações e instrumentos que o Estado deve desenvolver para apoiar a economia solidária.

Para a redação do capítulo, o principal subsídio são as resoluções dos Anais da I Conaes, buscando-se organizar as ações e instrumentos a serem desenvolvidos pelo Estado, de acordo com os principais eixos apresentados nas resoluções da conferência. Também devem ser levados em consideração outros documentos e sistematizações acerca das demandas e prioridades da economia solidária, como, por exemplo, as três principais demandas dos empreendimentos econômicos solidários mencionadas no Sistema de Informações em Economia Solidária e em vários espaços do movimento de economia solidária – e no próprio CNES. As ações incluídas na proposta se referem principalmente às políticas de: *i*) formação e assistência técnica; *ii*) comercialização e redes de produção e consumo; e *iii*) crédito e finanças solidárias.

Como se poderá notar, a descrição dessas políticas não é exaustiva. Aqui não se pretende destacar cada uma das atividades, programas, ações e projetos que o Estado desenvolve hoje ou deve desenvolver no futuro, mas sim destacar em linhas gerais quais os eixos prioritários e estruturantes nos quais o Estado deve atuar para apoiar a economia solidária.

Portanto, há que se resistir ao impulso de reconhecer todas as ações que são desenvolvidas, e buscar agrupá-las de modo geral. Por exemplo: não se trata apenas de um centro de formação em economia solidária, mas sim de uma política nacional de formação; não apenas de feiras de economia solidária, mas de uma política nacional de comercialização; e assim por diante.

É importante destacar que os Comitês Temáticos do Conselho Nacional de Economia Solidária devem examinar com atenção o capítulo em análise – particularmente artigos e parágrafos referentes a seus respectivos temas –, de modo a conferir-lhe uma redação mais próxima possível da descrição das políticas que se quer do Estado brasileiro.

PRINCIPAIS QUESTÕES E OBSERVAÇÕES

- Deve-se buscar afirmar as políticas que se quer, conferindo identidade a todas as ações desenvolvidas em cada um dos eixos e contemplando toda a diversidade da economia solidária, sem, contudo, recorrer a extenso detalhamento de cada uma das ações.
- Dado que a realidade econômica e social da economia solidária é diversa em seu próprio interior, existindo, por exemplo, empreendimentos economicamente mais frágeis e outros mais robustos, uma possibilidade seria a definição de categorias econômicas para o público alvo beneficiário das políticas. Ou seja, assim como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) obedece a uma classificação (PRONAF A, PRONAF B etc.), a questão é se não se deve criar também uma classificação conforme a realidade socioeconômica dos beneficiários, prevendo graus e direitos diferentes para o acesso às políticas de economia solidária.

Por exemplo, nas políticas de financiamento e crédito aos empreendimentos econômicos solidários, os empreendimentos mais pobres deveriam ter condições facilitadas na possibilidade de equalização de taxas de juros.

- Do mesmo modo, outra questão é se a lei não deve prever acesso diferenciado e privilegiado aos empreendimentos econômicos solidários que atuem em setores ou em condições consideradas mais relevantes – os empreendimentos que desenvolvam atividades ambientalmente importantes, como a produção agroecológica, por exemplo. Vale lembrar, porém, que um detalhamento tal como as categorias e formas de acesso aos instrumentos da política pode ser objeto de normativa complementar posterior, permanecendo a lei com um caráter mais geral e sucinto.

CAPÍTULO III - SISTEMA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Depois de definir quem são os sujeitos de direito beneficiários da política pública de economia solidária e quais são os instrumentos e prioridades desta política, o Capítulo III tem por objetivo delimitar o desenho institucional da política, ou seja, sua estrutura de gestão e execução. Neste caso, propõe-se que tal delimitação se dê por meio de um Sistema Nacional de Economia Solidária. Neste sentido, trata-se de definir os entes (públicos e privados) que deverão integrar o sistema e como se organizarão para desenvolver a política.

Atualmente no Brasil existem algumas políticas que estão organizadas em sistemas públicos. É o caso do Sistema Único de Saúde (SUS), o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR), o Sistema Único de Assistência Social (Suas) e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), entre outros. Cada um destes sistemas tem uma lógica própria de funcionamento.

No caso da proposta, há a opção de utilizar como subsídio o desenho institucional estabelecido pelo Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Esta opção se fundamenta no fato de ser este o sistema que coloca maior ênfase na participação social em todas as esferas da política, assim como por ser o sistema mais flexível na delimitação de responsabilidades e atribuições entre os entes, e, portanto, o modelo que parece mais próximo de atender a atual realidade da economia solidária.

Outra opção é não colocar o foco na definição de um lugar institucional específico no governo federal enquanto responsável pela política, mas sim incluir vários órgãos com ações e políticas de apoio (total ou parcial) à economia solidária. Em primeiro lugar, porque se considera que a política de economia solidária deve adquirir um caráter transversal no governo federal, sendo assumida por diferentes áreas setoriais; e, em segundo lugar, porque se quer ressaltar a permanência da política, independente de eventuais mudanças nos órgãos responsáveis.

Porém, é importante destacar que esse modelo de sistema não é a única opção, o que exige que se aprofunde o debate sobre qual o sistema público mais adequado: um sistema mais voltado à atuação do Estado e baseado na relação entre os diferentes entes federativos, definindo responsabilidades e obrigações para estes – o Suas, por exemplo; um sistema público mais aberto, que apenas defina os órgãos e entes que desenvolvem a política – o SISAN, por exemplo; ou um sistema híbrido, a meio caminho entre os dois anteriores. Ou, ainda, se o melhor é de fato se ter um sistema. Enfim, são debates que devem ser aprofundados.

PRINCIPAIS QUESTÕES E OBSERVAÇÕES

- Deve-se definir em que grau de detalhamento o sistema público de economia solidária definirá as competências e atribuições dos diferentes entes federativos e das entidades da sociedade civil.
- Faz-se necessária a clareza sobre a ênfase do sistema, ressaltando o pacto federativo e a participação social. É preciso definir que a adesão ao sistema deverá ser pré-requisito para acesso às fontes de financiamento da política. Também devem ser incluídos artigos que fixem com precisão como se dará o controle social em relação ao desenvolvimento das políticas públicas de economia solidária.
- Há que se definir a relação do sistema público de economia solidária com outros sistemas públicos e com os sistemas (e propostas de sistemas) já existentes na economia solidária, como, por exemplo, os sistemas de informação, comércio justo e solidário, formação, e finanças.

CAPÍTULO IV – FINANCIAMENTO

O capítulo deve ter por objetivo definir e prever como a política pública de economia solidária e o Sistema Nacional de Economia Solidária serão financiados. No caso, a opção que parece mais indicada é instituir um Fundo Nacional de Economia Solidária, cujo objetivo será financiar as ações públicas de apoio e fomento à economia solidária, estabelecidas e apresentadas nos capítulos anteriores. Trata-se de prever recursos para: financiamento e crédito de empreendimentos econômicos solidários; desenvolvimento de políticas de formação e assistência técnica; abertura de canais de comercialização dos produtos e serviços produzidos pela economia solidária, entre outras atividades previstas. Além disso, o capítulo deve propor fontes de recursos que constituirão este fundo, assim como a forma pela qual se dará a sua gestão.

Para a redação do capítulo, o principal subsídio é a lei que institui o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). Assim como o FNHIS, o fundo que estará sendo proposto será constituído a partir de fontes diversas de recursos, gerido por um comitê gestor escolhido e vinculado ao Conselho Nacional de Economia Solidária.

É importante destacar que a opção de criação de um Fundo Nacional de Economia Solidária não é a única possível para o financiamento da política pública de economia solidária. Existem políticas que são financiadas a partir de fundos, como é o caso, por exemplo, da assistência social, e outras que não o são – caso do PRONAF.

O PRONAF, que pode ser considerado um exemplo próximo da realidade da economia solidária, não possui um *fundo* específico para o seu financiamento: os recursos do programa são provenientes principalmente da União – para as políticas de assistência técnica, comercialização e equalização de taxas de juros, entre outras – e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para as ações de crédito.

Dessa maneira, a criação de um fundo específico é, novamente, apenas uma opção, existindo outras que podem cumprir o objetivo de financiar os diferentes eixos das políticas de economia solidária. Na verdade, é necessário discutir qual a possibilidade mais adequada para a economia solidária.

PRINCIPAIS QUESTÕES E OBSERVAÇÕES

- A legislação precisa esclarecer quais são as vantagens e as desvantagens de um Fundo Nacional de Economia Solidária. É preciso refletir se um fundo significaria centralizar e burocratizar o acesso aos recursos públicos, dificultando-o, ou, ao contrário, se representaria a consolidação da organização de acesso da economia solidária às políticas públicas.
- Caso seja criado um fundo, é preciso definir qual será a relação entre os seus recursos e os recursos da União operados pelos diferentes órgãos nas suas ações e políticas para a economia solidária. Deve haver clareza se a criação do fundo representará uma centralização de recursos para a economia solidária, nos moldes do PRONAF, ou se sua não criação seria mais positiva, por manter os recursos descentralizados entre diferentes órgãos.
- A legislação precisa indicar quais serão as principais fontes do fundo.
- Além disso, a legislação deverá explicitar ainda os critérios para acessar seus recursos pelos sujeitos constituintes do Sistema Nacional de Economia Solidária. Neste caso, também é necessário estabelecer critérios e classificações para definir as diferentes formas de acesso aos fundos pelos empreendimentos econômicos solidários.

ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM NOVO MODO DE VIVER

Eudes Xavier*

A Frente Nacional em Defesa da Economia Solidária, criada em maio de 2007, é parte do reconhecimento dado pelo parlamento às estratégias utilizadas pelo movimento de Economia Solidária no Brasil. A defesa deste novo modo de viver, incorporado pela prática da economia solidária, reflete os esforços realizados desde os anos 1980 para resgatar a cidadania de milhares de trabalhadores e trabalhadoras alijados(as) do mundo do trabalho. Com o passar do tempo o movimento consolidou-se socialmente, rompendo as barreiras da exclusão social para ecoar no Congresso Nacional.

Não fosse a valentia e insistência dos sujeitos sociais históricos, numa busca dedicada e obstinada por alternativas de trabalho e renda, pelo resgate da cidadania dos sujeitos marginalizados economicamente, é bem provável que a Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária não existisse. Trata-se, portanto, de reconhecer um acúmulo social histórico, conquistado palmo a palmo por meio de um trabalho cansativo, mas recompensador, que ao mesmo tempo em que busca amenizar as dificuldades de homens e mulheres, mães e pais de família em dificuldade, tem o objetivo de conter o avanço do capitalismo em sua face mais desumana: o desemprego e a barbárie social.

Antes de se focalizar a matéria propriamente em questão, é preciso relembrar os primeiros projetos organizados pela Cáritas Brasileira, no início da década de 1980. É necessário fazer justiça ao movimento sindical, com a retomada das primeiras fábricas desativadas, sob um novo prisma, onde os trabalhadores tiveram resgatados os seus direitos humanos, passando a ser mais que simples força de trabalho assalariado. É preciso rememorar as primeiras incubadoras de cooperativas, incentivadas pelas universidades. Resgatar, de forma justa, as experiências das gestões do Partido dos Trabalhadores (PT), que contribuíram decisivamente para a consolidação de políticas públicas de economia solidária, como foi o caso da cidade de Porto Alegre (1989-1992), ou o surgimento dos primeiros bancos de crédito popular, na prefeitura de Belém, na década de 1990. Falamos do governo do Rio Grande do Sul (1999–2002), onde se fortaleceu a ideia do desenvolvimento de cadeias produtivas territoriais.

A partir do surgimento da Rede de Gestores Públicos, em 2002, bem como do Fórum Social Mundial (FSM), Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), além do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), em 2003, o movimento foi criando corpo. Estes foram momentos importantes para a consolidação da economia solidária no Brasil. Etapas de um acúmulo de forças, que se constituiu antes nas ruas, a partir das trabalhadoras e trabalhadores que buscavam saídas criativas para sobreviver. A Frente Parlamentar da Câmara dos Deputados nada mais é que uma caixa de ressonância deste momento histórico e social, que transcende as iniciativas exclusivas dos ativistas da economia solidária, buscando o apoio de outros setores comprometidos com a justiça social.

Para criar a Frente Parlamentar na Câmara dos Deputados, coletaram-se mais de 184 assinaturas dos(as) parlamentares eleitos(as) para representar o povo e os estados brasileiros.

* Deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores do Ceará (PT/Ceará) e presidente da Frente Nacional em Defesa da Economia Solidária.

Além de deputados federais e senadores, estavam presentes, no dia do lançamento da frente, representantes de vários órgãos governamentais e não governamentais, entre eles do Ministério do Trabalho e Emprego, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Cultura, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Ministério do Meio Ambiente, representantes das assembleias legislativas dos estados do Ceará e Rio Grande do Sul. Também se fizeram representar entidades como a Central Única dos Trabalhadores, a Associação Nacional dos Trabalhadores em Autogestão, a União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, a Rede Unitrabalho e muitos representantes do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

A economia solidária ganha força. Hoje ela é responsável por uma grande articulação nacional, mas também global. Em diversos países, como também no Brasil, a economia solidária tem permitido que milhares de pessoas saiam da linha da pobreza. Trata-se da oportunidade dada a indivíduos e famílias para melhorarem as suas condições de vida, tanto no aspecto alimentar como também cultural, educacional, sem falar no fortalecimento dos vínculos familiares – fator importante para evitar as situações de risco social da infância e juventude. Dados do relatório *Tendências Mundiais do Emprego Juvenil* (2006)¹ mostram que, no Brasil, metade dos desempregados é jovem e tem entre 16 e 24 anos. Destes, 52% trabalham na informalidade. Podemos citar países da África, Índia e América Latina, mas também Rússia e Estados Unidos, entre outros países desenvolvidos, nos quais a economia solidária tem sido utilizada principalmente como alternativa de trabalho e renda para os imigrantes.

No Brasil, a economia solidária vem superando pouco a pouco a fase de experimentação. O governo federal não tem medido esforços para consolidar as políticas públicas solidárias elaboradas a partir da contribuição dos diversos sujeitos que atuam na área. A consolidação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, que tem à frente o professor Paul Singer, reconhecido economista ligado ao pensamento de esquerda latino-americano, tem sido responsável por diversos programas, principalmente em articulação com outras esferas do governo. Este órgão vem se articulando com o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), por uma política interministerial e republicana, que leva em conta as várias esferas de governo e da sociedade. Por sua vez, o CNES congrega entidades que se organizam em redes, com os movimentos sociais e demais entidades da sociedade civil, no intuito de contribuir para a integração das políticas de economia solidária em território brasileiro. O órgão possui cinco eixos temáticos: comercialização, redes e cadeias de produção e consumo, crédito e finanças solidárias, formação e assistência técnica, institucionalidade da política nacional e marco jurídico. É aí que o debate retorna ao Congresso Nacional. Por isso a Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária se torna tão importante.

A luta da frente ocorre num contexto de prioridades políticas e orçamentárias. No que tange à política, há muitas questões a serem debatidas, assim como também no que se refere às questões orçamentárias. Reporte-se aqui a Karl Marx, quando afirma que “a história de toda a sociedade até hoje tem sido a história da luta de classe”. Todos sabem que, no congresso, relacionam-se diversas representações, inclusive de classe. Por esse motivo torna-se difícil o debate sobre muitas questões, principalmente aquelas sobre as quais os interesses são conflitantes. É o caso do Fundo Nacional de Economia Solidária. Trata-se de garantir recursos para a continuidade e avanço das políticas públicas para o setor. Também é o caso do marco

1. *Global employment trends for the youth*. International Labour Office. Geneva, Switzerland, 2006.

legal, que pode ser compreendido como a legislação que regulamenta as atividades de produção, distribuição e consumo no espectro da economia solidária. Portanto, faz-se necessário articular as ações do movimento concreto, nas ruas, nos projetos e nos empreendimentos solidários, com a necessidade premente de ampliar apoio no parlamento. Principalmente porque queremos entender a economia solidária num contexto amplo, abrangente, que tem o objetivo de contribuir para a segurança alimentar, a agricultura familiar, a reforma agrária, a regulamentação fundiária, o desenvolvimento sustentável, a preservação da identidade étnica e cultural, o recorte de gênero, e a democratização da informação e tecnologias de produção. Trata-se de um enorme desafio: estabelecer a justiça social e econômica, criando condições para inverter a lógica perversa que pretende tratar o trabalho como mercadoria.

No âmbito das políticas públicas federais experimenta-se um momento sem precedentes na história brasileira. São vários programas que compõem a lógica de integração e transversalidade empreendida pelo governo federal. Destacam-se os programas levados a cabo pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Em maior ou menor grau, todos os ministérios do governo Lula participam de algum tipo de ação. No caso do MDA, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), é aplicado o conceito de territórios da cidadania, que são espaços geográficos naturalmente integrados por sua dinâmica social, política e econômica. Por meio da SDT, em conjunto com a Senaes, o Programa Territórios da Cidadania identifica os empreendimentos familiares rurais e econômicos solidários, incentivando o associativismo democrático e integrando diversos programas sociais do governo federal, com foco no desenvolvimento regional. O objetivo é organizar cadeias produtivas via redes de apoio mútuo, estruturando até mesmo uma Base de Serviço de Comercialização (BSC) para garantir a distribuição da produção. O programa também prevê a formação de sistemas estaduais de apoio à agricultura familiar (Secafes). Há linhas de financiamento para a infraestrutura de produção e tecnologia, suporte técnico e capacitação profissional e de gestores. Trata-se de um processo complexo, que leva em conta a demanda existente e orienta a produção para supri-la.

Outros programas também contribuem para a ampliação dessas políticas. Um exemplo é o Fome Zero, sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O programa mantém ações importantes de inclusão produtiva e segurança alimentar, e é reconhecido como referência mundial entre os programas de inclusão social e combate à fome. No âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, o Senaes oferece o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, cujos eixos de atuação preveem o apoio a cadeias produtivas, à geração de trabalho e renda, a bancos comunitários e fundos rotativos, centros de formação, qualificação e alfabetização, feiras de comercialização etc. Também está em processo de elaboração o Sistema Nacional de Comércio Solidário (SNCS), e, em andamento, um mapeamento nacional dos empreendimentos de economia solidária, por intermédio do Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária (Sies). Além destes, muitos estados e municípios criaram órgãos responsáveis pela implementação de políticas públicas de economia solidária. É o caso da Prefeitura de Fortaleza, que mantém uma coordenadoria de economia solidária ligada à sua Secretaria do Desenvolvimento Econômico, onde são desenvolvidos programas como o Credjovem Solidário, que oferece crédito para jovens oriundos da rede municipal de ensino. O programa já financiou 77 empreendimentos solidários, dos quais 60 conseguiram adquirir sustentabilidade.

O problema é que toda essa política pública, construída ao longo dos anos, ainda depende do resultado das urnas para garantir sua continuidade. A democracia represen-

tativa, que tem como principal característica o revesamento do poder instituído através do voto, não garante a continuidade deste processo. Assim, as políticas públicas precisam institucionalizar-se para serem de fato incorporadas como direitos civis. Compreende-se a institucionalização como um processo de incorporação de direitos, por meio da qual o trabalhador e a trabalhadora possam ter assegurada a satisfação de suas necessidades básicas. E isso só pode ocorrer com a ajuda do parlamento. É do parlamento o dever de legislar. É do parlamento o dever de instituir instrumentos de sustentação dos investimentos para a economia solidária, sem os quais esta não passa de um sonho bom. É do parlamento o dever de instituir leis que regulamentem a atividade dos empreendimentos econômicos solidários, sejam eles pequenos empreendimentos de agricultura familiar ou bancos comunitários. Esta é uma preocupação de todos os sujeitos que constroem a economia solidária, inclusive dos órgãos de governo, que incluem o apoio à institucionalização da economia solidária como um eixo programático de sua atuação.

Hoje, duas proposições de lei estão tramitando no Congresso Nacional. A primeira, de autoria do deputado Pompeu de Matos, do Partido Democrático Trabalhista do Rio Grande do Sul (PDT/RS), já aprovada na Câmara dos Deputados, tramita agora no Senado e está sendo analisada na Comissão de Assuntos Sociais. O Projeto de Lei nº 131/2006 dispõe sobre a organização e funcionamento das cooperativas de trabalho e institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho (PRONACOOOP), que disponibilizará linhas de crédito com recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), do Orçamento da União, além de outros recursos que venham a ser alocados pelo poder público. O conteúdo do projeto contempla a autonomia e a autogestão, a adesão voluntária e livre, a participação econômica dos membros cooperados, o aspecto comunitário e intercooperativo, assim como o processo formativo e educativo. É, portanto, um processo comum aos princípios da economia solidária e garante os requisitos mínimos aos quais todo trabalhador deve ter direito. Ademais, estão autorizados a operar os recursos do PRONACOOOP, além dos bancos oficiais, os bancos cooperativos e as cooperativas de crédito. Por isso a Frente Parlamentar de Defesa da Economia Solidária está dialogando com os senadores no sentido de garantir a aprovação desta lei, que atualmente está sendo analisada na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal.

Outro projeto que contribui para a institucionalização da economia solidária é o Projeto de Lei Complementar nº 93/2007, de autoria da deputada Luiza Erundina, do Partido Socialista Brasileiro de São Paulo (PSB/SP), que cria o Segmento Nacional de Finanças Populares e Solidárias. Seu conteúdo prevê a criação do Conselho Nacional de Finanças Populares e Solidárias, que terá como principal finalidade o assessoramento e apoio técnico-administrativo ao setor nas áreas de gestão financeira, tecnologias creditícias, sistemas de informática, formação de quadros técnicos, gestão administrativa e demais atividades inerentes. Além disso, a proposição regulamenta o funcionamento dos bancos populares, que poderão captar depósito e poupança, operar títulos de capitalização e investimentos, receber pagamento e dar quitação, entre outras atividades. A proposição tramita atualmente na Câmara dos Deputados, na Comissão do Trabalho. Por se tratar de um tema de enorme relevância, está prevista uma audiência pública para aprofundar o debate sobre a matéria, de modo a dar maior visibilidade aos conteúdos da futura lei.

Outro debate ora em curso diz respeito ao marco legal propriamente dito. Há muito tempo o movimento debate o assunto. O Senaes, o CNES, o FBES e a Frente Parlamentar Nacional realizaram uma série de reuniões com o intuito de consolidar um anteprojeto de lei que pudesse ser posteriormente apresentado ao Congresso Nacional. Recentemente, no

dia 2 de julho, este coletivo promoveu o seminário “Economia Solidária, Crise Econômica e Institucionalidade da Política”. No evento, foi pautada a II Conferência Nacional de Economia Solidária, a democratização do Estado e o marco regulatório para a parceria com entidades da sociedade civil, entre outros temas de igual relevo. Embora não haja unanimidade nas propostas, o sentimento comum indica pontos de convergência que levam a crer num caráter pedagógico e projetivo. É preciso que os diversos sujeitos envolvidos com a economia solidária possam compreender que participam de uma nova forma de relacionar-se com a economia, com o trabalho e com a sociedade. Trata-se de uma inversão de valores que beneficia a ação coletiva e solidária. No universo da economia solidária, a apropriação do trabalho é antes social, por isso a produção está voltada para a autogestão, assim como a distribuição para a cooperação, e o consumo para o desenvolvimento comunitário. A economia solidária projeta, portanto, uma nova sociedade, com outros valores, próximos dos princípios socialistas.

Estamos conscientes de que a economia solidária não pode sozinha eliminar as desigualdades impostas pelo sistema de valores capitalista, mas pode e deve contribuir para a humanização dos processos relacionais entre capital e trabalho. Não para eliminar os conflitos inerentes destas relações, mas, ao contrário, para mostrar as diferenças e explicitar as alternativas existentes. Entende-se que isto pode tornar-se pedagógico e contribuir para aumentar a resistência aos processos vexatórios de exploração do trabalho. É preciso também levar em conta as demandas que já foram apontadas e amadurecidas durante as últimas décadas. Entre estas, inclui-se a criação de um sistema nacional de economia solidária. Com este sistema, será possível estabelecer instrumentos para implementar uma política nacional de formação e assistência técnica, uma política nacional de comercialização, entre outras. Seu funcionamento deve priorizar a participação popular em todas as esferas da política, evitando a centralização burocrática e dando lugar à transversalidade entre os setores governamentais. Desta forma, ampliariam-se os espaços de participação política, no aprendizado da gestão da coisa pública, no controle social. Não há dúvida de que a vigência de um sistema nacional de economia solidária pode significar uma verdadeira revolução democrática. Para isso, é preciso radicalizar a velha máxima da esquerda setentista, que a partir do poeta Bertold Brecht anunciou que “apenas quando somos instruídos pela realidade é que podemos mudá-la”.

ANEXO ESTATÍSTICO

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

OCUPAÇÃO

MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

DESEMPREGO

SEGURO-DESEMPREGO

RENDIMENTOS

INFORMALIDADE

Advertência

Os dados deste Anexo Estatístico que são provenientes da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentam valores distintos daqueles que foram publicados até o número 38 deste boletim, em decorrência de novos fatores de expansão das amostras.

Para mais informações, consultar:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/notatecnicareponderacao2009.pdf

ANEXO ESTATÍSTICO

Índice de Tabelas

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

1. PEA por região metropolitana	A1
2. PEA por gênero	A1
3. PEA por grau de instrução	A2
4. PEA por faixa etária	A2
5. Taxa de participação por região metropolitana	A3
6. Taxa de participação por gênero	A3
7. Taxa de participação por grau de instrução	A4
8. Taxa de participação por faixa etária	A4
9. População economicamente inativa que gostaria de trabalhar	A5

II. OCUPAÇÃO

1. Nível de ocupação por região metropolitana	A7
2. Nível de ocupação por gênero	A7
3. Nível de ocupação por grau de instrução	A8
4. Nível de ocupação por faixa etária	A8
5. Nível de ocupação por posição na ocupação	A9
6. Empregados por categoria de ocupação	A9
7. Nível de ocupação por setor de atividade	A10

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

1. Admissões por UF	A11
2. Desligamentos por UF	A12
3. Variação do nível de emprego por UF	A13
4. Admissões por setor de atividade	A14
5. Desligamentos por setor de atividade	A15
6. Variação do nível de emprego formal por setor de atividade	A16

IV. DESEMPREGO

1. Taxa de desemprego por região metropolitana: PME	A17
2. Taxa de desemprego aberto: PED	A17
3. Taxa de desemprego oculto por desalento: PED	A18
4. Taxa de desemprego oculto por precariedade: PED	A18
5. Taxa de desemprego total: PED	A19
6. Taxa de desemprego por gênero: PME	A19
7. Taxa de desemprego por grau de instrução: PME	A20
8. Taxa de desemprego por faixa etária: PME	A20
9. Taxa de desemprego por posição na família: PME	A21
10. Composição do desemprego por gênero: PME	A21
11. Composição do desemprego por posição na família: PME	A22
12. Composição do desemprego por faixa etária: PME	A22
13. Composição do desemprego por grau de instrução: PME	A23
14. Composição do desemprego por faixa de duração: PME	A23

V. SEGURO-DESEMPREGO

- | | |
|--|-----|
| 1. Requerentes, segurados e valor médio do benefício | A25 |
|--|-----|

VI. RENDIMENTOS

- | | |
|---|-----|
| 1. Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por região | A27 |
| 2. Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por região | A27 |
| 3. Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por posição na ocupação | A28 |
| 4. Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por posição na ocupação | A28 |
| 5. Salário mínimo real | A29 |

VII. INFORMALIDADE

- | | |
|---|-----|
| 1. Participação dos empregados sem carteira assinada na ocupação total por região metropolitana | A31 |
| 2. Participação dos empregados por conta própria na ocupação total por região metropolitana | A31 |
| 3. Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com e sem carteira assinada, por região metropolitana | A32 |
| 4. Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com carteira assinada e os trabalhadores por conta própria, por região metropolitana | A32 |

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.1
PEA por região metropolitana
(Em mil pessoas)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2002 ^a	1.366	1.512	2.031	5.057	8.446	1.712	20.125	n.d.	n.d.
2003	1.470	1.599	2.142	5.188	8.965	1.765	21.128	1.360	22.488
2004	1.461	1.654	2.229	5.275	9.130	1.777	21.525	1.379	22.904
2005	1.486	1.722	2.246	5.257	9.182	1.800	21.693	1.446	23.139
2006	1.548	1.735	2.362	5.325	9.335	1.834	22.139	1.443	23.582
2007	1.511	1.832	2.437	5.351	9.549	1.853	22.535	1.481	24.015
2008	1.492	1.805	2.510	5.446	9.774	1.907	22.930	1.564	24.494
Jan.-jun./2008	1.465	1.799	2.489	5.408	9.695	1.887	22.743	1.567	24.309
2008									
Julho	1.516	1.790	2.525	5.444	9.777	1.925	22.977	1.580	24.557
Agosto	1.471	1.811	2.534	5.458	9.820	1.908	23.003	1.566	24.569
Setembro	1.524	1.821	2.526	5.500	9.879	1.926	23.175	1.556	24.731
Outubro	1.522	1.817	2.557	5.537	9.939	1.931	23.304	1.558	24.862
Novembro	1.518	1.815	2.541	5.506	9.900	1.941	23.221	1.567	24.788
Dezembro	1.563	1.812	2.500	5.464	9.803	1.933	23.074	1.539	24.613
2009									
Janeiro	1.534	1.842	2.470	5.456	9.852	1.890	23.044	1.545	24.589
Fevereiro	1.510	1.827	2.460	5.392	9.856	1.838	22.884	1.554	24.438
Março	1.538	1.852	2.470	5.385	9.929	1.860	23.035	1.549	24.584
Abril	1.508	1.842	2.487	5.379	9.883	1.860	22.959	1.546	24.505
Maiο	1.533	1.834	2.523	5.364	9.906	1.859	23.020	1.539	24.559
Junho	1.528	1.815	2.546	5.420	9.844	1.862	23.015	n.d.	n.d.
Jan.-jun./2009	1.525	1.835	2.493	5.399	9.878	1.862	22.993	1.547	24.535

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.

^a Média referente ao período (mar.-dez.)

n.d.= não disponível.

TABELA I.2
PEA por gênero
(Em mil pessoas)

Período	Masculino	Feminino
2002 ^a	11.306	8.820
2003	11.737	9.392
2004	11.857	9.668
2005	11.928	9.765
2006	12.139	10.000
2007	12.281	10.254
2008	12.446	10.488
Jan.-jun./2008	12.399	10.343
2008		
Junho	12.432	10.545
Agosto	12.458	10.545
Setembro	12.502	10.673
Outubro	12.570	10.734
Novembro	12.494	10.726
Dezembro	12.501	10.573
2009		
Janeiro	12.485	10.558
Fevereiro	12.458	10.427
Março	12.534	10.501
Abril	12.490	10.469
Maiο	12.493	10.527
Junho	12.458	10.556
Jan.-jun./2009	12.486	10.506

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA I.3

PEA por grau de instrução

(Anos de escolaridade, em mil pessoas)

Período	< 8	8 - 10	> = 11
2002 ^a	7.008	4.089	8.989
2003	7.174	4.233	9.686
2004	6.963	4.215	10.307
2005	6.669	4.161	10.830
2006	6.503	4.172	11.430
2007	6.244	4.189	12.072
2008	6.001	4.173	12.732
Jan.-jun./2008	6.008	4.151	12.554
2008			
Julho	6.074	4.187	12.690
Agosto	6.031	4.225	12.719
Setembro	6.014	4.208	12.925
Outubro	5.948	4.261	13.073
Novembro	6.009	4.186	13.003
Dezembro	5.890	4.102	13.058
2009			
Janeiro	5.839	4.051	13.130
Fevereiro	5.808	4.007	13.047
Março	5.717	4.062	13.220
Abril	5.680	4.054	13.201
Maio	5.640	4.100	13.252
Junho	5.614	4.105	13.260
Jan.-jun./2009	5.716	4.063	13.185

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA I.4

PEA por faixa etária

(Em mil pessoas)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002 ^a	95	569	3.996	12.506	2.959
2003	127	616	4.073	13.041	3.272
2004	107	598	4.090	13.239	3.490
2005	64	521	3.989	13.457	3.662
2006	73	538	4.013	13.684	3.831
2007	64	496	3.986	13.964	4.025
2008	62	480	3.921	14.155	4.317
Jan.-jun./2008	68	489	3.914	14.053	4.219
2008					
Julho	67	472	3.956	14.072	4.411
Agosto	54	477	3.925	14.074	4.472
Setembro	54	481	3.999	14.249	4.393
Outubro	56	490	3.955	14.407	4.396
Novembro	59	471	3.921	14.375	4.395
Dezembro	50	436	3.807	14.359	4.422
2009					
Janeiro	66	454	3.760	14.309	4.454
Fevereiro	47	448	3.761	14.166	4.463
Março	58	460	3.866	14.154	4.497
Abril	61	452	3.837	14.145	4.464
Maio	50	422	3.834	14.262	4.451
Junho	50	415	3.789	14.234	4.526
Jan.-jun./2009	55	442	3.808	14.212	4.476

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.5

Taxa de participação por região metropolitana

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2002 ^a	48,5	56,1	54,7	54,4	57,1	56,1	55,3	n.d.	n.d.
2003	51,3	57,6	56,3	54,8	59,8	56,7	57,1	59,9	57,3
2004	49,8	57,8	57,2	55,0	59,9	56,3	57,2	59,0	57,3
2005	49,7	58,5	56,4	54,0	59,3	56,3	56,6	60,1	56,8
2006	51,2	57,6	58,1	54,1	59,2	56,6	56,9	58,7	57,0
2007	49,0	59,0	58,8	53,6	59,7	56,5	56,9	59,0	57,0
2008	47,3	56,8	59,1	54,0	60,1	57,5	57,0	61,2	57,3
Jan.-jun./2008	46,6	56,9	58,9	53,5	59,8	57,2	56,7	61,6	57,0
2008									
Julho	48,2	56,3	59,3	53,9	59,9	57,7	57,0	62,0	57,4
Agosto	46,7	56,7	59,5	54,0	60,0	57,3	57,0	60,9	57,3
Setembro	48,2	56,9	59,4	54,5	60,5	57,7	57,4	60,5	57,6
Outubro	48,0	56,7	59,8	55,0	61,1	57,7	57,8	60,5	58,0
Novembro	47,6	56,5	59,4	54,6	61,0	58,1	57,6	61,0	57,8
Dezembro	48,9	56,4	58,6	54,2	60,0	57,7	57,1	59,9	57,3
2009									
Janeiro	48,0	56,8	57,7	53,8	60,1	56,5	56,7	60,1	56,9
Fevereiro	47,2	56,1	57,5	53,1	60,1	55,2	56,3	60,3	56,6
Março	47,9	56,9	57,7	53,1	60,4	56,0	56,7	59,9	56,9
Abril	47,0	56,3	57,9	53,0	60,3	55,8	56,5	59,7	56,7
Maiο	47,9	56,0	58,4	53,0	60,4	55,5	56,6	59,0	56,8
Junho	47,7	55,5	58,8	53,4	59,8	55,4	56,4	n.d.	n.d.
Jan.-jun./2009	47,6	56,3	58,0	53,2	60,2	55,7	56,5	59,8	56,8

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d.= não-disponível.

TABELA I.6

Taxa de participação por gênero

(Em %)

Período	Masculino	Feminino
2002 ^a	66,3	45,7
2003	67,7	47,8
2004	67,3	48,3
2005	66,7	47,7
2006	66,8	48,1
2007	66,5	48,5
2008	66,6	48,7
Jan.-jun./2008	66,5	48,2
2008		
Julho	66,6	48,7
Agosto	66,6	48,6
Setembro	67,0	49,2
Outubro	67,1	49,7
Novembro	66,8	49,7
Dezembro	66,4	49,0
2009		
Janeiro	65,9	48,7
Fevereiro	65,8	48,1
Março	66,2	48,3
Abril	66,1	48,1
Maiο	66,2	48,3
Junho	66,1	48,2
Jan.-jun./2009	66,1	48,3

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.7

Taxa de participação por grau de instrução

(Anos de escolaridade, em %)

Período	< 8	8 - 10	> = 11
2002 ^a	40,9	57,1	74,9
2003	42,1	58,9	76,2
2004	41,3	58,4	76,3
2005	39,9	56,9	75,9
2006	39,2	57,4	76,2
2007	38,1	57,2	76,2
2008	37,2	56,7	76,2
Jan.-jun./2008	37,4	55,9	75,6
Julho	37,4	56,6	76,3
Agosto	37,1	56,9	76,3
Setembro	37,1	57,3	77,1
Outubro	36,9	58,1	77,6
Novembro	36,9	58,4	77,2
Dezembro	36,7	57,1	76,2
2009			
Janeiro	36,8	55,0	75,6
Fevereiro	36,6	54,6	75,1
Março	36,3	54,9	75,7
Abril	36,2	55,0	75,4
Maio	35,9	55,2	75,8
Junho	35,8	54,9	75,6
Jan.-jun./2009	36,3	54,9	75,5

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA I.8

Taxa de participação por faixa etária

(Em %)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002 ^a	2,6	24,0	68,3	76,6	36,0
2003	3,5	26,0	70,2	78,5	38,0
2004	3,0	25,5	70,8	78,8	38,2
2005	1,8	22,5	69,5	78,6	38,0
2006	2,0	23,6	70,6	79,1	38,3
2007	1,7	22,1	70,9	79,7	38,4
2008	1,7	21,7	70,7	79,9	39,2
Jan.-jun./2008	1,8	22,0	70,3	79,4	38,7
2008					
Julho	1,8	21,6	70,8	79,7	39,6
Agosto	1,4	21,5	70,0	79,8	40,1
Setembro	1,4	21,9	72,0	80,6	39,3
Outubro	1,5	22,1	72,4	80,9	39,9
Novembro	1,5	21,5	71,7	81,0	39,8
Dezembro	1,3	19,8	69,8	80,5	39,8
2009					
Janeiro	1,8	20,1	69,0	80,0	39,5
Fevereiro	1,3	20,2	68,6	79,7	39,0
Março	1,6	20,6	70,2	79,7	39,2
Abril	1,6	20,5	69,9	79,5	39,0
Maio	1,3	19,2	69,8	79,8	39,0
Junho	1,4	18,5	69,5	79,6	39,6
Jan.-jun./2009	1,5	19,9	69,5	79,7	39,2

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.9

População economicamente inativa que gostaria de trabalhar

Período	Disponíveis		Não-disponíveis	Total
	Marginalmente ligadas à PEA ^a	Total		
2002 ^b	1.082	3.168	442	3.610
2003	985	2.811	404	3.215
2004	1.024	2.806	365	3.171
2005	1.027	2.800	343	3.144
2006	992	2.566	371	2.938
2007	920	2.300	408	2.709
2008	817	2.077	386	2.463
Jan.-jun./2008	849	2.181	373	2.554
2008				
Julho	813	2.137	389	2.526
Agosto	808	2.127	374	2.501
Setembro	740	1.909	383	2.292
Outubro	771	1.903	386	2.289
Novembro	726	1.835	374	2.209
Dezembro	847	1.928	483	2.410
2009				
Janeiro	983	2.226	454	2.680
Fevereiro	992	2.196	402	2.598
Março	912	2.092	396	2.488
Abril	913	2.114	354	2.468
Maio	856	2.058	347	2.404
Junho	856	2.080	368	2.448
Jan.-jun./2009	919	2.127	387	2.514

Fonte: PME/IBGE.

^a Pessoas economicamente inativas que gostariam e estão disponíveis para trabalhar, e que estiveram na PEA no período de 358 dias anterior à semana de referência da pesquisa.

^b Média referente ao período mar.-dez.

II. OCUPAÇÃO

TABELA II.1

Nível de ocupação por região metropolitana

(Em mil pessoas)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	total IBGE	CT	total
2002 ^a	1.196	1.286	1.816	4.549	7.371	1.563	17.780	n.d.	n.d.
2003	1.267	1.332	1.910	4.712	7.703	1.598	18.520	1.239	19.759
2004	1.275	1.389	1.992	4.797	7.976	1.623	19.052	1.267	20.319
2005	1.289	1.455	2.049	4.851	8.243	1.666	19.554	1.340	20.894
2006	1.323	1.497	2.161	4.906	8.352	1.686	19.926	1.343	21.269
2007	1.329	1.581	2.252	4.969	8.586	1.718	20.435	1.389	21.824
2008	1.354	1.598	2.346	5.076	8.952	1.795	21.122	1.480	22.602
Jan.-Jun./2008	1.325	1.584	2.312	5.045	8.830	1.767	20.862	1.475	22.337
2008									
Julho	1.363	1.574	2.354	5.045	8.965	1.810	21.110	1.488	22.598
Agosto	1.350	1.600	2.380	5.083	9.031	1.806	21.251	1.482	22.733
Setembro	1.388	1.616	2.373	5.120	9.085	1.816	21.399	1.487	22.886
Outubro	1.387	1.622	2.407	5.152	9.169	1.824	21.561	1.486	23.047
Novembro	1.370	1.629	2.408	5.124	9.092	1.838	21.461	1.492	22.953
Dezembro	1.441	1.630	2.363	5.127	9.103	1.843	21.507	1.475	22.982
2009									
Janeiro	1.402	1.636	2.313	5.096	8.924	1.784	21.154	1.461	22.615
Fevereiro	1.373	1.625	2.294	5.048	8.875	1.728	20.943	1.455	22.398
Março	1.377	1.631	2.307	5.012	8.884	1.741	20.953	1.452	22.405
Abril	1.348	1.614	2.318	5.012	8.876	1.745	20.913	1.451	22.364
Maiο	1.372	1.612	2.353	5.009	8.892	1.746	20.984	1.455	22.439
Junho	1.373	1.612	2.371	5.077	8.957	1.758	21.148	n.d.	n.d.
Jan.-jun./2009	1.374	1.622	2.326	5.042	8.901	1.750	21.016	1.455	22.444

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipades.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d.= não-disponível.

TABELA II.2

Nível de ocupação por gênero

(Em mil pessoas)

Período	Masculino	Feminino
2002 ^a	10.188	7.593
2003	10.554	7.966
2004	10.777	8.275
2005	10.999	8.555
2006	11.149	8.777
2007	11.370	9.065
2008	11.687	9.435
Jan.-jun./2008	11.606	9.256
2008		
Julho	11.657	9.454
Agosto	11.721	9.530
Setembro	11.773	9.625
Outubro	11.834	9.727
Novembro	11.772	9.689
Dezembro	11.849	9.658
2009		
Janeiro	11.697	9.457
Fevereiro	11.617	9.326
Março	11.619	9.333
Abril	11.589	9.324
Maiο	11.586	9.398
Junho	11.616	9.532
Jan.-jun./2009	11.621	9.395

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA II.3

Nível de ocupação por grau de instrução

(Anos de escolaridade, em mil pessoas)

Período	0	1 - 3	4 - 7	8 - 10	> = 11
2002 ^a	555	1.182	4.421	3.457	8.125
2003	561	1.174	4.572	3.531	8.647
2004	527	1.120	4.576	3.550	9.240
2005	479	1.089	4.508	3.604	9.842
2006	473	1.055	4.391	3.601	10.372
2007	424	976	4.336	3.662	11.007
2008	375	919	4.300	3.727	11.773
Jan.-jun./2008	366	931	4.283	3.696	11.556
Julho	392	938	4.336	3.742	11.676
Agosto	384	914	4.336	3.797	11.791
Setembro	384	893	4.345	3.753	11.996
Outubro	378	916	4.268	3.815	12.161
Novembro	387	883	4.336	3.738	12.094
Dezembro	377	894	4.280	3.710	12.223
2009					
Janeiro	367	909	4.158	3.638	12.058
Fevereiro	372	916	4.110	3.595	11.928
Março	368	862	4.078	3.604	12.005
Abril	340	863	4.057	3.592	12.037
Maiο	337	838	4.042	3.627	12.113
Junho	355	866	4.017	3.674	12.200
Jan.-jun./2009	356	876	4.077	3.622	12.057

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA II.4

Nível de ocupação por faixa etária

(Em mil pessoas)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002 ^a	78	375	3.134	11.380	2.814
2003	104	381	3.120	11.816	3.100
2004	88	385	3.167	12.086	3.327
2005	54	347	3.164	12.464	3.525
2006	61	362	3.168	12.646	3.689
2007	52	337	3.193	12.957	3.895
2008	51	341	3.267	13.266	4.196
Jan.-jun./2008	54	337	3.212	13.160	4.099
Julho	56	350	3.282	13.143	4.279
Agosto	46	348	3.312	13.201	4.345
Setembro	44	347	3.376	13.363	4.268
Outubro	47	357	3.340	13.542	4.274
Novembro	49	338	3.329	13.468	4.277
Dezembro	45	331	3.290	13.522	4.320
2008					
Janeiro	55	331	3.125	13.337	4.305
Fevereiro	42	323	3.083	13.181	4.314
Março	53	312	3.098	13.133	4.356
Abril	51	309	3.103	13.128	4.322
Maiο	41	298	3.108	13.231	4.306
Junho	43	300	3.124	13.293	4.387
Jan.-jun./2009	48	312	3.107	13.217	4.332

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

II. OCUPAÇÃO

TABELA II.5

Nível de ocupação por posição na ocupação

(Em mil pessoas)

Período	Empregados				Conta-própria	Empregadores	Não-remunerados	Total
	Com carteira	Sem carteira	Militar/RJU	Não-remunerados				
2002 ^a	8.092	3.775	1.346	11	3.449	891	216	17.780
2003	8.198	4.059	1.359	12	3.700	1.016	176	18.520
2004	8.331	4.292	1.382	9	3.872	1.001	166	19.052
2005	8.790	4.370	1.433	8	3.793	1.006	154	19.554
2006	9.179	4.315	1.470	7	3.817	987	151	19.926
2007	9.621	4.231	1.501	8	3.961	972	141	20.435
2008	10.263	4.157	1.598	8	3.978	979	138	21.122
Jan.-jun./2008	10.124	4.077	1.570	9	3.964	974	144	20.862
2008								
Julho	10.238	4.257	1.557	13	3.913	988	144	21.110
Agosto	10.240	4.296	1.627	7	4.006	946	128	21.251
Setembro	10.350	4.315	1.623	6	3.989	991	125	21.399
Outubro	10.534	4.244	1.653	6	3.988	999	136	21.561
Novembro	10.470	4.194	1.659	4	4.026	982	126	21.461
Dezembro	10.574	4.119	1.641	8	4.027	1.003	134	21.507
2009								
Janeiro	10.445	3.958	1.681	3	3.940	985	141	21.154
Fevereiro	10.361	3.944	1.588	4	3.959	959	128	20.943
Março	10.328	3.919	1.655	6	3.944	961	140	20.953
Abril	10.393	3.934	1.592	4	3.884	976	130	20.913
Maiο	10.441	3.999	1.564	7	3.893	955	124	20.984
Junho	10.489	4.004	1.628	4	3.922	974	127	21.148
Jan.-jun./ 2009	10.409	3.960	1.618	5	3.924	968	132	21.016

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA II.6

Empregados por categoria de ocupação

(Em mil pessoas)

Período	Setor privado		Setor público			Domésticos	
	Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira	Militar/RJU	Com carteira	Sem carteira
2002 ^a	7.217	2.624	379	271	1.346	497	880
2003	7.349	2.879	355	272	1.359	494	908
2004	7.475	3.023	341	290	1.382	515	979
2005	7.866	3.057	353	280	1.433	571	1.034
2006	8.240	2.941	368	301	1.470	572	1.073
2007	8.663	2.844	359	301	1.501	599	1.086
2008	9.303	2.833	356	292	1.598	603	1.031
Jan.-jun./2008	9.168	2.759	357	286	1.570	600	1.032
2008							
Julho	9.238	2.918	362	302	1.557	638	1.037
Agosto	9.288	2.949	346	302	1.627	606	1.045
Setembro	9.387	2.955	354	299	1.623	610	1.060
Outubro	9.565	2.913	358	301	1.653	611	1.031
Novembro	9.539	2.876	343	289	1.659	589	1.028
Dezembro	9.617	2.838	369	297	1.641	588	983
2009							
Janeiro	9.489	2.711	353	257	1.681	604	990
Fevereiro	9.380	2.653	367	291	1.588	613	1.001
Março	9.332	2.629	368	276	1.655	627	1.014
Abril	9.413	2.616	373	275	1.592	607	1.043
Maiο	9.430	2.653	408	311	1.564	603	1.035
Junho	9.479	2.719	401	270	1.628	609	1.015
Jan.-jun./ 2009	9.420	2.664	378	280	1.618	610	1.016

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA II.7

Nível de ocupação por setor de atividade

(Em mil pessoas)

Período	Indústria ⁽¹⁾	Construção	Comércio ⁽²⁾	Intermediação financeira ⁽³⁾	Adm. pública ⁽⁴⁾	Serviços domésticos	Outros serviços ⁽⁵⁾	Outras atividades ⁽⁶⁾
2002 ^a	3.123	1.358	3.679	2.298	2.856	1.377	2.983	106
2003	3.257	1.398	3.736	2.486	2.929	1.402	3.160	152
2004	3.366	1.394	3.794	2.607	2.992	1.494	3.271	134
2005	3.452	1.417	3.854	2.717	3.065	1.605	3.316	127
2006	3.465	1.433	3.901	2.843	3.125	1.644	3.390	125
2007	3.480	1.476	3.967	3.039	3.193	1.685	3.466	129
2008	3.601	1.538	4.065	3.186	3.355	1.635	3.625	117
Jan.-jun./2008	3.538	1.512	4.037	3.157	3.286	1.632	3.586	113
Julho	3.641	1.529	4.023	3.200	3.367	1.675	3.556	119
Agosto	3.733	1.543	3.952	3.251	3.388	1.651	3.604	129
Setembro	3.649	1.571	4.079	3.250	3.370	1.670	3.679	130
Outubro	3.646	1.579	4.148	3.231	3.473	1.641	3.718	124
Novembro	3.698	1.589	4.124	3.147	3.487	1.617	3.686	112
Dezembro	3.610	1.575	4.233	3.215	3.451	1.571	3.741	111
2009								
Janeiro	3.604	1.500	4.128	3.170	3.397	1.593	3.654	108
Fevereiro	3.487	1.539	4.058	3.212	3.341	1.614	3.592	101
Março	3.433	1.542	4.034	3.180	3.408	1.641	3.613	101
Abril	3.427	1.534	4.052	3.186	3.372	1.650	3.586	107
Maiο	3.403	1.533	4.068	3.250	3.428	1.638	3.560	106
Junho	3.460	1.549	4.037	3.225	3.507	1.623	3.628	117
Jan.-jun./2009	3.469	1.533	4.063	3.204	3.409	1.627	3.605	107

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

1 - Indústria Extrativa e de transformação e produção e distribuição de eletricidade, gás e água.

2 - Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e com. a varejo de combustíveis.

3 - Serviços prestados à empresa, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira.

4 - Educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social.

5 - Atividades de alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; e outros serviços coletivos, sociais e pessoais.

6 - Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal; pesca; organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais; e atividades mal especificadas.

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

TABELA III.1
Admissões por UF

	2002 ^a	2003 ^a	2004 ^a	2005 ^a	2006 ^a	2007 ^a	2008 ^a	Jan.-jun./ 2008 ^a	Jul./2008	Agos./2008	Ser./2008	Out./2008	Nov./2008	Dez./2008	Jan./2009	Fev./2009	Mar./2009	Abr./2009	Mai./2009	Jun./2009	Jan.-jun./ 2009 ^a
RO	51.199	55.768	65.619	69.691	69.649	79.334	95.132	44.642	9.085	8.796	8.871	9.397	8.234	6.107	8.573	8.794	9.213	9.111	13.472	11.245	60.408
AC	11.687	10.728	11.884	14.943	17.580	16.278	21.148	10.797	2.059	1.854	1.881	1.925	1.584	1.048	1.571	1.536	1.778	2.156	1.920	2.351	11.312
AM	86.413	88.113	117.620	131.903	143.625	161.560	184.960	91.330	17.873	18.707	19.371	17.394	12.666	7.619	10.571	9.202	11.360	13.055	12.305	13.293	69.786
RR	5.221	5.966	7.311	8.228	7.937	9.522	13.001	6.466	1.026	992	1.161	1.477	1.230	649	1.020	1.030	1.157	1.158	1.154	1.039	6.558
PA	143.755	160.830	201.677	208.479	221.093	243.209	272.339	131.490	26.179	27.784	26.178	24.824	21.411	14.473	20.030	18.716	17.179	18.644	19.271	21.326	115.166
AP	9.491	10.699	12.901	14.584	15.290	18.041	21.656	9.778	2.046	2.406	2.073	2.224	1.838	1.291	1.319	1.414	1.769	2.014	1.692	1.640	9.848
TO	31.305	32.726	41.636	42.363	44.209	52.139	59.515	30.330	5.350	5.048	5.890	5.243	4.511	3.143	4.491	4.799	4.975	4.861	4.639	5.294	29.059
MA	60.558	62.670	70.431	85.854	94.335	111.763	144.739	66.752	16.108	14.665	13.199	13.524	12.545	7.946	10.212	9.664	12.153	10.095	10.523	11.470	64.117
PI	46.875	46.111	48.839	54.121	59.823	61.787	73.860	34.437	6.729	7.312	7.181	6.904	6.972	4.325	5.422	5.526	5.617	5.672	5.943	7.436	35.616
CE	215.582	210.583	227.205	240.637	267.041	295.833	345.458	160.129	36.363	33.610	31.616	31.519	31.608	20.613	25.447	24.722	28.131	27.705	28.010	32.357	166.372
RN	97.748	105.122	137.285	137.859	146.967	146.384	161.965	74.035	16.639	19.318	15.743	13.969	12.710	9.551	11.946	10.149	10.576	10.375	11.336	11.645	66.027
PB	74.189	67.107	73.471	79.613	84.592	92.780	103.426	45.252	10.665	15.309	10.154	8.273	8.204	5.569	7.567	7.574	7.964	7.391	8.071	7.996	46.563
PE	254.078	251.413	274.965	311.754	333.564	353.967	408.028	173.345	33.388	39.525	64.531	38.734	34.826	23.679	30.190	26.108	28.964	29.256	32.904	36.880	184.302
AL	88.185	93.277	99.851	103.837	110.055	109.173	120.327	34.871	8.032	8.013	42.971	14.744	6.906	4.790	7.295	4.960	5.390	5.329	6.122	6.685	35.781
SE	55.944	52.951	61.982	64.234	70.359	75.928	87.510	40.988	7.278	8.243	9.387	8.635	7.927	5.052	6.488	7.070	7.054	6.321	6.350	7.160	40.393
BA	348.538	349.688	406.076	470.493	473.212	531.251	610.700	308.429	55.941	54.056	54.895	53.716	48.859	34.804	47.677	42.462	51.525	50.752	53.628	52.668	298.712
MG	1.276.156	1.275.231	1.452.415	1.579.880	1.706.007	1.820.555	2.069.420	1.063.084	204.001	186.165	190.698	172.816	148.096	104.560	131.179	142.866	168.728	162.031	184.862	196.940	986.606
ES	221.484	222.795	255.143	291.455	314.285	339.581	390.245	208.144	34.291	33.905	32.558	31.274	29.068	21.005	25.791	28.101	31.229	31.431	40.302	30.568	187.422
RJ	890.500	863.172	930.436	1.017.193	1.047.227	1.168.783	1.361.327	665.787	124.213	117.877	123.318	121.348	117.924	90.860	99.747	103.794	122.194	109.147	114.913	112.610	662.405
SP	3.067.642	2.972.094	3.426.878	3.811.240	4.074.928	4.635.279	5.380.429	2.833.223	474.689	474.671	477.837	454.158	394.450	271.401	383.142	392.085	459.839	447.957	419.205	412.413	2.514.641
PR	710.236	735.432	860.828	898.971	933.008	1.067.382	1.250.348	649.733	112.894	107.904	113.657	111.010	93.675	61.475	95.623	95.160	115.512	103.198	100.791	98.635	608.919
SC	531.525	556.244	655.009	692.088	730.675	830.160	950.005	497.326	81.405	82.162	82.778	85.783	72.172	48.379	80.474	84.139	85.836	74.352	71.212	70.386	466.399
RS	757.588	777.864	914.638	869.708	881.310	986.199	1.161.486	604.983	96.814	95.235	97.900	102.617	95.509	68.428	89.407	88.282	105.542	94.578	84.233	83.087	545.129
MS	131.314	140.349	162.065	163.467	170.662	193.899	242.953	130.832	20.609	20.391	20.592	21.490	17.990	11.049	20.207	19.730	25.072	20.394	19.133	18.713	123.249
MT	182.489	201.391	253.451	240.380	227.021	268.853	327.013	169.730	31.110	28.981	30.613	29.084	22.046	15.449	27.651	28.244	27.972	25.861	27.118	29.945	166.791
GO	298.605	301.347	346.598	380.208	386.167	454.710	545.751	287.632	46.436	47.146	48.059	47.379	40.605	28.494	42.131	43.975	47.527	54.485	46.824	48.025	282.967
DF	164.092	159.672	180.282	195.838	200.528	216.939	256.590	130.223	21.585	23.931	21.459	21.744	22.108	15.540	21.429	23.452	25.255	23.117	22.642	24.542	140.437
Total	9.812.379	9.809.343	11.296.496	12.179.001	12.831.149	14.341.289	16.659.331	8.503.768	1.502.808	1.484.006	1.554.571	1.451.205	1.275.674	887.299	1.216.550	1.233.554	1.419.511	1.350.446	1.348.575	1.356.349	7.924.985

Fonte: Caged/MTE.

^a Soma dos meses de janeiro a dezembro.

^b Soma dos meses de janeiro a junho.

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

TABELA III.2
Desligamentos por UF

	2002a	2003a	2004a	2005a	2006a	2007a	2008a	Jan.-jun./ 2008a	Jul./ 2008	Ago/2008	Set./2008	Out./2008	Nov./2008	Dez./2008	Jan./2009	Fev./2009	Mar./2009	Abr./2009	Mai./2009	Jun./2009	Jan.-jun./ 2009b
RO	46.444	52.369	59.584	64.807	64.978	71.001	89.752	40.806	8.177	7.434	7.405	8.785	7.855	9.290	7.513	7.196	7.914	7.037	8.111	8.273	46.044
AC	10.872	10.881	11.064	12.607	16.400	16.374	20.649	9.368	1.716	1.508	1.661	1.944	1.924	2.528	1.638	1.575	1.918	1.563	1.477	1.839	10.010
AM	75.316	77.977	94.889	111.964	130.620	138.976	176.224	77.115	14.344	14.073	15.294	17.847	16.862	20.689	16.873	15.562	12.640	14.124	12.453	12.309	83.961
RR	5.180	5.719	6.397	6.765	7.269	8.180	12.427	5.906	1.218	1.064	1.115	1.211	960	953	914	993	1.085	1.077	1.105	1.046	6.220
PA	130.435	148.360	163.473	190.682	200.287	215.206	263.613	122.867	22.468	21.845	22.634	24.641	23.310	25.848	23.562	21.200	22.822	20.787	19.953	20.269	128.593
AP	8.704	10.938	9.995	13.273	13.878	16.337	19.707	8.944	1.806	2.022	1.785	1.700	1.457	1.993	1.985	1.422	1.870	1.516	1.698	1.816	10.307
TO	30.880	29.700	35.833	41.369	42.069	45.034	58.805	24.690	5.146	4.697	5.325	5.994	6.482	6.471	4.659	3.772	4.783	4.243	4.617	5.091	27.165
MA	57.316	56.577	60.392	72.972	80.603	95.585	125.395	55.876	10.808	9.850	9.034	12.706	13.464	13.657	13.414	10.907	12.555	10.974	11.749	12.633	72.232
PI	41.549	44.158	42.949	47.559	52.283	53.886	62.536	27.969	5.736	5.194	5.063	5.120	6.792	6.662	6.023	5.775	5.467	5.396	4.909	5.200	32.770
CE	184.751	191.938	195.965	209.762	233.481	256.111	304.017	149.646	25.734	23.663	24.020	27.219	27.363	26.372	32.308	25.195	26.759	24.475	25.857	26.605	161.199
RN	86.992	98.042	119.293	119.443	131.626	131.380	148.434	73.503	12.296	12.158	11.150	12.545	12.828	13.954	14.923	15.538	13.046	13.002	13.128	10.909	80.546
PB	67.029	70.459	60.758	68.845	71.516	80.623	93.531	51.294	7.179	7.118	6.587	6.627	6.757	7.969	7.857	12.410	12.154	7.522	7.022	7.152	54.117
PE	236.905	237.584	237.539	271.524	294.679	307.619	355.228	177.775	27.006	26.158	26.389	33.789	32.024	32.087	38.162	27.085	51.216	40.241	27.580	27.090	211.374
AL	80.373	82.405	90.169	98.132	98.000	109.678	117.005	74.851	5.814	6.507	6.219	8.356	7.673	7.585	8.479	9.946	20.972	22.009	7.122	6.659	75.187
SE	45.108	50.469	52.091	56.590	62.771	67.143	76.472	38.043	6.498	5.829	5.822	6.591	6.157	7.532	6.757	6.031	8.385	7.064	7.221	6.430	41.888
BA	311.240	323.186	353.352	406.541	448.123	472.531	569.778	262.274	49.256	49.263	49.582	60.162	49.212	50.029	48.594	42.040	47.028	46.835	44.568	46.549	275.614
MG	1.180.740	1.199.582	1.277.161	1.424.471	1.553.713	1.652.157	1.938.698	844.594	172.158	166.395	178.658	202.254	182.017	192.622	157.979	143.735	159.329	146.429	147.344	151.344	906.160
ES	197.932	209.792	219.136	250.795	282.316	314.507	360.871	177.070	32.437	30.385	27.344	30.129	30.207	33.299	29.516	28.471	30.740	26.682	30.241	37.219	182.869
RJ	817.854	804.625	822.606	896.082	931.069	1.023.997	1.206.731	582.659	105.199	100.312	100.874	107.108	100.377	110.202	116.285	98.314	116.036	102.455	106.993	107.155	647.238
SP	2.867.964	2.800.585	2.929.226	3.338.309	3.602.301	4.023.740	4.854.822	2.255.478	410.624	391.079	405.569	419.805	415.334	556.933	421.818	392.180	425.608	375.935	374.684	384.811	2.375.036
PR	651.647	673.062	738.180	826.597	846.612	945.021	1.139.445	540.571	99.259	93.209	96.253	105.009	93.847	111.297	94.031	92.666	104.670	95.261	89.109	92.671	568.408
SC	482.084	510.563	564.258	628.457	669.353	746.530	876.099	440.510	73.820	70.011	70.404	76.807	68.325	76.222	74.067	78.465	86.129	73.516	73.284	69.265	454.726
RS	714.880	730.183	797.816	843.445	829.211	891.875	1.070.932	523.536	92.292	90.421	87.360	93.744	87.473	96.106	86.609	87.535	100.808	91.643	88.309	84.481	539.385
MS	119.843	127.849	141.978	158.855	164.155	181.977	233.087	108.379	21.557	18.829	18.406	20.085	19.679	26.152	18.105	17.522	20.132	20.080	17.821	16.776	110.436
MT	171.610	185.078	225.683	246.156	222.890	244.297	304.120	135.394	25.323	26.010	27.217	29.334	30.071	30.771	24.327	22.866	29.050	26.415	26.345	24.492	153.495
GO	279.342	280.568	309.345	348.536	365.106	413.557	498.404	222.762	41.614	41.976	41.976	49.717	46.843	55.308	40.296	35.917	39.613	39.823	41.721	40.677	238.047
DF	146.975	151.261	154.088	170.482	187.154	200.557	230.345	110.500	20.105	18.584	20.575	21.202	21.202	19.714	21.604	20.057	21.964	18.137	22.597	28.093	132.452
Total	9.049.965	9.163.910	9.773.220	10.925.020	11.602.463	12.723.897	15.207.127	7.142.380	1.299.590	1.244.883	1.271.730	1.389.804	1.316.495	1.542.245	1.318.298	1.224.375	1.384.693	1.244.241	1.217.018	1.236.854	7.625.479

Fonte: Caged/MTE.

^a Soma dos meses de janeiro a dezembro.

^b Soma dos meses de janeiro a junho.

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

TABELA III.3
Variação do nível de emprego por UF

	2002 ^a	2003 ^a	2004 ^a	2005 ^a	2006 ^a	2007 ^a	2008 ^a	Jan.-jun./2008 ^b	Jul./2008	Ago./2008	Sep./2008	Out./2008	Nov./2008	Dez./2008	Jan./2009	Fev./2009	Mar./2009	Abr./2009	Mai./2009	Jun./2009	Jan.-jun./2009 ^b
RO	4.755	3.399	6.035	4.884	4.671	8.333	5.380	3.836	908	1.362	1.466	612	379	-3.183	1.060	1.598	1.299	2.074	5.361	2.972	14.364
AC	815	-153	820	2.336	1.180	-96	499	1.429	343	346	220	-19	-340	-1.480	-67	-39	-140	593	443	512	1.302
AM	11.097	10.136	22.731	19.939	13.005	22.584	8.736	14.215	3.529	4.634	4.077	-453	-4.196	-13.070	-6.302	-6.360	-1.280	-1.069	-148	984	-14.175
RR	41	247	914	1.463	668	1.342	574	560	-192	-72	46	266	270	-304	106	37	72	81	49	-7	338
PA	13.320	12.470	38.204	17.797	20.806	28.003	8.726	8.623	3.711	5.939	3.544	183	-1.899	-11.375	-3.532	-2.484	-5.643	-2.143	-682	1.057	-13.427
AP	787	-239	2.906	1.311	1.412	1.704	1.949	834	240	384	288	524	381	-702	-666	-8	-101	498	-6	-176	-459
TO	425	3.026	5.803	994	2.140	7.105	710	5.640	204	351	565	-751	-1.971	-3.328	-168	1.027	192	618	22	203	1.894
MA	3.242	6.093	10.039	12.882	13.732	16.178	19.344	10.876	5.300	4.815	4.165	818	-919	-5.711	-3.202	-1.243	-402	-879	-1.226	-1.163	-8.115
PI	5.326	1.953	5.890	6.562	7.540	7.901	11.324	6.468	993	2.118	2.118	1.784	180	-2.337	-601	-249	150	276	1.034	2.236	2.846
CE	30.831	18.645	31.240	30.875	33.560	39.722	41.441	10.483	10.629	9.947	7.596	4.300	4.245	-5.759	-6.861	-473	1.372	3.230	2.153	5.752	5.173
RN	10.756	7.080	17.992	18.396	15.341	15.004	13.531	532	4.343	7.160	4.593	1.424	-118	-4.403	-2.977	-5.389	-2.470	-2.627	-1.792	736	-14.519
PB	7.160	-3.352	12.713	10.768	13.076	12.157	9.895	-6.042	3.486	8.191	3.567	1.646	1.447	-2.400	-290	-4.836	-4.190	-131	1.049	844	-7.554
PE	17.173	13.829	37.426	40.230	38.885	46.348	52.800	-4.430	6.382	13.367	38.142	4.945	2.802	-8.408	-7.972	-977	-22.252	-10.985	5.324	9.790	-27.072
AL	7.812	10.872	9.682	5.705	12.055	-505	3.322	-39.980	2.218	1.506	36.752	6.388	-767	-2.795	-1.184	-4.986	-15.582	-16.680	-1.000	26	-39.406
SE	10.836	2.482	9.891	7.644	7.588	8.785	11.038	2.945	780	2.414	3.565	2.044	1.770	-2.480	-319	1.039	-1.331	-743	-871	730	-1.495
BA	37.298	26.502	52.774	63.952	25.089	58.720	40.922	46.155	6.685	4.793	5.313	-6.446	-353	-15.225	-917	422	4.497	3.917	9.060	6.119	23.098
MG	95.416	75.649	175.254	155.409	152.294	168.398	130.722	218.490	31.843	19.770	12.040	-29.438	-33.921	-88.062	-26.800	-869	9.399	15.602	37.518	45.596	80.446
ES	23.552	13.003	36.007	40.660	31.969	25.074	29.374	31.074	1.854	3.520	5.214	1.145	-1.139	-12.294	-3.725	-370	489	4.749	10.061	-6.651	4.553
RJ	72.646	58.547	107.830	121.111	116.158	144.786	154.596	83.128	19.014	17.565	22.444	14.240	17.547	-19.342	-16.538	5.480	6.158	6.692	7.920	5.455	15.167
SP	199.678	171.509	497.652	472.931	472.627	611.539	525.607	577.745	64.065	83.592	72.268	34.353	-20.884	-285.532	-38.676	-95	34.231	72.022	44.521	27.602	139.605
PR	58.589	62.370	122.648	72.374	86.396	122.361	110.903	109.162	13.635	14.695	17.404	6.001	-172	-49.822	1.592	2.494	10.842	7.937	11.682	5.964	40.511
SC	49.441	45.681	90.751	63.631	61.322	83.630	73.906	56.816	7.585	12.151	12.374	8.976	3.847	-27.843	6.407	5.674	-293	836	-2.072	1.121	11.673
RS	42.688	47.681	116.822	26.263	52.099	94.324	90.554	81.447	4.522	4.814	10.540	8.873	8.036	-27.678	2.798	747	4.734	2.935	-4.076	-1.394	5.744
MS	11.471	12.500	20.087	4.612	6.507	11.922	9.866	22.453	-948	1.562	2.186	1.405	-1.689	-15.103	2.102	2.208	4.940	314	1.312	1.937	12.813
MT	10.879	16.313	27.768	-5.776	4.131	24.556	22.893	34.336	5.787	2.971	3.396	-250	-8.025	-15.322	3.324	5.378	-1.078	-554	773	5.453	13.296
GO	19.263	20.779	37.253	31.672	21.061	41.153	47.347	64.870	4.822	6.962	6.083	-2.338	-6.238	-26.814	1.835	8.058	7.914	14.662	5.103	7.348	44.920
DF	17.117	8.411	26.194	25.356	13.374	16.364	26.245	19.723	1.480	4.266	2.875	1.169	906	-4.174	-175	3.395	3.291	4.980	45	-3.551	7.985
Total	762.414	645.433	1.523.276	1.253.981	1.228.686	1.617.392	1.452.204	1.361.388	203.218	239.123	282.841	61.401	-40.821	-654.946	-101.748	9.179	34.818	106.205	131.557	119.495	299.506

Fonte: Caged/MTE.

a Soma dos meses de janeiro a dezembro.

b Soma dos meses de janeiro a junho.

TABELA III.4
Admissões por setor de atividade

	Extrativa mineral	Indústria transformadora	Siup	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
1999 ^a	30.619	1.794.460	50.091	919.971	1.882.359	2.940.430	86.262	457.624	19.609	8.181.425
2000 ^b	36.878	2.066.171	46.848	1.052.518	2.109.061	3.426.286	79.794	840.289	10.287	9.668.132
2001 ^a	34.171	2.121.599	66.214	1.116.777	2.293.126	3.712.195	97.241	905.673	4.647	10.351.643
2002 ^a	31.582	2.026.046	46.818	1.032.656	2.234.658	3.402.894	88.016	949.651	59	9.812.380
2003 ^a	33.158	2.040.075	39.441	926.269	2.274.583	3.390.358	72.855	1.031.572	1.032	9.809.343
2004 ^a	40.357	2.512.042	47.204	1.005.910	2.639.535	3.767.385	72.036	1.211.892	135	11.296.496
2005 ^a	45.115	2.551.984	63.288	1.091.798	2.912.498	4.218.210	97.546	1.198.355	207	12.179.001
2006 ^a	46.759	2.692.463	66.406	1.257.480	2.940.198	4.717.250	85.068	1.025.525	0	12.831.149
2007 ^a	48.370	3.126.985	61.347	1.428.582	3.298.542	4.969.393	97.321	1.310.749	0	14.341.289
2008 ^a	54.161	3.525.765	70.994	1.866.537	3.774.888	5.856.365	105.502	1.405.119	0	16.659.331
Jan.-jun./2008 ^b	28.087	1.880.499	38.880	935.443	1.812.052	2.930.355	69.331	809.121	0	8.503.768
2008	5.131	311.570	6.200	180.852	322.898	509.570	13.666	152.921	0	1.502.808
Agosto	5.102	319.198	6.046	177.557	327.209	531.702	6.911	110.281	0	1.484.006
Setembro	5.285	376.379	6.009	180.580	338.907	537.091	5.361	104.959	0	1.554.571
Outubro	4.645	299.041	5.186	168.202	354.477	516.994	4.307	98.353	0	1.451.205
Novembro	3.955	221.602	4.627	142.747	348.992	467.804	3.354	82.593	0	1.275.674
Dezembro	1.956	117.476	4.046	81.156	270.353	362.849	2.572	46.891	0	887.299
2009	2.984	216.799	6.903	151.465	283.068	452.142	11.678	91.511	0	1.216.550
Fevereiro	2.882	221.522	6.654	138.627	270.441	482.005	20.573	90.850	0	1.233.554
Março	3.307	281.783	6.843	168.517	308.549	519.142	14.230	117.140	0	1.419.511
Abril	3.390	281.015	6.876	152.788	293.078	482.602	10.340	120.357	0	1.350.446
Maior	3.627	249.233	6.258	162.176	298.366	477.454	8.462	142.999	0	1.348.575
Junho	3.625	246.138	6.204	166.244	303.306	471.045	7.956	151.831	0	1.356.349
Jan.-jun./2009	19.815	1.496.490	39.738	939.817	1.756.808	2.884.390	73.239	714.688	0	7.924.985

Fonte: Caged/MTE.

^a Soma dos meses de janeiro a dezembro.

^b Soma dos meses de janeiro a junho.

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

TABELA III.5
Desligamentos por setor de atividade

	Extrativa mineral	Indústria transformação	Siup	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
1999 ^a	31.951	1.779.561	66.090	1.033.114	1.867.783	2.925.528	77.086	577.175	19.138	8.377.426
2000 ^a	33.169	1.873.308	62.138	1.054.145	1.933.589	3.142.358	76.612	830.494	4.723	9.010.536
2001 ^a	31.720	2.017.777	64.674	1.150.181	2.083.321	3.401.233	85.467	922.801	3.390	9.760.564
2002 ^a	25.999	1.864.875	41.541	1.062.081	1.951.397	3.117.097	77.812	909.072	91	9.049.965
2003 ^a	26.553	1.911.284	36.294	974.424	2.048.675	3.130.073	63.025	973.374	208	9.163.910
2004 ^a	30.020	2.007.432	42.638	955.147	2.235.595	3.297.262	72.418	1.132.618	90	9.773.220
2005 ^a	35.585	2.374.436	49.755	1.006.745	2.522.683	3.648.505	75.947	1.211.233	131	10.925.020
2006 ^a	34.707	2.442.224	59.037	1.171.684	2.603.404	4.195.641	76.815	1.018.951	0	11.602.463
2007 ^a	38.608	2.732.401	53.595	1.251.827	2.893.451	4.382.290	82.069	1.289.656	0	12.723.897
2008 ^a	45.490	3.347.090	63.029	1.668.669	3.392.670	5.208.106	95.186	1.386.887	0	15.207.127
Jan.-jun./2008 ^b	19.714	1.562.598	31.597	738.290	1.679.929	2.491.542	36.619	582.091	0	7.142.380
2008	3.681	274.075	5.080	145.774	297.606	458.278	7.115	107.981	0	1.299.590
Agosto	3.523	264.622	4.926	141.675	273.050	436.511	5.300	115.276	0	1.244.883
Setembro	3.804	262.377	4.963	147.811	285.647	432.438	4.419	130.271	0	1.271.730
Outubro	4.554	290.311	5.860	166.053	299.887	480.852	5.512	136.775	0	1.389.804
Novembro	5.137	302.391	5.577	165.478	271.106	428.508	5.183	133.115	0	1.316.495
Dezembro	5.077	390.716	5.026	163.588	285.445	479.977	31.038	181.378	0	1.542.245
2009	3.443	271.929	6.190	140.141	333.849	449.690	9.444	103.612	0	1.318.298
Fevereiro	3.587	277.978	5.847	135.785	280.716	424.487	6.082	89.893	0	1.224.375
Março	3.267	317.558	6.375	152.394	318.246	469.862	7.089	109.902	0	1.384.693
Abril	3.972	280.832	6.302	139.400	287.431	423.323	5.308	97.673	0	1.244.241
Maiο	3.456	248.533	5.992	144.769	283.760	433.425	7.011	90.072	0	1.217.018
Junho	3.651	244.137	5.401	147.923	285.784	448.168	7.128	94.662	0	1.236.854
Jan.-jun./2009	21.376	1.640.967	36.107	860.412	1.789.786	2.648.955	42.062	585.814	0	7.625.479

Fonte: Caged/MTE.

^a Soma dos meses de janeiro a dezembro.

^b Soma dos meses de janeiro a junho.

TABELA III.6

Varição do nível de emprego formal por setor de atividade

	Extrativa mineral	Indústria transformação	Siup	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
1999 ^a	-1.332	14.899	-15.999	-113.143	14.576	14.902	9.176	-119.551	471	-196.001
2000 ^a	3.709	192.863	-15.290	-1.627	175.472	283.928	3.182	9.795	5.564	657.596
2001 ^a	2.451	103.822	1.540	-33.404	209.805	310.962	11.774	-17.128	1.257	591.079
2002 ^a	5.583	161.171	5.277	-29.425	283.261	285.797	10.204	40.579	-33	762.414
2003 ^a	6.605	128.791	3.147	-48.155	225.908	260.285	9.830	58.198	824	645.433
2004 ^a	10.337	504.610	4.566	50.763	403.940	470.123	-382	79.274	45	1.523.276
2005 ^a	9.530	177.548	13.533	85.053	389.815	569.705	21.599	-12.878	47	1.253.952
2006 ^a	12.052	250.239	7.369	85.796	336.794	521.609	8.253	6.574	0	1.228.686
2007 ^a	9.762	394.584	7.752	176.755	405.091	587.103	15.252	21.093	0	1.617.392
2008 ^a	8.671	178.675	7.965	197.868	382.218	648.259	10.316	18.232	0	1.452.204
Jan.-jun./2008 ^b	8.373	317.901	7.283	197.153	132.123	438.813	32.712	227.030	0	1.361.388
Julho	1.450	37.495	1.120	35.078	25.292	51.292	6.551	44.940	0	203.218
Agosto	1.579	54.576	1.120	35.882	54.159	95.191	1.611	-4.995	0	239.123
Setembro	1.481	114.002	1.046	32.769	53.260	104.653	942	-25.312	0	282.841
Outubro	91	8.730	-674	2.149	54.590	36.142	-1.205	-38.422	0	61.401
Novembro	-1.182	-80.789	-950	-22.731	77.886	39.296	-1.829	-50.522	0	-40.821
Dezembro	-3.121	-273.240	-980	-82.432	-15.092	-117.128	-28.466	-134.487	0	-654.946
2009										
Janeiro	-459	-55.130	713	11.324	-50.781	2.452	2.234	-12.101	0	-101.748
Fevereiro	-705	-56.456	807	2.842	-10.275	57.518	14.491	957	0	9.179
Março	40	-35.775	468	16.123	-9.697	49.280	7.141	7.238	0	34.818
Abril	-582	183	574	13.388	5.647	59.279	5.032	22.684	0	106.205
Maiο	171	700	266	17.407	14.606	44.029	1.451	52.927	0	131.557
Junho	-26	2.001	803	18.321	17.522	22.877	828	57.169	0	119.495
Jan.-jun./2009	-1.561	-144.477	3.631	79.405	-32.978	235.435	31.177	128.874	0	299.506

Fonte: Caged/MTE.

^a Soma dos meses de janeiro a dezembro.^b Soma dos meses de janeiro a junho.

IV. DESEMPREGO

TABELA IV.1

Taxa de desemprego por região metropolitana : PME

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2002 ^a	12,5	15,0	10,6	10,1	12,7	8,8	11,7	n.d.	n.d.
2003	13,8	16,7	10,8	9,2	14,1	9,5	12,3	8,9	12,1
2004	12,7	16,0	10,6	9,0	12,6	8,6	11,5	8,1	11,2
2005	13,2	15,5	8,8	7,7	10,2	7,4	9,8	7,4	9,7
2006	14,6	13,7	8,5	7,9	10,5	8,0	10,0	6,9	9,8
2007	12,0	13,7	7,6	7,2	10,1	7,3	9,3	6,2	9,1
2008	9,3	11,5	6,5	6,8	8,4	5,9	7,9	5,4	7,7
Jan.-jun./2008	9,6	11,9	7,1	6,7	8,9	6,4	8,3	5,9	8,1
2008									
Julho	10,1	12,1	6,8	7,3	8,3	6,0	8,1	5,8	7,9
Agosto	8,3	11,6	6,1	6,9	8,0	5,3	7,6	5,4	7,4
Setembro	8,9	11,3	6,1	6,9	8,0	5,7	7,6	4,5	7,4
Outubro	8,9	10,7	5,9	7,0	7,7	5,6	7,5	4,6	7,3
Novembro	9,7	10,3	5,2	6,9	8,2	5,3	7,6	4,8	7,4
Dezembro	7,8	10,0	5,5	6,2	7,1	4,7	6,8	4,2	6,6
2009									
Janeiro	8,6	11,2	6,4	6,6	9,4	5,6	8,2	5,4	8,0
Fevereiro	9,1	11,0	6,8	6,4	10,0	6,0	8,5	6,3	8,3
Março	10,4	11,9	6,6	6,9	10,5	6,4	9,0	6,3	8,8
Abril	10,6	12,4	6,8	6,8	10,2	6,2	8,9	6,1	8,7
Maiο	10,5	12,1	6,7	6,6	10,2	6,1	8,8	5,5	8,6
Junho	10,2	11,2	6,9	6,3	9,0	5,6	8,1	n.d.	n.d.
Jan.-jun./2009	9,8	11,7	6,7	6,7	9,9	6,1	8,7	5,9	8,5

Fontes:PME/IBGE e PME/lpades.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d.= não-disponível.

TABELA IV.2

Taxa de desemprego aberto: PED

(Em %)

Período	SP	DF	POA	SAL	RE	BH
2002 ^a	12,2	12,6	10,2	16,5	11,4	11,6
2003	12,7	14,5	11,0	17,1	13,6	14,7
2004	11,8	13,2	10,7	15,0	14,4	12,7
2005	10,6	12,4	10,3	14,3	13,8	11,0
2006	10,4	11,4	10,3	14,9	13,5	9,8
2007	10,1	11,5	9,6	13,9	12,4	8,8
2008	9,3	10,9	8,4	12,2	12,1	7,6
Jan.-jun./2008	9,6	11,6	8,7	12,2	12,3	8,3
2008						
Julho	9,6	10,0	8,7	12,2	13,4	7,4
Agosto	9,4	10,1	8,3	12,2	13,0	7,4
Setembro	9,3	10,4	8,3	12,2	12,5	7,0
Outubro	8,5	10,5	7,9	12,6	11,2	6,7
Novembro	8,6	10,4	7,7	11,9	10,9	6,4
Dezembro	8,3	9,9	7,4	11,7	10,2	6,7
2009						
Janeiro	9,2	10,0	7,6	11,5	10,5	6,9
Fevereiro	9,8	10,2	7,8	11,5	10,8	7,6
Março	10,8	11,1	9,0	12,0	11,8	8,3
Abril	10,9	11,5	9,7	12,7	12,5	9,1
Maiο	10,8	11,7	10,1	13,6	12,4	8,9
Junho	10,3	11,2	9,5	13,9	11,8	8,5
Jan.-jun./2009	10,3	11,0	9,0	12,5	11,6	8,2

Fonte: PED/Dieese.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d.= não-disponível.

TABELA IV.3

Taxa de desemprego oculto por desalento: PED

(Em %)

Período	SP	DF	POA	SAL	RE	BH
2002 ^a	2,0	3,6	1,8	3,2	4,5	2,4
2003	2,1	3,6	2,0	3,4	4,7	2,8
2004	1,9	3,7	1,7	3,1	4,5	2,6
2005	1,6	3,0	1,4	2,8	4,1	2,7
2006	1,5	3,2	1,3	2,1	3,8	2,0
2007	1,3	2,9	1,1	1,7	3,5	1,6
2008	1,1	2,8	n.d.	2,3	3,1	1,3
Jan.-jun./2008	1,1	3,0	n.d.	2,5	3,1	1,4
2008						
Julho	1,2	2,7	n.d.	2,3	3,5	1,2
Agosto	1,3	2,7	n.d.	2,2	3,6	1,2
Setembro	1,1	2,4	n.d.	1,9	3,2	1,3
Outubro	1,0	2,6	n.d.	2,0	2,8	1,3
Novembro	0,9	2,4	n.d.	1,9	2,7	1,0
Dezembro	1,0	2,6	n.d.	2,3	3,1	0,9
2009						
Janeiro	1,0	2,7	n.d.	2,5	3,3	1,0
Fevereiro	1,1	2,9	n.d.	2,7	3,6	1,0
Março	1,2	3,0	n.d.	2,5	3,8	1,1
Abril	1,1	2,8	n.d.	2,3	3,5	1,1
Maiο	1,0	2,6	n.d.	2,4	3,4	1,3
Junho	0,9	2,5	n.d.	2,3	3,1	1,4
Jan.-jun./2009	1,1	2,8	n.d.	2,4	3,5	1,2

Fonte: PED/Dieese.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d.= não-disponível.

TABELA IV.4

Taxa de desemprego oculto por precariedade: PED

(Em %)

Período	SP	DF	POA	SAL	RE	BH
2002 ^a	4,9	4,3	3,5	7,7	4,7	4,1
2003	5,1	4,6	3,6	7,6	4,6	4,7
2004	5,1	4,2	3,6	7,6	4,5	4,1
2005	4,9	3,7	2,9	7,4	4,3	3,3
2006	4,1	4,2	2,8	6,7	4,1	2,2
2007	3,6	3,4	2,4	6,2	4,0	1,8
2008	3,1	3,0	2,0	5,9	4,8	1,1
Jan.-jun./2008	3,3	3,0	2,0	5,9	4,4	1,3
2008						
Julho	3,2	3,1	2,3	5,9	5,0	1,0
Agosto	3,3	3,1	2,2	5,5	5,1	1,1
Setembro	3,1	3,0	2,1	5,6	5,1	1,2
Outubro	3,0	2,9	1,9	5,9	5,3	1,0
Novembro	2,8	2,9	1,8	6,1	5,0	0,9
Dezembro	2,5	2,9	1,8	5,8	5,0	0,8
2009						
Janeiro	2,3	2,9	1,6	5,4	4,8	0,9
Fevereiro	2,6	3,1	1,7	5,2	5,1	0,8
Março	2,9	3,1	1,7	5,5	5,1	0,8
Abril	3,0	3,2	1,8	5,5	5,2	0,7
Maiο	3,0	2,7	1,8	5,6	5,0	0,8
Junho	3,0	2,7	n.d.	5,1	4,9	1,1
Jan.-jun./2009	2,8	3,0	1,7	5,4	5,0	0,9

Fonte: PED/Dieese.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d.= não-disponível.

IV. DESEMPREGO

TABELA IV.5

Taxa de desemprego total: PED

(Em %)

Período	SP	DF	POA	SAL	RE	BH
2002 ^a	19,1	20,7	15,4	27,4	20,5	18,1
2003	19,9	22,8	16,6	28,1	22,9	19,8
2004	18,8	21,1	15,9	25,7	23,3	19,4
2005	17,0	19,1	14,6	24,5	22,2	16,9
2006	15,9	18,8	14,4	23,7	21,4	14,0
2007	15,0	17,8	12,9	21,9	19,9	12,3
2008	13,5	16,7	11,3	20,3	19,7	10,0
Jan.-jun./2008	14,0	17,6	11,7	20,7	19,7	10,9
2008						
Julho	14,1	15,8	11,9	20,4	21,6	9,6
Agosto	14,0	15,9	11,3	19,9	21,3	9,7
Setembro	13,5	15,8	11,2	19,7	20,4	9,5
Outubro	12,5	16,0	10,6	20,4	18,9	9,0
Novembro	12,3	15,7	10,2	19,9	18,2	8,3
Dezembro	11,8	15,4	9,8	19,8	17,9	8,4
2009						
Janeiro	12,5	15,7	10,0	19,4	18,3	8,8
Fevereiro	13,5	16,3	10,4	19,4	19,1	9,4
Março	14,9	17,2	11,7	20,1	20,3	10,2
Abril	15,0	17,5	12,1	20,5	20,7	10,8
Maiο	14,8	17,0	12,6	21,6	20,4	11,0
Junho	14,2	16,4	12,0	21,3	19,4	11,0
Jan.-jun./2009	14,2	16,7	11,5	20,4	19,7	10,2

Fonte: PED/Dieese.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d.= não-disponível.

TABELA IV.6

Taxa de desemprego por gênero : PME

(Em %)

Período	Masculino	Feminino
2002 ^a	9,9	13,9
2003	10,1	15,2
2004	9,1	14,4
2005	7,8	12,4
2006	8,1	12,2
2007	7,4	11,5
2008	6,1	10,0
Jan.-jun./2008	6,4	10,5
2008		
Julho	6,2	10,3
Agosto	5,9	9,6
Setembro	5,8	9,8
Outubro	5,8	9,4
Novembro	5,8	9,7
Dezembro	5,2	8,6
2009		
Janeiro	6,3	10,4
Fevereiro	6,7	10,6
Março	7,3	11,1
Abril	7,2	10,9
Maiο	7,3	10,7
Junho	6,8	9,7
Jan.-jun./2009	7,0	10,7

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.7

Taxa de desemprego por grau de instrução

(Anos de escolaridade, em %)

Período	< 8	8 - 10	> = 11
2002 ^a	12,0	15,4	9,6
2003	12,0	16,6	10,7
2004	10,5	15,8	10,4
2005	8,8	13,4	9,1
2006	8,9	13,6	9,2
2007	8,1	12,6	8,8
2008	6,7	10,6	7,5
Jan.-jun./2008	7,1	10,9	7,9
2008			
Julho	6,6	10,6	8,0
Agosto	6,5	10,1	7,3
Setembro	6,5	10,8	7,2
Outubro	6,4	10,4	6,9
Novembro	6,7	10,7	7,0
Dezembro	5,7	9,5	6,4
2009			
Janeiro	6,9	10,2	8,2
Fevereiro	7,0	10,3	8,6
Março	7,1	11,3	9,2
Abril	7,4	11,4	8,8
Maior	7,5	11,5	8,6
Junho	6,7	10,5	8,0
Jan.-jun./2009	7,1	10,9	8,6

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.8

Taxa de desemprego por faixa etária

(Em %)

Período	15 - 17	18 - 24	25 - 49	> = 50
2002 ^a	34,2	21,6	9,0	4,9
2003	38,2	23,4	9,4	5,3
2004	35,4	22,5	8,7	4,7
2005	33,3	20,6	7,4	3,7
2006	32,6	21,1	7,6	3,7
2007	31,9	19,8	7,2	3,2
2008	28,8	16,6	6,3	2,8
Jan.-jun./2008	30,9	17,9	6,3	2,9
2008				
Julho	25,6	17,0	6,6	3,0
Agosto	27,0	15,5	6,2	2,8
Setembro	27,8	15,5	6,2	2,8
Outubro	27,0	15,5	6,0	2,8
Novembro	28,1	15,1	6,3	2,7
Dezembro	24,1	13,5	5,8	2,3
2009				
Janeiro	27,2	16,9	6,8	3,3
Fevereiro	27,9	18,0	7,0	3,3
Março	32,0	19,9	7,2	3,1
Abril	31,7	19,1	7,2	3,2
Maior	29,5	18,9	7,2	3,3
Junho	27,7	17,6	6,6	3,1
Jan.-jun./2009	29,3	18,4	7,0	3,2

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

IV. DESEMPREGO

TABELA IV.9

Taxa de desemprego por posição na família: PME

(Em %)

Período	Chefe	Outros
2002 ^a	7,1	15,7
2003	7,2	16,9
2004	6,4	15,9
2005	5,6	13,6
2006	5,6	13,7
2007	5,0	12,9
2008	4,3	11,0
Jan.-jun./2008	4,4	11,6
2008		
Julho	4,4	11,3
Agosto	4,2	10,5
Setembro	4,3	10,5
Outubro	4,3	10,1
Novembro	4,2	10,4
Dezembro	3,9	9,3
2009		
Janeiro	4,7	11,2
Fevereiro	5,0	11,5
Março	4,9	12,6
Abril	5,0	12,2
Maio	4,9	12,2
Junho	4,6	11,2
Jan.-jun./2009	4,9	11,8

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.10

Composição do desemprego por gênero: PME

(Em %)

Período	Masculino	Feminino
2002 ^a	47,7	52,3
2003	45,4	54,6
2004	43,6	56,4
2005	43,5	56,5
2006	44,8	55,2
2007	43,3	56,7
2008	41,9	58,1
Jan.-jun./2008	42,2	57,8
2008		
Julho	41,6	58,4
Agosto	42,1	57,9
Setembro	41,0	59,0
Outubro	42,2	57,8
Novembro	41,1	58,9
Dezembro	41,6	58,4
2009		
Janeiro	41,7	58,3
Fevereiro	43,3	56,7
Março	43,9	56,1
Abril	44,1	55,9
Maio	44,5	55,5
Junho	45,1	54,9
Jan.-jun./2009	43,8	56,2

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.11

Composição do desemprego por posição na família: PME

(Em %)

Período	Chefe	Outros
2002 ^a	29,2	70,8
2003	27,6	72,4
2004	26,1	73,9
2005	26,4	73,6
2006	26,1	73,9
2007	24,8	75,2
2008	25,3	74,7
Jan.-jun./2008	24,6	75,4
2008		
Julho	25,2	74,8
Agosto	25,9	74,1
Setembro	25,9	74,1
Outubro	27,0	73,0
Novembro	25,8	74,2
Dezembro	26,8	73,2
2009		
Janeiro	26,5	73,5
Fevereiro	27,3	72,7
Março	25,2	74,8
Abril	26,0	74,0
Maiο	25,7	74,3
Junho	26,4	73,6
Jan.-jun./2009	26,2	73,8

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.12

Composição do desemprego por faixa etária: PME

(Em %)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002 ^a	0,7	8,3	36,8	48,0	6,2
2003	0,9	9,0	36,5	47,0	6,6
2004	0,7	8,6	37,4	46,7	6,6
2005	0,5	8,1	38,6	46,5	6,4
2006	0,5	7,9	38,2	46,9	6,4
2007	0,6	7,6	37,7	48,0	6,2
2008	0,6	7,6	36,0	49,1	6,7
Jan.-jun./2008	0,7	8,0	37,3	47,5	6,4
2008					
Julho	0,6	6,5	36,1	49,7	7,1
Agosto	0,5	7,4	35,0	49,9	7,3
Setembro	0,6	7,5	35,1	49,8	7,0
Outubro	0,5	7,6	35,3	49,6	7,0
Novembro	0,6	7,5	33,7	51,5	6,7
Dezembro	0,4	6,7	33,0	53,4	6,5
2009					
Janeiro	0,6	6,5	33,6	51,4	7,9
Fevereiro	0,2	6,4	34,9	50,7	7,6
Março	0,2	7,1	36,9	49,0	6,8
Abril	0,5	7,0	35,9	49,7	6,9
Maiο	0,4	6,1	35,6	50,7	7,1
Junho	0,4	6,2	35,6	50,4	7,4
Jan.-jun./2009	0,4	6,6	35,4	50,3	7,3

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

IV. DESEMPREGO

TABELA IV.13

Composição do desemprego por grau de instrução

(Anos de escolaridade, em %)

Período	< 8	8 - 10	> = 11
2002 ^a	36,2	26,9	36,8
2003	33,2	26,9	39,8
2004	29,9	26,9	43,2
2005	27,7	26,1	46,2
2006	26,4	25,7	47,8
2007	24,2	25,1	50,7
2008	22,5	24,6	52,9
Jan.-jun./2008	22,8	24,2	53,0
2008			
Julho	21,8	23,9	54,3
Agosto	22,6	24,4	53,0
Setembro	22,1	25,6	52,3
Outubro	22,1	25,6	52,3
Novembro	22,9	25,5	51,6
Dezembro	21,6	25,0	53,3
2009			
Janeiro	21,4	21,9	56,7
Fevereiro	21,1	21,2	57,7
Março	19,7	22,0	58,4
Abril	20,5	22,6	56,9
Maiο	20,8	23,2	56,0
Junho	20,1	23,1	56,8
Jan.-jun./2009	20,6	22,3	57,1

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.14

Composição do desemprego por faixa de duração

(Em %)

Período	<1	1 - 6	7 - 11	12 - 23	> = 24
2002 ^a	20,8	40,8	9,8	14,4	14,3
2003	18,3	47,6	10,8	12,0	11,4
2004	20,5	43,6	9,8	13,5	12,6
2005	22,5	43,9	9,1	12,7	11,8
2006	21,6	46,5	9,3	12,4	10,2
2007	24,3	46,7	8,3	12,2	8,5
2008	23,8	48,9	8,4	10,7	8,3
Jan.-mar./2008	23,7	48,6	6,9	11,8	9,0
2008					
Julho	24,4	49,3	7,6	9,8	8,8
Agosto	22,8	50,9	9,1	9,8	7,4
Setembro	23,9	49,1	10,9	9,0	7,2
Outubro	24,2	47,6	11,3	9,1	7,9
Novembro	23,9	48,6	10,6	9,4	7,5
Dezembro	24,0	49,6	9,4	10,2	6,9
2009					
Janeiro	33,2	46,0	7,1	8,1	5,7
Fevereiro	28,6	51,4	6,2	7,8	6,0
Março	24,7	53,9	6,8	7,4	7,2
Abril	23,4	55,2	6,0	8,4	7,0
Maiο	22,7	55,2	7,3	8,5	6,4
Junho	24,8	52,9	7,6	8,5	6,3
Jan.-jun./2009	26,2	52,4	6,8	8,1	6,4

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

V. SEGURO-DESEMPREGO

TABELA V.1

Requerentes, segurados e valor médio do benefício

Período	Requerentes	Segurados	Taxa de habilitação	V.M.B. ^a
2002 ^b	4.884.001	4.803.535	98,35	1,42
2003 ^b	5.051.407	4.971.712	98,42	1,38
2004 ^b	4.892.760	4.812.008	98,35	1,39
2005 ^b	5.473.693	5.362.968	97,98	1,36
2006 ^b	5.857.041	5.749.511	98,16	1,31
2007 ^b	6.275.716	6.149.789	97,99	1,29
2008 ^b	6.950.857	6.816.600	98,07	1,30
Jan.-jun./2008	3.477.550	3.409.205	98,04	1,30
2008				
Julho	596.442	585.365	98,14	1,26
Agosto	544.377	534.934	98,27	1,27
Setembro	564.004	553.620	98,16	1,28
Outubro	493.700	484.104	98,06	1,29
Novembro	632.922	620.850	98,09	1,29
Dezembro	641.862	628.522	97,92	1,30
2009				
Janeiro	732.282	716.876	97,90	1,34
Fevereiro	622.069	609.242	97,94	1,26
Março	803.849	785.728	97,75	1,27
Abril	683.233	666.692	97,58	1,27
Maiο	630.302	612.236	97,13	1,27
Junho	476.986	461.848	96,83	1,27
Jan.-jun./2009	3.948.721	3.852.622	97,57	1,28

Fonte: MTE.

Nota: A atualização das estatísticas do seguro-desemprego estão sendo coletadas na seção SAEG.net, no site do Ministério do Trabalho e Emprego.

^a Valor médio do benefício em SMR.

^b Os valores anuais se referem a soma dos valores dos respectivos anos diferentemente das demais tabelas que são médias.

VI. RENDIMENTOS

TABELA VI.1

Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por região

(Em R\$ de junho de 2009)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT ^b	Total
2002 ^b	960,50	967,11	1.133,04	1.331,42	1.473,83	1.230,86	1.317,69	n.d.	n.d.
2003	832,02	913,77	1.026,94	1.130,20	1.307,13	1.123,69	1.161,19	1.097,72	1.156,75
2004	811,29	895,07	1.024,71	1.117,12	1.286,58	1.130,77	1.146,36	1.132,42	1.145,39
2005	837,32	911,80	1.047,94	1.141,23	1.302,53	1.117,02	1.163,95	1.123,44	1.161,12
2006	876,93	961,16	1.089,76	1.172,43	1.368,57	1.154,28	1.210,00	1.211,79	1.210,12
2007	900,30	985,70	1.129,28	1.240,40	1.393,70	1.203,05	1.248,61	1.223,53	1.246,85
2008	887,84	1.051,79	1.181,25	1.305,43	1.426,63	1.233,35	1.291,00	1.293,58	1.291,18
Jan.-jun./2008	888,13	1.027,96	1.149,47	1.274,54	1.427,48	1.243,01	1.279,07	1.283,29	1.279,37
2008									
Julho	862,47	1.043,33	1.172,65	1.325,70	1.394,95	1.195,12	1.276,07	1.246,16	1.273,97
Agosto	882,08	1.037,09	1.178,47	1.372,28	1.420,97	1.220,07	1.302,45	1.256,71	1.299,25
Setembro	888,39	1.096,08	1.218,06	1.352,46	1.436,90	1.232,31	1.314,74	1.288,53	1.312,91
Outubro	880,61	1.083,11	1.228,18	1.332,89	1.406,66	1.246,55	1.298,26	1.306,85	1.298,86
Novembro	893,00	1.095,39	1.209,30	1.333,44	1.439,40	1.224,46	1.309,61	1.315,68	1.310,03
Dezembro	918,79	1.098,71	1.271,49	1.301,12	1.455,79	1.223,62	1.316,43	1.409,26	1.322,92
2009									
Janeiro	909,99	1.037,70	1.203,68	1.313,39	1.536,40	1.286,00	1.345,21	1.377,40	1.347,46
Fevereiro	876,82	1.047,08	1.232,15	1.335,90	1.511,43	1.298,23	1.343,30	1.350,89	1.343,83
Março	845,76	1.070,06	1.211,06	1.366,15	1.495,78	1.291,42	1.340,81	1.391,75	1.344,38
Abril	883,13	1.063,82	1.188,77	1.373,14	1.466,05	1.299,22	1.331,08	1.301,60	1.329,02
Maio	848,99	1.082,40	1.239,45	1.323,47	1.456,21	1.270,06	1.316,72	1.307,59	1.316,08
Junho	849,90	1.081,20	1.259,20	1.306,40	1.450,20	1.267,30	1.312,30	n.d.	n.d.
Jan.-jun./2009	869,10	1.063,71	1.222,38	1.336,41	1.486,01	1.285,37	1.331,57	1.345,85	1.332,57

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.

^a Valores corrigidos pelo INPC de Curitiba.

^b Média referente ao período mar.-dez.

n.d.= não-disponível.

TABELA VI.2

Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por região

(Em R\$ junho 2009)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT ^a	Total
2002 ^b	943,99	985,75	1.137,66	1.307,73	1.486,66	1.208,43	1.315,69	n.d.	n.d.
2003	813,21	907,90	1.018,66	1.132,19	1.284,02	1.110,51	1.148,35	1.058,03	1.142,03
2004	788,72	889,83	1.018,59	1.117,19	1.302,17	1.125,80	1.150,16	1.084,23	1.145,55
2005	841,52	930,57	1.055,59	1.146,39	1.323,83	1.126,02	1.177,50	1.109,72	1.172,75
2006	896,30	979,11	1.104,97	1.180,85	1.397,30	1.168,45	1.229,46	1.221,49	1.228,90
2007	923,10	1.018,15	1.141,28	1.256,17	1.425,18	1.226,63	1.273,05	1.253,06	1.271,65
2008	909,30	1.057,31	1.199,88	1.342,00	1.465,71	1.265,51	1.322,89	1.297,42	1.321,11
Jan.-mai./2008	875,70	1.019,13	1.127,85	1.273,36	1.414,78	1.241,95	1.269,66	1.249,16	1.268,22
2008									
Junho	845,05	1.032,56	1.149,91	1.313,70	1.382,42	1.194,43	1.262,92	1.216,61	1.259,68
Julho	858,82	1.007,28	1.155,96	1.370,31	1.416,49	1.209,57	1.292,46	1.230,27	1.288,11
Agosto	875,41	1.067,78	1.192,64	1.339,73	1.432,48	1.231,04	1.303,70	1.286,13	1.302,47
Setembro	868,60	1.064,29	1.201,95	1.327,66	1.402,80	1.240,74	1.289,69	1.279,36	1.288,97
Outubro	876,36	1.073,27	1.192,79	1.332,26	1.427,30	1.223,12	1.299,81	1.294,09	1.299,41
Novembro	926,78	1.124,89	1.297,04	1.403,39	1.569,75	1.281,22	1.399,86	1.453,45	1.403,61
Dezembro	1.282,03	1.222,03	1.569,01	1.650,15	1.883,35	1.596,20	1.677,97	1.563,30	1.669,94
2009									
Janeiro	851,60	1.036,38	1.191,02	1.319,39	1.505,42	1.278,20	1.328,27	1.300,07	1.326,30
Fevereiro	817,71	1.045,46	1.174,92	1.341,08	1.477,30	1.272,20	1.317,38	1.361,66	1.320,48
Março	866,33	1.039,57	1.158,24	1.355,49	1.460,88	1.297,04	1.317,78	1.283,19	1.315,36
Abril	844,31	1.071,73	1.212,04	1.308,04	1.450,02	1.267,49	1.306,45	1.263,14	1.303,42
Maio	833,24	1.068,14	1.231,94	1.288,13	1.449,18	1.257,94	1.301,47	n.d.	n.d.
Jan.-mai./2009	842,64	1.052,26	1.193,63	1.322,43	1.468,56	1.274,57	1.314,27	1.302,02	1.316,39

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.

^a Valores corrigidos pelo INPC de Curitiba.

^b Média referente ao período mar.-dez.

n.d.= não-disponível.

TABELA VI.3

Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por posição na ocupação

(Em R\$ de junho de 2009)

Período	Setor privado			Setor público	Conta-própria	Total	
	Com carteira	Sem carteira	Total				
2002 ^a	1.276,08	805,76	1.151,07	1.836,09	1.131,04	1.317,69	
2003	1.180,28	740,13	1.056,45	1.705,69	916,21	1.161,19	
2004	1.176,71	735,38	1.049,69	1.670,01	910,27	1.146,36	
2005	1.166,54	766,96	1.054,71	1.732,96	928,53	1.163,95	
2006	1.206,43	790,68	1.097,48	1.827,78	971,95	1.210,00	
2007	1.217,80	830,12	1.122,90	1.940,39	1.035,82	1.248,61	
2008	1.242,50	840,88	1.150,17	2.019,58	1.078,57	1.291,00	
Jan.-jun./2008	1.222,00	842,69	1.135,56	1.981,76	1.074,54	1.279,07	
2008	Julho	1.210,38	849,60	1.124,86	1.971,64	1.083,72	1.276,07
	Agosto	1.256,85	874,44	1.165,96	2.028,85	1.105,99	1.302,45
	Setembro	1.258,40	845,00	1.161,21	2.077,42	1.089,80	1.314,74
	Outubro	1.253,18	834,08	1.156,73	2.087,98	1.084,15	1.298,26
	Novembro	1.302,50	813,73	1.191,02	2.075,63	1.063,88	1.309,61
	Dezembro	1.296,72	817,63	1.188,93	2.102,85	1.068,11	1.316,43
2009	Janeiro	1.284,61	872,60	1.193,93	2.167,92	1.113,44	1.345,21
	Fevereiro	1.296,13	870,36	1.203,41	2.117,99	1.110,69	1.343,30
	Março	1.280,34	879,84	1.193,07	2.103,86	1.118,29	1.340,81
	Abril	1.267,17	840,81	1.175,20	2.118,39	1.099,28	1.331,08
	Mai	1.264,93	887,29	1.178,20	2.032,35	1.098,59	1.316,72
	Junho	1.234,00	885,80	1.156,90	2.045,10	1.128,60	1.312,30
Jan.-jun./2009		1.271,20	872,78	1.183,45	2.097,60	1.111,48	1.331,57

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar-dez.

TABELA VI.4

Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por posição na ocupação

(Em R\$ de maio de 2009)

Período	Setor privado			Setor público	Conta-própria	Total	
	Com carteira	Sem carteira	Total				
2002 ^a	1.303,43	777,40	1.162,69	1.871,47	1.079,11	1.315,69	
2003	1.202,41	712,99	1.064,42	1.718,61	872,30	1.148,35	
2004	1.206,54	719,88	1.066,07	1.699,37	884,71	1.150,16	
2005	1.204,09	753,65	1.078,97	1.782,68	913,54	1.177,50	
2006	1.254,86	776,93	1.130,41	1.908,36	947,67	1.229,46	
2007	1.275,76	825,75	1.166,78	2.036,47	1.006,59	1.273,05	
2008	1.300,52	826,74	1.192,40	2.122,60	1.062,00	1.322,89	
Jan.-mai./2008	1.224,62	810,70	1.130,59	1.985,64	1.050,50	1.269,66	
2008	Junho	1.215,37	833,86	1.124,98	1.980,57	1.045,19	1.262,92
	Julho	1.258,52	853,04	1.162,24	2.029,49	1.082,98	1.292,46
	Agosto	1.254,77	820,62	1.152,74	2.074,24	1.066,22	1.303,70
	Setembro	1.256,95	814,54	1.154,97	2.092,18	1.054,56	1.289,69
	Outubro	1.303,01	789,31	1.185,88	2.077,75	1.039,49	1.299,81
	Novembro	1.430,67	825,16	1.294,36	2.288,70	1.066,66	1.399,86
	Dezembro	1.763,89	930,86	1.580,66	3.000,14	1.136,37	1.677,97
2009	Janeiro	1.297,77	836,48	1.197,29	2.123,85	1.064,07	1.328,27
	Fevereiro	1.274,07	846,26	1.180,84	2.089,02	1.072,16	1.317,38
	Março	1.266,74	815,51	1.169,53	2.121,92	1.069,79	1.317,78
	Abril	1.266,17	862,12	1.178,13	2.031,05	1.073,63	1.306,45
	Mai	1.231,00	862,99	1.149,59	2.044,20	1.106,22	1.301,46589
Jan.-mai./2009		1.267,15	844,67	1.175,08	2.082,01	1.077,17	1.314,27

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período fev.-dez.

VI. RENDIMENTOS

TABELA VI.5

Salário mínimo real

(Em R\$ de junho de 2009)

Período	SMR	
2002	123,13	
2003	169,94	
2004	198,74	
2005	237,89	
2006	289,07	
2007	332,11	
2008	388,82	
	Jan.-jun./2008	377,07
2008	Julho	349,72
	Agosto	351,39
	Setembro	385,72
	Outubro	388,19
	Novembro	391,91
	Dezembro	395,48
2009	Janeiro	406,48
	Fevereiro	456,86
	Março	457,78
	Abril	460,29
	Maiο	463,06
	Junho	465,00
	Jan.-jun./2009	451,58

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

VII. INFORMALIDADE

TABELA VII.1

Participação dos empregados sem carteira assinada na ocupação total por região metropolitana

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME IBGE	CT	Total
2002 ^a	23,9	22,0	19,9	20,9	21,9	18,1	21,2	n.d.	n.d.
2003	24,6	22,0	21,4	20,5	23,1	18,6	21,9	17,1	21,6
2004	23,9	21,2	22,2	20,7	24,4	19,0	22,5	17,8	22,2
2005	23,5	22,4	20,8	20,4	24,3	19,1	22,3	16,3	22,0
2006	23,6	22,8	20,4	19,6	23,2	18,9	21,7	14,9	21,2
2007	22,2	21,9	20,7	18,6	21,9	18,8	20,7	15,0	20,4
2008	19,8	22,0	19,4	18,2	20,4	18,4	19,7	16,8	19,5
Jan.-jun./2008	19,9	21,3	19,6	18,1	20,2	18,6	19,5	16,9	19,4
2008									
Julho	20,8	22,7	19,3	18,5	21,2	18,3	20,2	16,9	20,0
Agosto	20,8	23,3	19,7	18,3	21,0	19,2	20,2	17,3	20,0
Setembro	20,6	22,6	20,9	19,1	20,5	18,2	20,2	16,7	19,9
Outubro	19,2	22,6	19,3	18,4	20,4	17,9	19,7	16,5	19,5
Novembro	19,2	23,4	18,4	17,9	20,4	18,2	19,5	16,6	19,4
Dezembro	18,2	21,6	17,9	18,1	20,1	17,5	19,2	15,7	18,9
2009									
Janeiro	17,6	21,1	17,6	17,6	19,8	16,6	18,7	16,0	18,5
Fevereiro	18,6	20,5	17,4	17,4	20,1	16,7	18,8	15,0	18,6
Março	17,8	19,2	18,6	17,1	19,9	17,4	18,7	14,5	18,4
Abril	18,4	19,3	18,2	17,7	19,9	17,3	18,8	14,7	18,5
Maiο	17,7	19,4	18,7	17,7	20,4	17,1	19,1	14,4	18,8
Junho	17,5	19,6	18,0	17,6	20,4	17,1	18,9	n.d.	n.d.
Jan.-jun./2009	17,9	19,9	18,1	17,5	20,1	17,1	18,8	14,9	18,6

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipades.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d.= não-disponível.

TABELA VII.2

Participação dos empregados por conta própria na ocupação total por região metropolitana

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME IBGE	CT	Total
2002 ^a	22,6	22,3	19,5	22,4	16,4	19,5	19,4	n.d.	n.d.
2003	24,1	22,4	19,4	22,6	17,5	19,5	20,0	20,6	20,1
2004	24,2	24,5	19,0	23,3	17,9	18,7	20,3	19,5	20,2
2005	22,6	23,1	18,6	23,2	16,5	17,8	19,4	19,5	20,2
2006	22,0	22,5	18,2	23,1	16,1	18,7	19,2	19,5	20,2
2007	21,2	22,7	17,8	22,8	17,2	18,2	19,4	19,8	19,4
2008	22,8	21,3	16,7	22,3	16,7	17,3	18,8	18,1	18,8
Jan.-jun./2008	22,4	22,2	17,0	22,6	16,7	17,3	19,0	18,2	19,0
2008									
Julho	23,2	21,0	16,3	22,2	16,3	16,6	18,5	18,3	18,5
Agosto	22,6	21,1	17,1	22,4	16,8	16,8	18,9	18,0	18,8
Setembro	22,9	20,7	16,2	22,0	16,7	17,2	18,6	17,4	18,6
Outubro	23,7	19,9	16,0	21,5	16,6	17,8	18,5	17,6	18,4
Novembro	23,6	20,0	16,5	21,9	16,9	17,3	18,8	17,8	18,7
Dezembro	23,9	20,5	16,5	21,6	16,7	17,8	18,7	18,2	18,7
2009									
Janeiro	24,3	20,0	16,9	21,2	16,8	16,9	18,6	18,4	18,6
Fevereiro	23,6	21,2	16,5	21,9	16,9	17,5	18,9	19,5	18,9
Março	23,2	21,5	16,2	22,3	16,5	17,9	18,8	19,6	18,9
Abril	22,5	21,1	16,5	22,7	16,0	17,2	18,6	20,3	18,7
Maiο	23,9	21,7	16,6	22,6	15,6	17,5	18,6	20,3	18,7
Junho	23,5	21,8	16,5	22,4	15,7	17,6	18,5	n.d.	n.d.
Jan.-jun./2009	23,5	21,2	16,5	22,2	16,3	17,4	18,7	19,6	18,8

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipades.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d.= não-disponível.

TABELA VII.3

Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com e sem carteira assinada, por região metropolitana

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME IBGE	CT	Total
2002 ^a	88,8	84,5	59,2	66,9	65,1	54,3	67,0	n.d.	n.d.
2003	84,7	96,6	62,0	59,9	73,6	51,3	68,5	47,6	67,1
2004	74,2	91,8	78,8	54,6	74,9	48,4	67,5	51,8	66,4
2005	79,8	83,5	71,3	50,0	63,1	51,4	59,6	46,1	58,7
2006	91,8	81,7	63,9	56,2	59,1	55,0	61,3	46,5	60,3
2007	81,2	86,3	54,8	53,5	51,3	52,6	54,2	37,5	53,0
2008	78,5	79,1	51,6	51,1	58,8	52,4	57,0	43,5	56,0
Jan.-mai./2008	69,6	61,8	51,6	47,6	51,8	45,6	51,1	36,2	50,0
2008									
Junho	87,6	79,9	51,7	22,4	51,0	39,4	45,8	46,0	45,8
Julho	66,8	79,7	37,9	33,7	50,5	54,0	47,5	51,0	47,8
Agosto	59,8	96,8	43,2	40,1	55,6	51,5	52,9	36,7	51,7
Setembro	77,1	97,2	39,4	58,7	50,3	56,7	54,3	39,2	53,2
Outubro	80,4	87,7	36,7	65,1	70,6	50,5	65,1	43,4	63,5
Novembro	76,4	98,6	45,6	62,0	83,7	67,7	73,4	49,5	71,6
Dezembro	145,4	99,9	106,8	93,0	84,8	81,3	89,5	75,7	88,6
2009									
Janeiro	62,7	56,6	44,1	49,5	63,2	40,6	55,1	50,7	54,9
Fevereiro	72,4	48,3	49,7	62,9	47,5	52,0	50,6	41,2	49,9
Março	70,9	62,0	37,2	58,3	57,8	52,9	55,3	36,2	54,0
Abril	86,2	66,7	36,3	45,4	47,6	45,4	46,9	34,8	46,0
Mai	64,7	47,2	45,7	63,2	37,4	37,4	42,6	n.d.	n.d.
Jan.-mai./2009	71,4	56,2	42,6	55,8	50,7	45,7	50,1	40,7	51,2

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.

^a Média referente ao período fev.-dez.

n.d.= não-disponível.

TABELA VII.4

Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com carteira assinada e os trabalhadores por conta própria, por região metropolitana

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME IBGE	CT	Total
2002 ^a	40,9	44,6	9,4	19,7	12,1	3,3	20,5	n.d.	n.d.
2003	62,5	63,7	18,4	35,3	34,8	8,3	37,8	8,9	35,7
2004	49,9	57,4	19,6	29,7	34,8	13,7	36,3	10,5	34,4
2005	42,3	54,2	19,4	25,0	29,5	11,4	31,7	-0,6	29,2
2006	54,3	58,1	13,8	27,7	31,4	1,6	32,3	-3,1	29,3
2007	44,8	61,3	12,9	22,0	24,8	5,0	26,6	0,8	24,6
2008	46,9	58,5	10,2	16,9	19,3	6,3	22,3	3,4	20,8
Jan.-mai./2008	35,4	55,2	6,6	1,7	19,1	5,4	16,7	0,1	15,4
2008									
Junho	52,1	58,1	2,8	10,1	12,8	-2,1	16,3	6,9	15,6
Julho	41,6	57,3	10,0	14,1	10,8	-2,7	16,2	8,9	15,7
Agosto	39,0	69,4	6,8	22,2	7,6	1,3	17,7	-1,4	16,2
Setembro	39,2	69,6	14,6	23,6	8,0	7,4	19,2	0,1	17,7
Outubro	49,0	56,4	12,2	27,0	20,0	0,2	25,4	-2,2	23,2
Novembro	45,3	52,9	3,6	36,6	32,0	11,1	34,1	2,5	31,5
Dezembro	119,6	61,8	39,6	60,7	45,2	34,3	55,2	25,5	53,0
2009									
Janeiro	45,8	49,6	9,2	31,2	12,5	-0,9	22,0	6,0	20,8
Fevereiro	41,8	53,6	3,3	28,4	7,8	3,1	18,8	2,4	17,6
Março	65,8	46,2	6,7	26,8	7,3	-0,1	18,4	4,5	17,4
Abril	61,0	47,8	7,0	19,8	7,8	0,5	17,9	-1,1	16,5
Mai	58,0	53,7	0,4	12,0	1,3	-3,0	11,3	n.d.	n.d.
Jan.-mai./2009	54,5	50,2	5,3	23,7	7,4	-0,1	17,7	2,9	18,1

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.

^a Média referente ao período fev.-dez.

n.d.= não-disponível.

EDITORIAL

Coordenação

Iranilde Rego

Revisão

Cláudio Passos de Oliveira

Marco Aurélio Dias Pires

Reginaldo da Silva Domingos

Leonardo Moreira de Souza (Estagiário)

Natalia Jesus de Abreu Costa (Estagiária)

Editoração

Bernar José Vieira

Jeovah Szervinsk Júnior

Renato Rodrigues Bueno

Nailton Pontes Diniz de Oliveira (Estagiário)

Paulo Arthur Campos Alves (Estagiário)

Livraria

SBS - Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES - Térreo

70076-900 - Brasília - DF

Tel.: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Triagem: 130 Exemplares